

# LIVRO DE RESUMOS

## Seminário Internacional

**I Congresso Feminista e de Educação, cem anos depois.**

**Mulheres, Direitos e Cidadania na Construção das Sociedades Democráticas**

16 e 17 de Maio de 2024

NOVA FCSH, Campus Campolide, Colégio Almada Negreiros, Lisboa

Chamada para comunicações  
Call for papers  
**ATÉ 10 DE MARÇO DE 2024**

**I CONGRESSO FEMINISTA E DE EDUCAÇÃO, 100 ANOS DEPOIS**

**Mulheres, Direitos e Cidadania na Construção das Sociedades Democráticas**

Mais informações consulte  
<https://resistencianofeminino.fcsch.unl.pt/>

**16-17 MAIO 2024** NOVA FCSH, Campus Campolide, Colégio Almada Negreiros, Lisboa

RESISTÊNCIA NO FEMININO | Instituto Nacional de Estatística | CENTRO DE INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA | NOVA FCSH | fct | C.A.S.C. | CICS NOVA | BELT | CSG | S.C.E.S.T. | ciegi | CEMRI UAB | Universidade de Lisboa | APEM | UMAR

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, LP, no âmbito do projeto J1EBP4A004/2020 com o identificador DOI 10.54498/UIDB/04A04/2020 (<https://doi.org/10.54498/UIDB/04A04/2020>)

# 16 DE MAIO

## SESSÃO PARALELA I

### 12h10 - 13h40 Sala CAN209 – SESSÃO A: MOVIMENTOS FEMINISTAS DURANTE O SÉCULO XX: ORGANIZAÇÃO, PROTAGONISTAS E REIVINDICAÇÕES

**Moderação:** Natividade Monteiro (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Do Global ao Local: A Influência dos Movimentos Feministas Internacionais em Portugal.* **Elisa Fauth** (CH-ULisboa)

**Resumo:** Conforme a historiografia feminista tem demonstrado, o século XX foi o século dos feminismos, período no qual emergiram uma pluralidade de movimentos em diversos países devido a tomada de consciência individual e coletiva feminina, (COVA, 2007; GUBIN, 2004). Levando em conta este contexto, este estudo explora a representação e a influência dos diversos feminismos internacionais na imprensa feminina portuguesa após o I Congresso Feminista e da Educação. Ao considerar o período que converge com o início da ditadura em Portugal até o fim da Segunda Guerra Mundial, a análise centrar-se-á nas percepções e narrativas construídas por revistas femininas da época, com o intuito de compreender a intersecção entre os movimentos feministas globais e o contexto sociopolítico português. O objetivo central deste estudo é lançar luz sobre como as diversas correntes feministas internacionais foram retratadas nesses meios de comunicação, identificando nuances, divergências e convergências que emergiram nesse cenário. Destacando os primeiros 20 anos da ditadura em Portugal, período caracterizado por transformações sociais significativas e restrições à liberdade de expressão, a pesquisa se propõe a analisar como as mulheres e os movimentos feministas foram representados, mesmo sob o jugo da censura ditatorial. Ao focar não apenas as dinâmicas internacionais, mas também as respostas locais e as estratégias de resistência à censura, este estudo visa compreender a maneira como a imprensa feminina funcionou como mediadora das ideias feministas em um contexto nacional específico. A análise crítica dessas representações contribuirá para uma compreensão mais profunda das dinâmicas

de poder, resistência e transformação social que marcaram os primeiros anos da ditadura em Portugal.

**Nota biográfica:** Elisa Fauth é doutoranda no PIUDHist com a tese “Entre o controle e a subversão: as mulheres durante os regimes autoritários em Portugal e no Brasil (1930-45)”, financiada pela FCT (UI/BD/152084/2021) e vinculada ao Centro de História Universidade de Lisboa. Realizou o mestrado em História na UNISINOS, onde defendeu a dissertação sobre discursos de gênero em construção de feminilidades através da imprensa. É pesquisadora do Grupo de Investigação Usos do Passado e da Rede de Direitas, História e Memória. Participou como apresentadora em diversos seminários e congressos e publicou artigos e capítulos em Portugal, Brasil e outros. Seus principais interesses de pesquisa são sobre história das mulheres, regimes autoritários, direitos femininos e cidadania.

2. *A lei do divórcio de 1910 - implicações e limitações.* **Rita Paiva Costa** (CHSC-UC)

**Resumo:** Em 1924, quando se realizou o 1º Congresso Feminista e da Educação, o divórcio vigorava em Portugal há quatorze anos. A sua reivindicação e discussão foi principiada, contudo, várias décadas antes. Decisivamente terá sido a partir da década de sessenta do século XIX com o debate e aprovação do novo Código Civil (1867) e a introdução do casamento civil em determinados casos. O divórcio, contudo, continuou a não ser permitido até 1910.

Sabemos que o divórcio foi uma das bandeiras da luta republicana e concretamente da luta das mulheres republicanas que consideravam este direito um dos passos necessários à proteção e emancipação da mulher. A lei do divórcio de 3 de novembro de 1910 foi, e continua a ser, considerada como uma grande conquista para o movimento feminista português, como se esta lei tivesse sido de especial benefício para a mulher apenas.

Sendo uma das primeiras medidas promulgadas pelo novo regime republicano e pelo fato do mesmo regime nunca ter aprovado outras reivindicações das mulheres republicanas, como o voto e a elegibilidade política, faz-nos crer que o divórcio foi uma deliberação de fácil e necessariamente rápida introdução. Por um lado, porque era fortemente do interesse masculino, e, por outro lado, porque respondendo a uma vontade insistente,

impôs um certo conformismo, como que um acerto de contas, ao setor republicano feminino, já dispensável neste novo jogo político.

Sob outra perspectiva, menos política e mais global, para a generalidade da sociedade, mais conservadora, a lei do divórcio foi vista, pelo contrário, como uma medida de desamparo da mulher, neste facilitado “desquite”. Considerando, tal como na argumentação informal do perigoso conservadorismo de um possível voto feminino, que grande parte da população feminina tinha visões menos libertárias da sociedade e da sua própria vida, podemos presumir que a lei do divórcio foi encarada como uma circunstância melindrosa para a maioria das mulheres portuguesas inseridas numa sociedade ainda extremamente tradicional.

Concretizando a análise desta questão, interessa-nos compreender a situação do divórcio após a sua promulgação, analisando as diferenças e comparando a legislação da separação judicial e do divórcio (assim como as leis da família de 25 de dezembro de 1910). Mas mais importante, será talvez, conhecer o panorama dos casos concretos. Tendo por base a análise dos casos de divórcio do distrito de Coimbra, vamos observar temporalmente os dez anos anteriores e posteriores à promulgação da lei, tentando perceber qual foi, de facto, o balanço e as reais consequências da lei do divórcio.

**Nota biográfica:** Rita Paiva Costa é doutoranda em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a tese «"Viver Desgraçado". A violência conjugal no círculo judicial de Coimbra (da 2ª metade do século XIX ao final da 1ª República)», que visa problematizar historicamente, a partir da análise dos processos judiciais e com o confronto com outras fontes, a violência praticada sobre a mulher no contexto conjugal. É bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia desde 2019 e membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da mesma Universidade. Tem como principais áreas de interesse a História da Vida Privada; História das Mulheres; História da Família; Séc. XIX Português; Sociabilidades e costumes.

### 3. *Os Feminismos captados através da revista "Sociedade Futura" 1902-1904.*

**Beatriz Margarida Carvalho Rodrigues (FLUC)**

**Resumo:** A presente comunicação visa apresentar os resultados de investigação obtidos no seguimento da análise da revista Sociedade Futura (1902-1904). Este trabalho intitulado “Os feminismos captados através da revista Sociedade Futura (1902-1904)” foi realizado no âmbito da licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e teve como principal objetivo perceber de que forma a revista foi utilizada pelas feministas como um espaço de difusão dos feminismos, contribuindo para a valorização da mulher no período de 1ª vaga do movimento feminista.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX, desenvolveu-se o movimento feminista português na sua 1ª vaga onde algumas mulheres, mais instruídas e intelectuais, começaram a utilizar a imprensa feminina e feminista como um dos principais meios para reivindicar a emancipação feminina. Neste contexto, surgiram vários periódicos feministas destacando-se, entre eles, a Sociedade Futura, que foi a fonte utilizada na nossa investigação. A Sociedade Futura foi publicada nos últimos anos da Monarquia Portuguesa, com início em 1902 e prolongando-se até 1904, totalizando 28 números, e teve como diretoras duas feministas Ana de Castro Osório e Maria Olga Moraes Sarmiento da Silveira. Embora não seja um periódico somente feminista, registando-se a presença de variadas temáticas como literatura e poesia, a Sociedade Futura revelou-se uma importante fonte para analisar as dinâmicas feministas presentes durante o período de 1ª vaga do movimento feminista, pois registou-se a colaboração de várias feministas e a publicação de vários textos sobre a condição feminina.

Assim, ao analisar esta revista levantaram-se questões assaz pertinentes às quais se pretendeu dar resposta ao longo deste trabalho: Como foi a Sociedade Futura uma revista feminista? Qual o contributo desta para a luta feminista? Teve um papel central na reivindicação da emancipação feminina através das suas publicações? Como se aborda a temática feminista? Quais as temáticas centrais abordadas? Quais as feministas que contribuíram para a revista?

Neste sentido, através da análise de artigos sobre a condição feminina e escritos por mulheres, esta investigação traçou como principais objetivos perceber como os feminismos se expressaram na revista, procurando identificar, por um lado, as reivindicações feministas e a visão da mulher subjacente e, por outro, as feministas que

escreviam esses artigos e o seu contributo para a dignificação da mulher. Para a revista colaboraram várias portuguesas, entre elas, Ana de Castro Osório, Albertina Paraíso, Alice Moderno, Alice Pestana, Domitila de Carvalho, Maria Amélia Vaz de Carvalho, Maria Veleda e Virgínia Quaresma. Todavia, apesar de ser uma revista feminina a verdade é que houve uma forte colaboração masculina, destacando-se dois Presidentes da I República Portuguesa, Teófilo Braga e Bernardino Machado.

Do ponto de vista metodológico procedeu-se à análise detalhada da fonte a partir da sua disponibilização no arquivo digital “Revistas de Ideias e Cultura”. Para efeitos de análise utilizaram-se os vinte e seis números da revista, visto que os números 21-22 não estão disponíveis, do período compreendido entre 1902-1904. Num primeiro momento, procedeu-se à análise dos aspetos morfológicos, à inventariação dos seus colaboradores, contabilizando o número de artigos escritos por cada colaborador e totalizou-se os artigos presentes, que foram agrupados por temáticas, identificando-se as dominantes. Em seguida, atendendo ao objeto de estudo deste trabalho priorizou-se a análise detalhada dos artigos sobre a condição feminina e escritos por mulheres, procurando-se responder às questões anteriormente levantadas.

Em suma, nesta comunicação pretende-se demonstrar como a revista Sociedade Futura contribuiu para a valorização e emancipação da mulher através de artigos de índole feminista, de biografias femininas, de artigos sobre os sucessos e as concretizações de mulheres e de literatura feminina.

**Nota biográfica:** Licenciada em História com menor em Estudos Europeus e mestre em Ensino de História no 3ºCiclo do Ensino Básico e Ensino Secundário pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde 2024. Atualmente encontra-se a trabalhar como professora de História. Publicou crónicas na secção P3 "Megafone" no Jornal Público online e participou, em 2021, nas I Jornadas de Iniciação Científica da FLUC com a apresentação do trabalho de investigação em História Contemporânea realizado na licenciatura em História intitulado "Os feminismos captados através da revista Sociedade Futura (1902-1904)". No âmbito do ensino da História, frequentou várias conferências, palestras e outros cursos organizados por instituições ligadas à educação, como a APH e a EuroClio.

4. *'Dear Sir...we are not Suffragettes!': Feminism, Infanticide, and the Case of Daisy Lord in Early Twentieth Century Britain.* **Daniel Grey** (University of Hertfordshire)

**Resumo:** In 1908, the conviction in south-east England of a woman named Daisy Lord for the murder of her newborn daughter sparked national controversy and led to vociferous debates over contemporary gender roles and what was the most appropriate punishment for infanticide cases. Questions about her case were asked in Parliament, and there was a well-attended popular demonstration demanding her immediate pardon and release from prison in London's Trafalgar Square that same year. Although Lord had admitted her guilt, the case was nonetheless perceived as a miscarriage of justice and played a key role in bolstering public support for the Edwardian women's movement, as feminist and socialist campaigners were able to tap into this widespread sympathy for her, arguing Lord's case exemplified state-sanctioned double standards and the need for British women to be given much greater rights and duties in relation to public life, citizenship, and the legal system. While even in 1931 the Lord case was still being described by feminist and socialist activists as having been a significant turning point for social reform campaigns, it rapidly faded from public memory and until now has been ignored by historians. This communication offers a radical reassessment of the significance of this case for understanding British attitudes to women's rights and calls for women's public participation in all dimensions of life in society during the early twentieth century.

**Nota biográfica:** Dr Daniel Grey is Programme Leader for the BA Sociology and Principal Lecturer in History, University of Hertfordshire, UK. He has published a number of journal articles and essays on infanticide, homicide, sexual violence and child abuse in Britain and India during the nineteenth and twentieth centuries, and he is completing his book "Degrees of Guilt: Infanticide in England 1860-1960" for Liverpool University Press.

5. *O Grupo da Mulher da Associação Académica de Coimbra.* **António Fernando Cascais** (ICNOVA)

**Resumo:** O Grupo da Mulher da Associação Académica de Coimbra (AAC) manteve-se ativo sensivelmente entre os anos de 1977 e 1981 e impõe-se registar a sua existência

antes que se perca em definitivo a sua memória. Enquanto organismo autónomo de uma associação estudantil, era quase exclusivamente constituído por estudantes, com a colaboração de algumas docentes universitárias, e quase exclusivamente mulheres, com o apoio de uma mão-cheia de colegas homens que essencialmente se voluntariaram para integrar a lista subscritora da sua fundação. A integração do Grupo da Mulher na AAC deve entender-se no contexto da profunda remodelação de que esta foi objeto na sequência do 25 de Abril de 1974, quando passa a acolher no seu seio as áreas de ativismo cívico-social então emergentes no nosso país, como o feminismo e o ambientalismo, como foi o caso, além do Grupo da Mulher, do Grupo Ecológico. A sua curta longevidade deve-se ao facto de não ter logrado continuar-se para além da permanência da geração fundadora durante o tempo em que os seus membros frequentaram os respetivos cursos, que coincidiu também com o refluxo da época de maior euforia ativista e associativa na academia coimbrã pós 1974. Mantendo reuniões semanais, administrativas, de trabalho e de discussão, o Grupo da Mulher organizava a comemoração anual do 8 de Março, chegando a realizar aquele que, com toda a probabilidade, foi o primeiro debate público de questões feministas e de género na Universidade de Coimbra, alargado a estudantes, professores e aberto ao público em geral, nas instalações da AAC. O Grupo publicou um boletim policopiado, que teve sucessivos nomes – As Mulheres Rompem o Cerco, Da Mulher – com várias secções temáticas: além dos artigos de fundo, de crítica, de divulgação, onde avultam temas como as lutas e reivindicações feministas, o planeamento familiar, a sexualidade e a homossexualidade, a contraceção e a interrupção voluntária da gravidez, a excisão feminina, o mundo laboral e as mulheres trabalhadoras, a misoginia e o antifeminismo, o boletim tinha secções de poesia, banda desenhada e entrevista. Os textos nunca eram assinados. Na sala reservada para o seu funcionamento existia uma pequena livraria, que comercializava livros editados em Portugal, mas recebia de forma irregular alguns periódicos feministas estrangeiros. Em 1979-80, o Grupo manteve colaboração ativa com a Campanha Nacional pelo Aborto e a Contraceção (CNAC) e na luta inicial pela sua despenalização e terá sido esse uma das ocasiões em que, de forma mais pública, transpôs as portas da academia.

**Nota biográfica:** Docente no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador integrado no ICNOVA – Institut de Comunicação da NOVA. Organizou os livros: Olhares sobre a Cultura Visual da Medicina em Portugal (Unyleya, 2014), Indisciplinar a teoria (Fenda,



2004), *A SIDA por um fio* (Vega, 1997), e, em colaboração, *O vírus-cinema: cinema queer e VIH/sida* (Lisboa, 2018), *Cinema e Cultura Queer* (Lisboa, 2014), *Hospital Miguel Bombarda 1968 - Fotografias de José Fontes* (Documenta, 2016), *Lei, Segurança, Disciplina. Trinta anos depois de Vigiar e punir de Michel Foucault* (CFCUL, 2009). As suas áreas de trabalho são a mediação dos saberes, a cultura visual da medicina, os estudos foucauldianos, de género, gay, lésbicos e queer.

## SESSÃO PARALELA I

12h – 13h25 Sala CAN355 – **SESSÃO B: SEXUALIDADES E AUTODETERMINAÇÃO**

**Moderação:** Mariana Rodrigues (CIEG/ISCSP-UL)

1. *Resistência e Autodeterminação: Lugares, Corpos e Lutas de Mulheres Trans em Portugal.* **Daniel Santos Morais** (CES-UC)

**Resumo:** Nos últimos 40 anos, Portugal tem assistido a uma transformação radical no que toca à criação de leis e dispositivos legais sobre igualdade e não discriminação. Nenhum movimento social mostra conseguir influenciar transformações legais tão progressistas e em tão curto espaço de tempo como o movimento LGBTQI+ (Brandão, 2008; Cascais, 2006; Santos, 2013). Contudo, entre a aplicação das leis e as práticas sociais mostra existir uma descoincidência na consagração plena destes direitos.

Segundo o Estudo Nacional sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, a consagração dos direitos fundamentais à autodeterminação da identidade e expressão de género e à proteção das características sexuais (Lei n.º 38/2018 de 7 de agosto) pelo Estado não foi suficiente para fazer face às situações de discriminação estando as mulheres trans identificadas como as mais discriminadas.

Entre os contextos de discriminação mais assinalados são destacados o acesso a cuidados de saúde, escolares, laborais, de segurança e proteção social, incluindo as estruturas de acolhimento ou forças de segurança. Os centros de acolhimento temporário e estruturas residenciais, o acesso à habitação, a comunicação social e o espaço público também são identificados como espaços discriminatórios.

Percebe-se, em Portugal e um pouco por toda a Europa, que à medida que se assiste à visibilidade e reconhecimento legal dos direitos de mulheres trans, o reforço de reações contrárias à consagração e aprofundamento dos direitos de autodeterminação de género, como mostra ser a exclusão de mulheres trans a espaços marcados por género como são os estabelecimentos prisionais, abrigos para mulheres, o apoio a vítimas de violência

doméstica, a participação em modalidades desportivas, assim como espaços quotidianos como casas de banho, balneários, etc.

Partindo do pressuposto de que toda as pessoas são podem ser divididas em dois sexos biológicos distintos, "masculino" e "feminino", “que os Homens e Mulheres são geneticamente, fenotípica, fisicamente e psicologicamente diferentes e de uma forma complementar”, que uma mulher trans não é igual a uma “mulher que nasce mulher”, são reforçadas posições misóginas, sexistas e excludentes de identidades que não se enquadrem no ponto de vista biológico e universal de “mulher”.

Ainda que seja um dos desígnios dos feminismos assegurar que o género da pessoa não limita as suas oportunidades, não a impede de escolher livremente o seu caminho ou de ser tratada com dignidade, alguns grupos feministas têm recuperado definições biológicas e essencialistas baseadas no sistema sexo/género para desconsiderar a autonomia e autenticidade ontológica de mulheres Trans.

Nesta comunicação pretendo levantar algumas das adversidades que cerceiam as políticas feministas em torno da promoção da igualdade de género e da não-discriminação em função da identidade de género e da orientação sexual, assim como da construção social e imagética do corpo transgénero enquanto corpo artificial, monstruoso e danoso à integridade física e legal das mulheres biológicas.

**Nota biográfica:** Daniel Santos Morais é aluno do Doutoramento em Estudos Feministas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e pelo Centro de Estudos Sociais de Coimbra (CES). Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Licenciado em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da UC (FLUC). Os seus interesses de investigação centram-se nos Estudos Queer, Estudos de Género, História das Mulheres e Políticas Sociais, no qual desenvolve o seu projeto de tese: “Trans Exclusionary Radical Feminists (TERF) e Autenticidade de Género no Contexto Português (2011-2018)”. Voluntário no site de notícias LGBTQI+, dezanove.pt.

2. *Os silêncios sobre Safo: uma análise da Imprensa Lésbica portuguesa (1990-2007)*. **Leticia Emília Batista** (PUC-SP)

**Resumo:** As áreas de estudos de gênero, feminismo e sexualidade vem se fortalecendo gradualmente desde os anos de 1970. Entretanto, enquanto em partes da América e Europa os movimentos lésbicos se consolidavam principalmente através do contato com o movimento feminista, em Portugal sua formação ocorreu distintamente. Dessa forma, apesar dos avanços e estudos LGBTQIA+ em Portugal, notam-se lacunas a serem preenchidas nessa história, principalmente a respeito das mulheres lésbicas. Enquanto que os anos 70 e 80 foram fundamentais para a organização do movimento feminista e do movimento lésbico, em Portugal o mesmo não se passou. A ditadura refletiu nas dificuldades da organização do movimento feminista.

Se a década de 1980 foi marcada pela fragilidade dos movimentos, os anos de 1990 foram marcados pela emergência de diferentes associações LGBT em Portugal. Em 1991 o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH) constituiu-se no seio do Partido Socialista Revolucionário, evidenciando a repressão e discriminação exercida pela moral sexual dominante. Concomitantemente, as primeiras movimentações políticas lésbicas surgem no início dos anos 90, através de um casal de duas mulheres lisboetas, inspiradas pelo movimento lésbico e feminista internacional, criam em 1990 a primeira revista lésbica em Portugal, a Organa.

Dessa forma, esta comunicação tem como objetivo fazer uma breve recuperação histórica da imprensa lésbica portuguesa entre os anos de 1990 e 2007, através da análise dos boletins e revistas Organa (1990-1992), Lesbiana (1999-2000), Lilás (1993-2002) e Zona Livre (1997-2007). A partir das fontes almeja-se reconstruir a trajetória da organização lésbica afim de evidenciar em que medida essas publicações se ampararam em correntes teóricas, bem como influenciaram na politização das identidades, possibilitando a existência de um referencial discursivo para a visibilidade e vivências lésbicas. Contribuindo ainda para a consolidação de espaços de debates, contato, informação e afeto. Demonstrando por fim como suas articulações auxiliaram a transgredir um modelo de sexualidade, formando uma rede que rompe com a solidão revelando como essas mulheres lutaram por seus espaços e como as suas narrativas construíram identidades e as transformaram em sujeitos políticos, com direito à fala e à escuta.

Portanto, a ressignificação e o contradiscurso realizados por elas através dessa imprensa, podem ser interpretados como meio eficiente para questionar a ordem sexual instituída, viabilizando uma epistemologia diferenciada do mundo contemporâneo normativo.

**Nota biográfica:** Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Pesquisadora nas áreas de relações de gênero e feminismos, sexualidades, lesbianidades e Imprensa Lésbica. Desenvolveu sua dissertação a respeito do Boletim lésbico brasileiro ChanacomChana (1981-1987), atualmente doutoranda na mesma instituição, investiga boletins e revistas que compilam uma historiografia sobre a Imprensa Lésbica portuguesa (1990-2007).

### 3. *A liberdade sexual na década de 1960 – o caso da Universidade de Coimbra.*

**Daniela Sofia Neto (UC)**

**Resumo:** O movimento estudantil no Estado Novo caracterizou-se por dinâmicas de contestação e de radicalização numa época em que tal não era permitido e acarretava consequências. As estudantes, fortemente condicionadas pela pertença de gênero adotaram atitudes de oposição de acordo com o que, à data, era a condição da mulher na sociedade portuguesa. Na década de 1960, perante a fagulha do “feminismo de segunda vaga”, são escassos os coletivos, em Portugal, centrados na imbricação entre o público e o privado. Não obstante, decorrente do processo de feminização na Universidade de Coimbra e da vitória de uma lista de esquerda no ano letivo 1960/61 para a Direção da Associação Académica houve uma série de alterações qualitativas no discurso, que deflagram precisamente no papel da mulher na Universidade e na sociedade.

À data referida e na Universidade de Coimbra destaca-se de modo particular a escrita regular por parte de mulheres e homens estudantes nos jornais académicos e o número crescente de assembleias magnas, o órgão deliberativo da Académica. Destaca-se igualmente o Conselho Feminino da Associação Académica, incumbido de realizar atividades e de dar voz às estudantes, assim como as Assembleias Gerais de Alunas. É também um momento de abertura a outras academias – Lisboa e Porto – com uma dinâmica de Convívio Inter-Academias, que, aliás, culmina na proibição da comemoração do Dia do Estudante em 1962, dando origem a uma Crise Académica.

Partindo da análise de jornais académicos e de documentos (e.g. Atas) situados no período indicado, propõe-se a análise do papel da mulher e das discussões em torno da liberdade sexual na perspetiva de estudantes da Universidade de Coimbra.

Os resultados preliminares permitem averiguar uma forte componente de discussão em torno da liberdade sexual das mulheres na sociedade, sobretudo no que diz respeito à contestação da dicotomia público/privado, sugestiva da segunda vaga do movimento feminista. Esta discussão é marcada por discursos de estudantes (sobretudo homens) que apelam ao derrubar dos muros que separam os dois sexos, conforme se pode ler na “Carta a uma Jovem Portuguesa”. Outra facção na discussão é marcada pelo conservadorismo e por uma influência vincada da igreja católica, impedindo o diálogo sobre este assunto, com consequências para as mulheres que se envolvem nesta atitude de abertura ao espaço público.

No que diz respeito ao Conselho Feminino, passa de um alheamento e da organização de atividades tradicionalmente femininas para uma maior abertura. Pode verificar-se a existência de cursos de puericultura, alimentando a ideia do regime de ligação da mulher à maternidade, de modo a criar espaços de diálogo sobre a sexualidade numa altura em que tal não era permitido.

A abertura a outras academias confluiu também em discussões sobre o papel da mulher, em primeiro lugar pela parca adesão destas aos momentos de convívio, mas sobretudo pelo conflito que gerou em Coimbra, com panfletos e comunicados sobre as imoralidades vividas e praticadas nas Repúblicas (destinadas ao acesso masculino).

Todos estes momentos foram levados a espaços de discussão e de deliberação, refletidos em páginas de jornais académicos e nas atas de assembleias de estudantes, apresentando-se como documentos relevantes e essenciais para a análise das representações sociais de estudantes para uma leitura preliminar sobre a sexualidade (e a concetualização do assédio sexual) na Universidade de Coimbra.

**Nota biográfica:** Daniela Sofia Neto é Licenciada e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é Doutoranda em Sociologia na mesma instituição e o seu projeto consiste em dar continuidade à investigação iniciada no mestrado, pretendendo analisar as representações sociais de estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual desde a década de 1960. A tese de doutoramento indicada é financiada através da Fundação para a Ciência e Tecnologia

(2022.12798.BD) e tem como entidade de acolhimento o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atualmente é membro da equipa do projeto UnCoveR - Violência sexual nas paisagens mediáticas portuguesas, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

4. *Espaços de transição femininos: uma análise comparativa entre o Recolhimento do Anjo e o Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança na cidade do Porto (1672-1837)*. **Rita Alexandra Ferreira Costa** (FLUP)

**Resumo:** Durante a Época Moderna e inícios da Contemporânea, a fundação de recolhimentos femininos em Portugal materializa conceitos que moldam a assistência às mulheres na cronologia de então. Devido à ausência de uma figura masculina, pela orfandade, viuvez ou outro caso que ditasse o afastamento da figura feminina da estrutura tradicional masculina de proteção, as mulheres eram interpretadas pela sociedade como vulneráveis a enveredar por casamentos problemáticos ou pela prostituição. Os recolhimentos surgiram como espaços concebidos para albergar mulheres que se encontrassem em alguma das situações mencionadas, tendo como objetivo a preservação da sua honra sexual e, conseqüentemente, social. Estas instituições aturam como espaços de transição entre o mundo civil e a vida em clausura, uma vez que as recolhidas deviam obedecer ao cumprimento de uma norma rígida, estabelecida pelos estatutos de cada recolhimento.

A lacuna historiográfica existente perante uma análise articulada entre os recolhimentos femininos fundados na cidade do Porto é a principal motivação científica que fomenta o presente estudo, cujo objetivo primordial é executar uma análise comparativa entre o Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo e o Recolhimento de Órfãs de Nossa Senhora da Esperança. O primeiro, de administração episcopal submetido à jurisdição real, em funcionamento entre 1672 e 1832, serviu de hospital militar durante o Cerco do Porto (1832-1833), tendo sido demolido em 1837. Nos dias correntes, o urbanismo portuense não recorda a memória da existência desta instituição no espaço que a mesma ocupou. O segundo, administrado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, iniciou as suas funções em 1731, debruçando-se a análise deste trabalho apenas até 1837. A partir do presente estudo, pretende-se compreender os movimentos das recolhidas nestes espaços de transição, quem eram estas mulheres, de onde vinham as mesmas e quais os

seus destinos, bem como as suas relações familiares e de que modo estes dois recolhimentos se interligam e representam espaços particulares na vivência feminina durante a Época Moderna e inícios da Época Contemporânea portuguesa.

Recorremos aos estatutos destas instituições, aos livros de entradas e saídas de órfãs e porcionistas, bem como a plantas topográficas e a iconografia produzida sobre estes locais para criar variáveis que nos permitem cruzar dados como data de nascimento, de batismo e de falecimento, naturalidade e residência das recolhidas, categorizando os motivos de entrada e de saída destas mulheres, tentando perceber tendências. Compreender a proveniência geográfica das suas relações de parentesco (pais, avós maternos e paternos) e o estatuto socioprofissional por estes desempenhado na sociedade é fundamental para articular a existência dos recolhimentos femininos na formação de redes de sociabilidade e na compreensão das mesmas na evolução urbana do Porto na longa duração. Apesar da promoção da exclusão social pelos recolhimentos, conseguimos observar alguns casos de movimentação entre espaços da cidade do Porto, desde recolhimentos, a conventos e confrarias. Poderão estas circunstâncias evidenciar uma estratégia destas mulheres para contrariar esta exclusão?

**Nota biográfica:** Rita Costa é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2019-2022), onde frequenta o segundo ano do mestrado em História e Património, com especialização em Mediação Patrimonial. Em 2022, apresentou um trabalho na XV edição dos Encontros da Primavera. Em 2023, participou na 16ª Edição dos Encontros IJUP, onde apresentou um projeto em estilo pitch, e no VIII Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, apresentando uma comunicação. Fez parte do secretariado da History of Knowledge Conferene, organizada pelo CITCEM da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo também publicado na revista *Omni Tempore* – revista de atas dos Encontros da Primavera o artigo da comunicação apresentada em 2022.



## SESSÃO PARALELA II

15h – 16h15 Sala CAN209 – **SESSÃO A: LITERATURA LUSÓFONA I**

**Moderação:** Catarina Pimentel Neto (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Ana Hatherly - Mulher à frente do seu tempo na Literatura, nas Artes e na Cultura.* **Dalila Maria Teixeira Milheiro** (CEG/UAb; CEMRI/UAb; CLEPUL/FLUL)

**Resumo:** No âmbito do I Congresso Feminista e da Educação, cem anos depois (1924-2024), propomos destacar a figura ímpar de Ana Hatherly (1929-2015) enquanto Mulher, Professora/Investigadora, Escritora, Artista, e figura de destaque na Cultura dos Séculos XX e XXI em Portugal.

Pretendemos evidenciar as várias facetas da obra de Hatherly - ficção, poesia, prosa poética, ensaio, tradução, investigação, artes plásticas, cinema, performances – realçando que há notas de transgressão, criatividade e singularidade que a tornam uma Mulher à frente do seu tempo.

O nome de Ana Hatherly associa-se à poesia de vanguarda, enquanto membro destacado do grupo da Poesia Experimental Portuguesa e ao seu papel fulcral enquanto investigadora da época barroca. De facto, a Escritora-Artista é um dos teorizadores do movimento, iniciado nos anos 60 em Lisboa, para além da sua exaustiva dedicação à investigação e divulgação da Cultura Portuguesa do Período Barroco, tendo publicado numerosos estudos sobre essa matéria e fundado a revista Claro-Escuro.

Ana Hatherly inicia em 1958 a sua carreira literária, produzindo uma extensa obra traduzida em diversas línguas e incluída em várias antologias internacionais. A Autora falece a 5 de agosto de 2015, em Lisboa, com 86 anos, e deixa-nos um legado cultural inigualável no panorama literário dos séculos XX e XXI português, que pretendemos aqui mencionar e recordar nas suas múltiplas vertentes. Obras como *O Mestre*, *Eros Frenético*, *Sigma*, *Tisanas*, *Anagramático*, *Anacrusa-68* *Sonhos* ou a sua *Poesia Visual*, que integra vários livros publicados, são únicas no panorama literário e cultural português. A Escritora assume o seu lado marginal/marginal[izado] e subversivo, contudo, afirma que o seu trabalho experimental é um fator prejudicial para a sua imagem pessoal e

profissional, apresentando-se demasiado original e que por isso teve de pagar um alto preço por essa singularidade. Assim, é nossa intenção salientar as dimensões da produção hatherlyana. Uma dimensão, ao nível da sua escrita vanguardista, criativa, transgressora e subversiva; outra dimensão que incide na sua expressão artística e cultural, incorporando intervenções criativas, nomeadamente: telas (imagens-texto), performances-instalações, fotografias e filmes.

O trabalho literário e artístico de Ana Hatherly que aqui se pretende valorizar e enfatizar está intimamente associado a um processo árduo de labor e audácia desta Mulher multifacetada que nos deixou um legado inquestionável nas Artes, na Literatura e na Cultura Portuguesa.

**Nota biográfica:** Doutorada em Estudos Portugueses, Especialidade em Literatura e Cultura Portuguesas pela Universidade Aberta (2021). Mestre em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta (2004). Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1993). Investigadora do Grupo de Investigação 4 – Literaturas, Culturas e Artes – do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Investigadora do Centro de Estudos e das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres – Género, Sociedade e Cultura, e Investigadora do Centro de Estudos Globais, Grupo 5 - Literatura, Artes e Transculturais/Linha E – Literaturas Globais e Hipermedia da Universidade Aberta.

2. *O (não) lugar de Maria Isabel Barreno (1939-2016) no cânone da literatura portuguesa.* **Raquel Maria Correia Cardoso** (CEOS. PP, Coimbra Business School | ISCAC, Politécnico de Coimbra)

**Resumo:** Até meados do século XX, com algumas e limitadas exceções, as mulheres escritoras estão ausentes do cânone da literatura portuguesa.

Nas últimas décadas, em particular a partir da década de 1970, a inclusão de abordagens feministas na literatura portuguesa reforçou a necessidade de revisitar o cânone literário, permitindo não apenas a crítica ou questionação da sua hegemonia, como também a identificação de casos de mulheres artistas e escritoras.

Apesar dos trabalhos de investigação académica que se fazem atualmente em Portugal no contexto dos estudos literários feministas, apesar do número crescente de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e outras atividades académicas desenvolvidas e publicadas na área dos Estudos de Género, a escrita de autoria feminina continua (quase) ausente do cânone literário.

Nesta comunicação proponho uma reflexão sobre o (não) lugar de Maria Isabel Barreno (1939-2016) no panorama da literatura portuguesa contemporânea. Efetivamente, em 2016, aquando da sua morte, várias foram as vozes que, publicamente, não só enalteceram o percurso literário da escritora portuguesa, como reconheceram igualmente o silenciamento da sua obra e sobretudo a escassez de crítica literária.

Resgatar obras literárias de autoria feminina é um trabalho crucial não só para a reivindicação de uma memória e herança cultural e literária no feminino, como também para a reavaliação do cânone da literatura portuguesa.

**Nota biográfica:** Doutorada em Estudos Feministas, mestre em Estudos Anglo-Americanos e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela FLUC. É também pós-graduada em Literatura Moderna Inglesa e Americana pela University College Dublin. Ao longo da sua carreira foi premiada com bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, British Council, Erasmus e FCT. Recebeu o “Prémio de Mérito Académico do American Club de Lisboa 1996” pela FLAD e Fulbright. Docente no Politécnico de Coimbra, onde, desde 1996, leciona diversas disciplinas de língua inglesa e Técnicas de Comunicação Oral e Escrita. Os Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres são as suas atuais áreas de investigação. Em 2023, foi convidada para integrar a Comissão para a Igualdade de Género e Não Discriminação do Politécnico de Coimbra.

### 3. *Hermínia Telles da Gama, 1887-1958*. **Nuno Miguel Marçal Duque Ribeiro** (UAL)

**Resumo:** O presente estudo centra-se na história de Hermínia Telles da Gama, inserido na temática “Mulheres nas artes, na literatura e na cultura”.

A exposição de 17 de Maio de 1930 — realizada por iniciativa de Maria Lamas nas salas de O Século —, em homenagem à Mulher Portuguesa, apresentava obras literárias de Ana

de Castro Osório, Beatriz Arnut, Hermínia Telles da Gama, Virgínia Victorino, entre outras escritoras.

De todos os estudos importantes realizados sobre a História das mulheres em Portugal, não foi encontrado nenhum em específico que abordasse Hermínia Telles da Gama. Assim sendo, pretende-se dar a conhecer um pouco da história desta personalidade e incluir o seu nome no lote de escritoras suas contemporâneas. Estamos a falar de uma escritora e emancipada que teve um papel importante no contexto da sociedade portuguesa.

Professora, escritora e poetisa natural de Aljezur, nasceu em 1887. Literariamente, assinava como Hermínia Telles da Gama. O seu primeiro casamento com Francisco Alvarez Iglesias — Revolucionário Civil — no 14 de Maio de 1915 durou quase 6 anos. No ano seguinte, casa com o Alferes Francisco José da Silva Santos Júnior, natural de Braga. O casamento dura 8 anos.

Seguindo as pegadas dos seus antepassados, é levada para o Rio de Janeiro pela mão do escritor Ruy Chianca, director literário da revista “Portugal”. Embarca no paquete “Werra” com uma bagagem de 8 volumes. A viagem feita de cabisbaixa, com uma enorme mágoa, termina com a esperança de uma nova vida. Chega ao Rio de Janeiro no dia 26 de Dezembro de 1926. No entanto, regressa muito rapidamente a Portugal, no dia 8 de Fevereiro de 1928, a bordo do paquete francês “Formose”.

O seu primeiro livro, “Docel de Lágrimas, bela promessa”, colecção de poesias, é editado no Rio de Janeiro e prefaciado por Ruy Chianca. Falava de coisas simples, como o trabalho dos animais ao serviço dos moleiros de Braga, a procissão da Senhora do Sameiro e o problema da emigração de seus patrícios. A crítica, numa comparação dos valores poéticos, colocava D. Hermínia entre os melhores poetas, considerando-a a melhor poetisa portuguesa. O livro foi classificado de “Jóia Literária e Obra de Arte” e era considerado de “Leitura sã para as Moças”, sendo emocionalmente leitura moral, filosófica e religiosa. 10% da venda do livro revertia em benefício dos pobres e das obras de caridade brasileiras.

No ano de 1935, escreve “Quasi romance... ou... - Paixão dum crítico!...”, pequena obra, prefaciada pelo jornalista Acurcio Pereira e cujo produto total da venda se destinava a obras de beneficência.

Dois anos mais tarde é lançado o seu livro de contos e crónicas, “Flocos ao Vento”. Faz referência à sua infância passada na praia da Foz do Arelho, à passagem pelo Brasil, à utilização do Hospital Termal das Caldas da Rainha e à admiração pela Rainha D. Leonor.

Costumava apanhar o comboio no Rossio com destino às Caldas da Rainha, viajando em primeira classe. Adorava viajar sozinha para poder libertar o seu pensamento. Sentia um certo distanciamento em relação às mulheres de Lisboa e ao ritmo de vida e, como turista, deslocava-se para o campo para tonificar o organismo.

Em Novembro de 1955 adquire uma casa situada na encosta da Serra de Montejunto. A escolha do lugar demonstrava bem a sua sensibilidade. O ar da serra terá sido outro dos factores a influenciar a escolha face aos problemas de saúde de que padecia. Passava longos períodos a olhar para a fantástica vista que se podia avistar das suas janelas: de um dos lados, a serra, dos outros, o nascer e o pôr-do-sol.

Loira e de elevada estatura, era conhecida como a “Madame”. Pensavam que a senhora era de nacionalidade francesa e diziam que era uma pessoa importante, pela sua maneira de viver e de falar. Conhecida na zona como sendo muito católica, tinha ao seu serviço uma pessoa que a levava, de charrete, à missa na aldeia vizinha. Uma doença cardíaca grave acabaria por a impedir de sair de casa e seria a causa da sua morte aos 71 anos de idade.

Pelo seu testamento dá para entender que teve a noção de que iria morrer, abandonando a sua casa de Lisboa, indo para a da serra. Pretendia morrer de uma forma simples e longe dos luxos. O seu funeral deveria ser católico e, nesse dia, queria que fosse dada uma esmola de 20\$00 a cada um dos pobres inscrito na “Sopa dos Pobres” da sua freguesia. No 1º Andar da sua casa de Lisboa, deveria ser instalado um recolhimento — em memória da sua saudosa mãe — destinado, exclusivamente, a receber senhoras pobres ou indigentes, mas selectas e de boa educação. Pretendia ser sepultada em Lisboa e que o seu corpo fosse depositado em jazigo perpétuo. No final, acaba por entregar a sua alma a Deus, perdoando todos que a possam ter ofendido e pedindo perdão para si própria.

**Nota biográfica:** Nuno Miguel Marçal Duque Ribeiro é licenciado em Engenharia Informática, Pós-Graduado em Arqueologia Subaquática e Mestrando em História e Patrimónios. Inicia a sua actividade profissional em 1994 na Companhia de Seguros Bonança, tendo passado pela Companhia de Seguros Tranquilidade, Edinfor, CSC, CeleritiFinTech Services, HCL Technologies e DXC Technology. Foi docente convidado,

do curso de licenciatura em Engenharia Informática, na COCITE (1999-2000) e professor assistente no Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias (ISHT/Lusófona) (1999-2001). Mergulhador desde 2007 e investigador na área da Arqueologia Subaquática, destaca-se em 2017 a sua obra Horizontes de Mar e Guerra: O Naufrágio do “Praia da Victória”, editada pela Arandis Editora (Albufeira), documentando o seu particular interesse pelos navios em ferro naufragados na costa portuguesa.

4. *O projeto estético de Também guardamos pedras aqui: a retomada histórico-poética da Iliada como forma de resistência e de (re)existência do feminino.*

**Karine Aragão dos Santos Freitas** (UFRJ/Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro)

**Resumo:** Esta comunicação pretende desenvolver uma análise sobre a obra Também guardamos pedras aqui (2021) de Luiza Romão, na qual a slamer brasileira retoma a Iliada, de Homero. Ao contemplar a Guerra de Troia, os poemas traçam um percurso por temas que tangenciam a representação da mulher, a literatura ocidental, a poesia, os feminismos, o poder e a política, propondo um imaginário decolonial que subverte a apreensão da colonização (e de seus efeitos evidenciados pelas colonialidades do ser, do saber e do poder) como equiparada a um processo de civilização. A obra, vencedora do Prêmio Jabuti em 2022, na Categoria Poesia, traz a imagem das pedras como instrumentos de autodefesa e de resistência, em um jogo estético-metafórico em que a palavra, a poesia, podem representar pedras que mulheres – do passado e do presente – afiam para se defenderem, para resistirem e (re)existirem. Personagens-poéticos como Ifigênia, Agamenon, Homero, Priamo, Cassandra, Andrômaca atravessam a constatação de que a literatura ocidental foi erigida sobre a violência, sobre uma guerra em que “um corpo é um atestado de barbárie”. Os poemas de Também guardamos pedras aqui são acompanhados por uma performance multimídia de spoken word da própria Luiza Romão, disponibilizada no Youtube. Mesclando elementos do teatro e da videoarte, a performance apresenta algumas cenas (trechos do livro) que foram filmadas em um teatro, com Luiza Romão falando diretamente para a câmera. Outras imagens são de intervenções urbanas. A trilha sonora potencializa a palavra falada, ora acompanhando o ritmo da voz, ora ambientando a cena, ora marcando o final/começo das cenas. Os poemas são entrecortados por um coro de vozes femininas, feminizadas e de dissidências que entoam o próprio nome, o nome da mãe e de uma irmã – que pode ser de vida, de sangue,

caminhada, de memória, de utopia, de rua. O conceito é que os nomes representem as pedras do título, como aponta a autora. Para aprofundar os diálogos possíveis sobre o livro, tomam-se perspectivas ensaísticas da autora Audre Lorde em *A poesia não é um luxo* (2021) e *Usos do erótico: o erótico como poder* (2021).

**Nota biográfica:** Pós-doutoranda em Estudos Culturais pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) /PACC (bolsista senior FAPERJ - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro). Doutora em Letras / Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio e Mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Letras também por essa instituição. Os interesses de pesquisa debruçam-se, principalmente, sobre as relações entre: a decolonialidade e o corpo; estética e política; as possíveis (re)construções de novas epistemologias sociais/acadêmicas, com base nos caminhos da decolonialidade e a análise da literatura brasileira contemporânea. Desde Junho de 2022, atua como Professora substituta de Literatura Brasileira no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## SESSÃO PARALELA II

### 15h – 16h15 Sala CAN355 – SESSÃO B: O CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS

**Moderação:** Natividade Monteiro (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *As relações internacionais do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas através de Elina Guimarães. Anne Cova* (ICS-ULisboa)

**Resumo:** Elina Guimarães (1904-1991), advogada, estava muito bem informada para defender os direitos das mulheres ao longo de sete décadas. Esta comunicação centra-se no ativismo transnacional de Elina Guimarães no CNMP, onde ela desempenhou vários cargos. Conseguiu estabelecer uma rede notável de contactos no estrangeiro, através de laços de amizade, nomeadamente com as suas homólogas advogadas feministas do Conseil National des Femmes Françaises (fundado em Paris, em 1901) e com advogadas de vários outros países.

**Nota biográfica:** Anne Cova é historiadora, investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em 1994, no Instituto Universitário Europeu de Florença com um júri exclusivamente composto por historiadoras: Gisela Bock, Olwen Hufton, Luisa Passerini, Michelle Perrot e Françoise Thébaud. Anne Cova foi investigadora visitante nos Estados Unidos nas universidades da California-Berkeley, de Princeton e de Stanford. Desde 2013, é habilitada pela Universidade de Lisboa para o exercício de funções de coordenação científica em História. Atualmente, é vice-presidente da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres que é filiada na International Federation for Research in Women's History fundada em 1989 e que inclui mais de 35 países.

Desde há vários anos, Anne Cova investiga os conselhos nacionais de mulheres na América Latina e na Europa do Sul durante a primeira metade do século XX.

Entre as suas publicações mais recentes duas estão em acesso livre: Trata-se de um livro que coordenou e que foi publicado primeiro nos Estados Unidos e distribuído pela Columbia University Press e que depois foi traduzido em Português, Francês e



Castelhano. A versão francesa foi posta online, em 2022, na plataforma Open Edition Books. Em 2023, coordenou com a historiadora americana Ann Taylor Allen um número especial, dedicado ao ativismo transnacional das mulheres na revista inglesa *Women's History Review* (nº32).

2. *Património e legado nos 110 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e nos 100 anos do Primeiro Congresso Feminista, que fazer?* **João Esteves** (FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher, CICS.NOVA)

**Resumo:** 110 anos decorridos sobre a fundação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e 100 anos passados sobre a organização do Primeiro Congresso Feminista e de Educação, promovido sob a sua égide, importa revisitar esse passado, bem como os primórdios do feminismo português, estruturado a partir do final do século XIX, e escrutiná-lo quanto à preservação e transmissão desse património.

Houve em Portugal uma construção paulatina do movimento feminista, primeiro através da palavra escrita, transmitida e difundida pela imprensa e, depois, afirmado pelo associativismo feminino e feminista, de que o CNMP foi o exemplo mais duradouro. No entanto, esse legado, essencial no caminho, irreversível, da construção e afirmação da cidadania feminina, está ainda secundarizado e insuficientemente estudado, com muito a colmatar.

Se foram tantas as mulheres que, ao pensarem, debaterem, opinarem, escreverem, organizarem-se, atuarem, intervirem, multiplicarem a palavra, tomarem posição e correrem riscos, conseguiram fazer-se ouvir, mesmo que episodicamente, e souberam romper tabus, dando visibilidade e credibilidade às suas aspirações, há que retomar-lhes o rasto, individualmente e enquanto coletivo numa sociedade predominantemente conservadora e cujas referências se ancoravam no “eu” masculino. Se essas vozes e práticas femininas causaram incómodos, comportaram dissabores, despoletaram reações, contribuindo para se tornarem cidadãs, importa resgatar essa memória, mergulhar nesse património oculto e transportá-lo para o presente, num diálogo que permita reavivar a sua relevância, contornando meras evocações, repetitivas celebrações festivas, súmulas laudatórias ou anacronismos inaceitáveis e, tantas vezes, inverosímeis.

Há que desenterrar as fontes, retornar às vozes plurais de outrora, escutá-las e reavivá-las, sem as descontextualizar em função de apropriações contemporâneas infundadas, almejando a reconstrução de uma História que recuse a sua guetização. Nesta evocação do ocorrido há um século importa, também, saber refletir sobre o que fazer para que essas raízes do feminismo português não sejam olvidadas e devoradas pela efemeridade do presente.

**Nota biográfica:** Professor e historiador, estuda há anos o associativismo feminino e feminista, desde a viragem do século XIX até meados da década de 1940, recorrendo, sobretudo, à imprensa, correspondência, publicações de autoras e arquivos públicos. Tem, também, desenvolvido estudos biográficos em torno de mulheres que, através do associativismo ou intervenção política e cívica, merecem ser reconhecidas e divulgadas. É autor de livros (publicados em 1992, 1998, 2008, 2013), capítulos de livros, artigos, biografias, entradas de dicionários (2003, 2005, 2013, 2014, 2021), comunicações e conferências. Co-dirigiu o *Dicionário no Feminino (Séculos XIX e XX)*, (Livros Horizonte, 2005) e *Feminae. Dicionário Contemporâneo* (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2013). Comissário científico de exposições, mantém colaboração com projectos nacionais e internacionais. Integra o conselho consultivo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

3. *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. **Célia Costa**  
(Investigadora independente)

**Resumo:** Inserido no movimento feminista da primeira vaga, no início do século XX, O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP) foi a organização feminista com a maior longevidade na história do associativismo feminista em Portugal, tendo mantido sempre constante a publicação do seu órgão de imprensa.

Com ligação ao movimento feminista internacional, filiou-se no International Council of Women e na International Women Suffrage Alliance, participou nos Congressos Feministas de Roma, Washington, Paris e Edimburgo, e organizou dos Congressos Feministas em 1924 e 1928.

Foi compulsivamente encerrado pelo Estado Novo em 1947, para refrear a actuação de Maria Lamas, sua presidente, e de outras sócias, no movimento de oposição ao regime.

Com 33 anos de actividade ininterrupta, o CNMP é um objecto histórico fértil que permite conhecer a história da agremiação feminista, do movimento feminista e do associativismo feminino, na primeira metade do século XX.

**Nota biográfica:** É Licenciada em História e mestre em Estudos sobre as Mulheres, com a dissertação «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista», publicada com o título *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1918)*.

É professora e formadora nas áreas da História e de Estudos sobre as Mulheres e Estudos de Género. Tem publicado artigos sobre esta temática e fez parte, como investigadora, do projecto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974, coordenado por Anne Cova, sediado no ICS e financiado pela FCT, do qual resultou a publicação da obra com o mesmo título, editado pela Imprensa de Ciências Sociais.

#### 4. *Os direitos da mulher na gravidez e no parto: de Adelaide Cabete à APDMGP.*

**Márcia Marat Grilo, Adriana Mello Guimarães, Cláudia Pacheco** (Instituto Politécnico de Portalegre)

**Resumo:** A presente proposta procura observar, no contexto português, a temática dos direitos da mulher, associados à gravidez e ao parto, no discurso de Adelaide Cabete, no início séc. XX, e identificar pistas para a compreensão desta causa na atualidade através da Associação Portuguesa para os Direitos da Mulher na Gravidez e no Parto (APDMGP).

No que respeita ao referencial teórico, partiremos de considerações sobre a dominação masculina e a violência simbólica (Bourdieu, 2002). Será também abordada a condição feminina no início do século XX, na qual as mulheres não eram cidadãs de pleno direito. (Beleza, 2015). De seguida, centrar-nos-emos no conceito de Comunicação para a Mudança Social, já que “as práticas comunicativas estão no centro de todos os processos de mudança social” (Tufte & Tacchi, 2020, p.1).

Num segundo momento, focar-nos-emos em Adelaide Cabete, figura incontornável da História das Mulheres Portuguesas, do início do séc. XX, que “como mulher soube impor-se numa sociedade fechada, tradicionalmente patriarcal, capaz de sujeitar o feminino ao foro do privado, num isolamento a que não sobreviveriam tantas outras mulheres da sua

geração” (Lousada, 2010, p. 23) e que revelou uma preocupação com o período de gravidez e com a saúde materna.

Por fim, apresentaremos a experiência da APDMGP - “uma associação de mulheres, para mulheres”, que tem dado visibilidade, em pleno séc. XXI, aos direitos das mulheres no contexto da gravidez e parto. Fundada em 18 de dezembro de 2014, a associação nasceu da observação da realidade portuguesa no campo da violência obstétrica, em contraste com outras realidades europeias, tendo como objetivo: “caminhar para um cenário de assistência à gravidez e ao nascimento, em Portugal, com dignidade, respeito pelos direitos humanos e pela autonomia da mulher, marcado pelo protagonismo da mulher e da família neste processo”. Na verdade, “o tema Violência Obstétrica parece atrair cada vez mais a atenção dos jornalistas que utilizam a APDMGP como fonte de informação. Interessante é notar que tal visibilidade é motivada pela comunicação estratégica” (Grilo et al, 2024).

Em termos metodológicos, o estudo basear-se-á em análise documental e comparativa, na realização de entrevista semi-diretiva, e na observação das plataformas oficiais da associação (website, Facebook e Instagram).

Procuraremos concluir que a preocupação com questões relacionadas com a violência sobre as mulheres no período da gravidez e do parto já estava presente no discurso de Cabete no início do século XX, e que cerca de cem anos depois, a temática permanece no espaço público através da narrativa veiculada pela APDMGP.

**Nota biográfica:** Márcia Marat Grilo - Doutorada em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade Nice/Côte d’Azur, França. É Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Portalegre e investigadora colaboradora no ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova, no grupo de Comunicação Estratégica, Portugal. E-mail: [marciagrilo@ipportalegre.pt](mailto:marciagrilo@ipportalegre.pt).

Adriana Mello Guimarães - Doutorada em Literatura pela Universidade de Évora. É Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Portalegre e investigadora colaboradora no CLEPUL – Centro de Literatura e Culturas Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Portugal. E-mail: [adrianamello@ipportalegre.pt](mailto:adrianamello@ipportalegre.pt).

Cláudia Pacheco - Doutorada em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade da Extremadura, Espanha. É Professora Adjunta no Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal. E-mail: [cpacheco@ipportalegre.pt](mailto:cpacheco@ipportalegre.pt)

## SESSÃO PARALELA III

### 16h15 – 17h45 Sala CAN209 – **SESSÃO A: AS MULHERES E A JUSTIÇA: GÉNERO, TRIBUNAIS E DIREITOS HUMANOS**

**Moderação:** Helena Pereira de Melo (NOVA School of Law)

1. *A importância da igualdade de género na composição dos tribunais superiores.*

**Maria Clara Sottomayor** (STJ e CIJ/FDUP)

**Resumo:** Esta comunicação destina-se a promover uma reflexão e discussão sobre a importância da igualdade de género na composição dos supremos tribunais (Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Administrativo) e do Tribunal Constitucional.

Em primeiro lugar serão debatidas as funções dos supremos tribunais, enquanto órgãos judiciais com a última palavra sobre a decisão de questões de direito dotadas de relevância jurídica e social para os cidadãos, e as funções do Tribunal Constitucional, órgão judicial situado fora da hierarquia dos tribunais judiciais e encarregado pela Constituição de administrar a justiça em questões de natureza jurídico-constitucional. É este o Tribunal onde se decide a constitucionalidade de leis que incidem sobre questões com grande impacto social como a interrupção voluntária da gravidez, gestação de substituição, eutanásia, casamento entre pessoas do mesmo sexo, cortes salariais em fases de crise financeira e direitos dos trabalhadores.

Numa profissão que esteve vedada às mulheres até 1974, a sociedade espera que as juízas mulheres nos supremos tribunais e no Tribunal Constitucional tragam novas perspetivas e novos argumentos para o debate.

Em Portugal, a existência de igualdade de género pode apenas ser analisada no aspeto numérico da composição do tribunal, dado que o dever de reserva a que estão vinculados os juízes e juízas dos tribunais superiores impede a visibilidade para o exterior do efetivo respeito pela igualdade de participação no debate judicial.

Todavia, à luz de estudos empíricos realizados no Supremo Tribunal dos EUA (com funções semelhantes às do Tribunal Constitucional português), onde as sessões são gravadas, é possível equacionar as seguintes questões: têm as juízas mulheres, quando

decidem em coletivo com juizes homens, idêntica possibilidade de influenciar o sentido das decisões judiciais e/ou a sua fundamentação? Existe preconceito de género e/ou ideológico no funcionamento dos coletivos de juizes ou nas sessões plenárias? As juizas mulheres são ouvidas e têm idêntica oportunidade de expor a sua opinião nos debates judiciais em comparação com os seus colegas do sexo masculino?

O pressuposto deste debate é a certeza de que, em democracia, os cidadãos e cidadãs têm direito a que todas as perspectivas sejam igualmente veiculadas e debatidas nos tribunais superiores. Espera-se, pois, que estas reflexões possam fornecer um contributo para o aprofundamento da igualdade de género no funcionamento das instituições judiciárias.

**Nota biográfica:** Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, onde ingressou por concurso público, em 26 de setembro de 2012. Foi também Juíza do Tribunal Constitucional, eleita pela Assembleia da República, entre julho de 2016 e julho de 2019. Doutorada em Direito Civil pela Universidade Católica Portuguesa – Porto (2009), em cuja Faculdade de Direito lecionou, entre 1989 e 2012, as disciplinas de Introdução ao Direito, História do Direito, Direito da Família, Princípios Fundamentais de Direito Privado, Teoria Geral da Relação Jurídica, Direitos Reais e Direito das Crianças. Autora das monografias “Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio”, em 8.ª edição (no prelo), “Invalidade e registo. A protecção do terceiro adquirente de boa-fé” (2010) e “Temas de Direito das Crianças” (2014) e de artigos sobre adoção, abuso sexual de crianças, violência doméstica, violação e direitos humanos das mulheres. Coordenadora de uma obra coletiva – Código Civil Anotado, Livro IV, Direito da Família, Almedina, Coimbra (em 2.ª edição – 2022). Membro do Centro de Investigação Jurídica (CIJ) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP)

## 2. *As Mulheres na Justiça: percursos e representações das magistradas em Portugal.*

**Madalena Duarte** (CES-UC)

**Resumo:** Nas últimas décadas, uma significativa transformação das profissões jurídicas tem sido a sua crescente feminização. Se, até 1974, a magistratura era uma profissão vedada às mulheres, hoje a maioria das pessoas magistradas nos tribunais de primeira instância são mulheres. Esta evidência quantitativa, bem como o crescente protagonismo de algumas magistradas, têm suscitado o interesse da comunicação social e de alguns setores do judiciário que promovem debates internos sobre o tema. Contudo, esta é uma

realidade ainda pouco estudada e Portugal. Nesta comunicação, procuro analisar os percursos profissionais das mulheres magistradas em Portugal - da magistratura judicial e do Ministério Público - partindo das suas próprias experiências e representações.

**Nota biográfica:** Professora Associada da Faculdade de Economia e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. É Doutorada em Sociologia e, no seu trabalho, tem articulado os estudos feministas e de género com a sociologia do direito.

### 3. *Resistir às Resistências.* **Paula Ferreira Pinto (ASJ)**

**Resumo:** Quando, em 2018, algumas juízas decidiram constituir a AJP – Associação das Juízas Portuguesas, fizeram-no inspiradas em iniciativas semelhantes que existem um pouco por todo o Mundo, e com o objectivo de suprir uma carência de intervenção cívica na área dos direitos das mulheres, que não só sentiam no âmbito da magistratura, mas também em todos os demais sectores da sociedade.

Sendo, antes do mais, mulheres juristas e profissionais do judiciário a quem incumbe aplicar o quadro constitucional e legal à vida quotidiana, entenderam encontrarem-se especialmente habilitadas não só para diagnosticar problemas de discriminação de género mas também para contribuir para a supressão do fosso que persiste entre o ordenamento jurídico, genericamente adequado aos princípios civilizacionais da igualdade e não discriminação, e a realidade que não desiste de perpetuar quadros mentais e culturais velhos de séculos.

Sabiam que, atendendo ao meio conservador em que se inseriam, tributário do ideal de uma magistratura recatada, que passivamente aplica a lei e se dilui no exercício da função, a criação de uma associação como a AJP agitaria as águas aparentemente tranquilas do judiciário e certamente suscitaria reticências e desconfianças.

O maior obstáculo, porém, ao florescimento de associações como a AJP ainda é preconceito contra o feminismo que não é estranho à magistratura. Na verdade, não são poucas as mulheres que têm urgência em distanciarem-se de um estereótipo concebido por uma sociedade patriarcal, segundo o qual todos os que se afirmam feministas são fundamentalmente intransigentes, radicais e pretendem a sobreposição das mulheres aos homens, quando não mesmo a erradicação destes do espaço público.



Este preconceito encontra-se tão enraizado na mentalidade colectiva que não deixa de vislumbrar um certo pudor, quando não mesmo temor, de mulheres em associarem-se a qualquer iniciativa que possa ser interpretada como uma ameaça ao status quo instituído, passível de questionar o que entendem como o equilíbrio de forças existentes, e de com isso poderem ser malvistas, mal-interpretadas ou até prejudicadas no seu percurso profissional e na estima social que creem ter granjeado.

Exactamente por isto são prementes iniciativas como a AJP, caso pretendamos, enquanto cidadãos conscientes da realidade em que vivemos, acelerar a mudança social e cultural de modo a que o quotidiano da sociedade finalmente alcance e acompanhe o ritmo civilizacional que o quadro constitucional e legal vigente.

**Nota biográfica:** Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Julho de 1995. Exerceu advocacia entre 1995 e 2003, ano em que ingressou no XXII Curso Normal de Formação de Magistrados no Centro de Estudo Judiciários. Tomou posse como juíza de Direito em regime de estágio em Setembro de 2005, no então Tribunal Judicial Comarca de Cascais. Exerceu funções de magistrada judicial nos Tribunais Judiciais de Seixal, Pequena Instância Cível de Lisboa, Ferreira do Zêzere, Sintra e Amadora. Desde Setembro de 2010 que desenvolve a sua actividade profissional no Juízo Local Cível de Mafra da Comarca de Lisboa Oeste. Enquanto magistrada, tem-se especializado na área de Direito Civil, sendo que enquanto advogada trabalhou essencialmente nesta mesma área do Direito.

#### 4. *Os crimes contra a liberdade sexual e a sua evolução no ordenamento jurídico português.* **Isabel Ventura** (CEMRI/UAb)

**Resumo:** Desde a revolução de 1974, que se advoga a eliminação das assimetrias legais anteriores à democracia, para garantir o cumprimento do preceito constitucional da igualdade (13.º CRP) e da promoção da igualdade entre mulheres e homens (9.º CRP). No âmbito penal, durante a década de 80, o Estado português enquadra as agressões sexuais nos “crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade”. Somente 21 anos após o 25 de abril se reconhecerá que os crimes sexuais atentam contra a liberdade e a autodeterminação sexual. Desde a aprovação do Código Penal de 1995 até agora, as normas referentes à violência sexualizada, sofreram múltiplas e, por vezes, profundas, alterações, particularmente, a partir de 2015, com a implementação da Convenção de

Istambul, do Conselho da Europa. Em 2018, o relatório de avaliação do GREVIO (CoE) impulsionou mudanças estruturais significativas, em particular, à redação do crime de violação e da coação sexual. Porém, no âmbito da União Europeia, a Diretiva para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, aprovada recentemente, exclui a violação do rol das formas de violência de género contra as mulheres, devido a dissensos conceptuais deste crime, entre os Estados-membro. Esta comunicação visa mapear as principais metamorfoses no âmbito da legislação penal e identificar algumas das tensões que emergem nas discussões sobre a temática: desde a conceptualização do crime de violação à sua natureza (pública ou semipública).

**Nota biográfica:** É doutorada em sociologia, pela Universidade do Minho, com uma investigação sobre violência sexual e justiça, que ganhou o Prémio APAV Investigação 2016 e o Prémio Maria Lamas 2018. É investigadora do Grupo de investigação em Estudos sobre as Mulheres, Sociedade e Cultura, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, da Universidade Aberta. É docente convidada na Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, onde coordena um seminário de mestrado sobre Direito e Crimes Sexuais e professora adjunta convidada na Escola Superior de Educação de Lisboa. É autora dos livros *Medusa no Palácio da Justiça* ou *Uma História da Violência Sexual* e de *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal décadas 60 e 70*, ambos editados pela Tinta-da-China.

5. *Movimento pela Paridade Política em Portugal: a Força de uma organização Cívica Informal. Joana Torres (UTAD/UMaia) e Maria Helena Santos (ISCTE-IUL, CIS-ISCTE)*

**Resumo:** Ao assinalar-se 50 anos de democracia em Portugal, não alcançamos ainda a igualdade entre mulheres e homens na participação política. Apesar da conquista de direitos e do aumento na representação numérica das mulheres nos órgãos políticos, a evolução não é linear, nem tão pouco sustentável, observando-se inclusivamente retrocessos. As últimas eleições legislativas, realizadas a 10 de março de 2024, são um claro indicador de tais retrocessos, resultando em 76 mulheres eleitas, o que representa 33% dos assentos parlamentares. Em pleno séc. XXI, recuamos uma década, em termos de igualdade de género, na representação política. A presente comunicação pretende explicar de que forma surge um movimento cívico informal pela Paridade Política em

Portugal, decorrente da reunião de algumas mulheres académicas e que se estende à sociedade em geral, por via de um Manifesto e de uma Petição, que tem como objetivo apresentar propostas de correção das lacunas existentes na Lei da Paridade vigente.

**Nota biográfica:** Maria Helena Santos é investigadora integrada no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), CIS-Iscte. É licenciada (2001), mestre (2004) e doutorada (2011) em Psicologia Social e das Organizações pela mesma instituição. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e ações positivas em profissões marcadamente masculinas (como é o caso da política, da medicina e do futebol) e femininas (como é o caso da enfermagem, do ensino básico e da educação pré-escolar) e recentemente tem alargado o seu interesse a estudos realizados numa perspetiva mais interseccional.

Joana Torres é Doutorada em Criminologia (2023), na Faculdade de Direito da Univ. do Porto, com estudo intitulado: *"Análise política e institucional da aplicação da Convenção de Istambul em Portugal: a violência de género na intimidade em foco"*. Licenciada em Criminologia e em Psicologia. Mestre em Psicologia da Justiça. Pós-graduada em Direitos Humanos. Atualmente frequenta o 2º ano do mestrado em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública, e encontra-se a finalizar uma pós-graduação, em Avaliação de Políticas Públicas. É docente no 1º ciclo de Serviço Social na UTAD, e nas licenciaturas e mestrados de Criminologia na Univ. Fernando Pessoa e na Univ. da Maia. É psicóloga nos serviços clínicos do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, e humanitarista, tendo realizado já em 5 missões humanitárias. Tem ligações ao associativismo e ao ativismo feminista.

## SESSÃO PARALELA III

### 16h15 – 17h30 Sala CAN355 – SESSÃO B: FEMINISMOS DO SÉCULO XXI: CONQUISTAS E DESAFIOS

**Moderação:** Teresa Joaquim (CEMRI-UAb)

1. *Comunicar através do ciberfeminismo: estratégias de comunicação para a construção do 8M em Portugal.* **Camila Lamartine e Carla Cerqueira** (ICNOVA)

**Resumo:** Os movimentos feministas contemporâneos emergem a nível global e refletem-se localmente, assumindo assim uma clara dimensão transnacional através das manifestações de rua e, naturalmente, do ativismo digital - no caso do movimento feminista, o ciberfeminismo - que contesta as desigualdades nas representações das mulheres no espaço online (Fernandez et al., 2019; Haraway, 1991).

Este feminismo contemporâneo assume, portanto, um carácter diverso e pluriforme, avançando a partir de uma troca de valores culturais tanto a nível global como local, conferindo ao feminismo uma transnacionalidade (Fraser, 2007). Algumas estudiosas apontam para a emergência de uma quarta vaga feminista que surge das redes e plataformas digitais, reivindicando uma melhor inclusão das diferenças e dos eixos de poder e opressão, enfatizando assim a interseccionalidade (Silva, 2019; Chamberlain, 2017).

Portugal é um país que, por ter vivido mais de 40 anos de ditadura, apresenta fragilidades e particularidades no que diz respeito ao movimento feminista, um percurso marcado por avanços e recuos (Tavares, 2011) que tem procurado incorporar as temáticas feministas no espaço público através de diferentes estratégias de comunicação e ação (Cerqueira et al., 2017).

Nesse sentido, a Greve Feminista Internacional - também chamada de movimento 8M - tornou-se um movimento transnacional que vem repolitizando os movimentos feministas neste século (Arruzza et al., 2019), atuando como um movimento também híbrido. A nível comunicacional, apesar da considerável atenção dada à forma como os media tradicionais retratam os feminismos e os movimentos sociais (Rhodes, 1995; Pineda et al., 2020;

Cerqueira et al., 2023), permanece uma notável lacuna de investigação no que diz respeito à exploração da forma como estes movimentos se articulam internamente e empregam estratégias de comunicação para se ligarem aos seus públicos.

Para examinar as práticas de comunicação das ciberfeministas no âmbito da quarta vaga do feminismo e do movimento 8M (greve feminista), este estudo analisará as plataformas de comunicação utilizadas pela Rede 8 de março, que mobiliza a greve em Portugal, em três dimensões: (1) comunicação institucional e interna; (2) produção de conteúdos para divulgação online em plataformas digitais; e (3) estratégias de mobilização e repertórios de ação.

Nossos achados indicam um aumento significativo na utilização e exploração das redes sociais, particularmente do Instagram, durante a pandemia da COVID-19. Além disso, a consolidação do WhatsApp como uma ferramenta de comunicação prática dentro da organização desempenhou um papel crucial. O estudo insere-se ainda no projeto Movimentos feministas glocais: interações e contradições (PTDC/COM-CSS/4049/2021) e pretende compreender as especificidades do movimento feminista português em articulação com o internacional para identificar as suas interações e contradições.

**Nota biográfica:** Camila Lamartine é ativista, jornalista e investigadora do Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA). Doutoranda em Ciências da Comunicação com especialização em Estudos Sociais pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja investigação é financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). A sua investigação tem sido publicada em diversas revistas como *Ex Aequo* e *Social Sciences*, acerca dos feminismos, ciberfeminismo e novos ativismos sociais. Atualmente é membro da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM) e parte do projeto “FEMglocal – Glocal feminist movements: interactions and contradictions” (PTDC/COM-CSS/4049/2021).

Carla Cerqueira é doutorada em Ciências da Comunicação e professora associada na Universidade Lusófona, investigadora integrada no CICANT e colaboradora no CECS. Os seus interesses de investigação incluem género, feminismos, interseccionalidade, ONGs, ativismo, cidadania digital e estudos sobre os meios de comunicação. Integra vários projetos de investigação nacionais e internacionais; é a investigadora principal do projeto “FEMglocal – Glocal feminist movements: interactions and contradictions” (PTDC/COM-CSS/4049/2021) e coordena o Comité de Investigação e Políticas da

GAMAG – Global Alliance on Media and Gender. Faz parte da direção da APEM e do Conselho de Opinião da RTP (mandato 2021-2025).

2. *Ciberfeminismo e Pós-pandemia em Portugal: perspectivas educacionais sob Análise Digital Multimedia*. **Hadassa Guimarães Oliveira** (CIES-ISCTE) e **Camila Lamartine** (ICNOVA)

**Resumo:** Este estudo analisa o papel do Ciberfeminismo na educação digital e no engajamento feminista em Portugal, especialmente após o fim declarado da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 05 de maio de 2023 (Portugal.gov, 2023). Destaca-se a importância do Ciberfeminismo na luta contra a discriminação de género agravada durante e pós-pandemia (Oliveira et al., 2023). Investigou-se como instituições governamentais (Portugal.gov, 2023; SNS, 2024; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género – CIG, 2024) e não-governamentais (associações feministas) abordam o Ciberfeminismo como ferramenta educacional para o desenvolvimento cidadão da comunidade portuguesa (Lamartine, 2023; Ritta, 2021; Borges & Pinho, 2021). O objetivo é perceber se o Ciberfeminismo vem sendo divulgado a nível socioeducativo por meio de campanhas de conscientização/socioeducativas em sites oficiais ou em perfis oficiais no Instagram em Portugal, pós período da Pandemia da Covid-19. Utilizando Métodos de Análise Digital Multimedia (Oliveira & Veríssimo, 2022), como a Pesquisa Booleana no Google Search e a biblioteca digital arquivo.pt (Rockembach & Pavão, 2024; Mackinnon, 2022; Ogden & Maemura, 2021; Guerreiro & Arieira, 2019; Weltevrede, 2016), examinamos - a nível imagético e discursivo - se estas existem ou não, e como estão sendo abordadas (Oliveira, 2022). A primeira instância, observou-se que o maior interesse educativo em abordar o Ciberfeminismo como ferramenta de participação cidadã e pela luta dos direitos das mulheres, foram de associações feministas como a HeForShe Lisboa (2024), Feministas em Movimento (FEM, 2024) e UMAR (2024). Em relação a instituições governamentais, como Portugal.gov.pt (2023) e SNS (2024), não foram identificadas imagens ou postagens que demonstrassem de forma educativa a importância deste feminismo para o país. Entretanto, a CIG (2024) possui alguns conteúdos relativos a igualdade de género, educação de género e educação, etc., que se destacam no âmbito governamental. Entretanto, apesar destes conteúdos, a CIG (2024) não menciona especificamente conteúdo relacionado ao Ciberfeminismo. Pode-se interpretar, portanto, que as

instituições governamentais, ainda a nível ideológico, podem se “afastar” da nomenclatura do Ciberfeminismo, a fim de não causar “aversões” por parte da população que não se identifica com o movimento feminista (Álvares, 2019). Já as outras organizações não-governamentais e declaradamente feministas, buscam demonstrar para a população a importância da consciência socioeducativa do Ciberfeminismo para a sociedade portuguesa, como através da interseccionalidade, ressaltando a importância de reconhecer e ouvir mulheres pertencentes em grupos minoritários ou marginalizados, com diferentes classes sociais, situações económicas, religiosas, culturais, etc. (Lamartine, 2023; Lamartine & Cerqueira, 2023; Crenshaw, 1991). Portanto, observou-se um maior interesse educativo por parte de associações feministas, enquanto as instituições governamentais demonstram menos engajamento nessa área. Esta análise contribui para uma compreensão mais profunda do papel do ciberfeminismo como ferramenta também de educação, no contexto pós-pandémico português na construção de sociedades democráticas inclusivas e igualitárias (Fernandes et al., 2022).

**Nota biográfica:** Hadassa Oliveira é Bolseira e Doutoranda em Ciências da Comunicação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, onde estuda as influências da quarta onda feminista na publicidade e a abordagem da beleza feminina a nível interseccional. É Membro Associado na Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e na Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM.

Camila Lamartine é Doutoranda em Ciências da Comunicação com especialização em Estudos Sociais pela Universidade Nova de Lisboa, cuja investigação explora a relação do ativismo feminista online e o movimento 8M numa perspectiva interseccional, financiada pela FCT. É mestre em Branding e Design pela Universidade Europeia e Universidade da Beira Interior. Atualmente é membro da SOPCOM e integra o Grupo de Investigação – FEMGLOCAL

### 3. *Does Resistance have a gender? – Palestine as a feminist issue.* **Ema Gonçalves** (CIEG)

**Resumo:** Resistance movements are known for their power to unite and create change. They exist as an opposition to an oppressive force and aim to revolutionize the status quo. But where do women fit in these movements? In this communication, I propose to

analyse women's role in resistance movements and organizations focusing on the Palestinian resistance against Israel's settler colonialism and apartheid state, exploring its internationalism and power – never forgetting that national liberation will never happen without female emancipation.

Palestinian women's movements were born from national liberation (Peteet, 1991; Kuttab, 2008). And to analyse them, one has to have in mind that Palestine does not exist in a vacuum - but in the upheaval of the Middle East (Kuttab, 2008) mitigated by Western colonial inputs, and under Israeli violent apartheid. This intersectionality of oppressions (Shalhoub-Kevorkian, 2009) shapes both gender and class consciousness. It is in this line that Palestinian resistance assembles a multitude of forms and struggles, encompassing women's participation. For that matter, there is a necessity for a gendered lens (Sharoni, 1995; Al-Ali, 2012) culminating in the conception of women, masculinity, sexuality, and gender on all its forms and impositions and their effect in the overall society and institutions, especially the causes and consequences of war and occupation. This communication will be divided into four parts, starting with an overview of Palestinian women's identity formation, followed by an analysis of their role in resistance struggles, the relationship between feminism and nationalism, and the importance of internationalism. We aim to assess the extent to which Palestinian women engage in resistance and how gender and national liberation are connected, hoping to contribute to a reflection on feminine resistance and struggles, as well as on transnational perspectives on women.

**Nota biográfica:** Estudante de doutoramento em Estudos de Género, trabalha sobre práticas de resistência na Palestina numa perspetiva decolonial, feminista e interseccional. Mestre em Estudos Internacionais, membro do Conselho Consultivo Jovem do Centro de Arte Moderna da Gulbenkian, educadora não formal e ativista.

4. *Feedback from a feminist association: the Georgette Sand collective's matronymic campaign (2021-2022)*. **Ophélie Latil e Aude-Marie Lalanne-Berdouticq** (GEORGETTE SAND)

**Resumo:** In 2021-2022, the feminist collective Georgette Sand launched a campaign to enable French people to take their mother's name. This campaign was rewarded by the passing of a law, in March 2022, facilitating the adoption of the mother's name.



Previously, it was impossible or difficult for French men and women to change their name if the name given at birth was that of the father. While it was recently possible for both parents to pass on both their names to their children, the children, once they reached adulthood, could not decide to abandon their father's name and take their mother's name.

In order to change this, Georgette Sand launched a campaign in 2021. This campaign and its results are part of the history of the slow empowerment of French women. A few milestones have marked this journey. French women gained legal capacity in 1938, and the status of "head of family" disappeared in 1970. Even so, the majority of names passed down were those of the father, with no possibility of change. This contributed to the invisibility of mothers, even when fathers shirked their obligations.

This proposal aims to revisit the link between feminist mobilization and legal reform. By retracing the steps of the Georgette Sand association's "matronymic" campaign, it hopes to make visible a page in feminist history. The presentation will look back at several key stages in the action that helped change French law: setting up a working group, mobilizations, institutional advocacy, media relays, collaboration with other associations and assistance in applying the law to local authorities and individuals. Since the law was passed, 8,000 people in France change their name every month to that of their mother.

The presentation will take the form of testimonials from two Georgette Sand activists. The Georgette Sand collective, created in 2013, was inspired by the work of George Sand (1804-1876), a French author and political activist of the 19th century. A pioneer of feminism 2.0 in France, the association carries out institutional advocacy and popular education actions in various territories (prisons, schools, rural areas) to restore women to the place they deserve in the public sphere and collective memory. The collective is the author of *Ni Vues Ni Connues*, published in 2017.

**Nota biográfica:** Aude-Marie Lalanne Berdouticq has been a member of the Georgette Sand collective since 2017. She is also a history of science postdoctoral Fellow at École normale supérieure (Paris).

Ophélie Latil is a lawyer, political scientist, and founder of the Georgette Sand collective. She co-edited the publication of *Ni vues ni connues* (Neither Seen Nor Known) and coordinates advocacy and lobbying towards French and European parliamentary institutions for women's rights.

The Georgette Sand collective was created in 2013. It defends the idea that you don't have to be called George to be taken seriously. It is committed to deconstructing stereotypes, strengthening women's capacity for emancipation, and improving their visibility in the public arena so that, from childhood onwards, girls and boys can learn about the diversity of women who make up this world. Mixed and horizontal, its actions are collaborative and use humour as a vector for change, to modify female representations at an individual, socio-cultural and economic level.

## SESSÃO PARALELA IV

17h45 – 18h45 Sala CAN355 – **SESSÃO A: MULHERES E EDUCAÇÃO**

**Moderação:** Catarina Veiga dos Santos (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *A invisibilidade das mulheres do período medieval nas aprendizagens essenciais do 7º e 10º anos na disciplina de História.* **Carolina Cebola e Joana Lages Gonçalves** (NOVA FCSH, IEM)

**Resumo:** Nas aprendizagens essenciais do ensino de História em Portugal subsiste o silenciamento da mulher, conservando-se uma visão historiográfica antiquada, onde não se enquadram os avanços possibilitados pela Historiografia Feminista. Nesta proposta de comunicação, abordaremos este silenciamento relativo ao período medieval.

Não pretendemos, para esse efeito, introduzir novas unidades didáticas nas já extensas aprendizagens essenciais selecionadas pelo Ministério da Educação, mas apresentar propostas de como, a partir das unidades didáticas já existentes, um professor pode conseguir apresentar uma perspetiva histórica mais equitativa. Consequentemente, apresentaremos três casos práticos que permitem evidenciar e normalizar a presença da mulher na Idade Média.

Tendo em conta as aprendizagens essenciais para o período medieval do 7º ano de História e do 10º ano de História A, pretende-se enquadrar a perspetiva feminina nas temáticas do relacionamento com o poder régio e os poderes concelhios, da importância cultural das ordens religiosas e, por último, da estrutura e hierarquias sociais.

Quanto à temática do relacionamento com o poder régio e os poderes concelhios, abordaremos as chamadas “Terras da Rainha”, territórios doados à consorte como forma de assegurar o seu sustento. Estes territórios, administrados por oficiais próprios e financeiramente independentes, são um bom exemplo para mostrar aos alunos um dos papéis das rainhas portuguesas.

No que toca à temática da importância cultural das ordens religiosas, abordaremos as ordens mendicantes com a Ordem de Santa Clara, ordem exclusivamente feminina. As clarissas encontravam-se a par, em termos de relevância social e cultural, às ordens masculinas mais conhecidas, como a dos franciscanos e dominicanos.

Por fim, quanto à estrutura social medieval, apresentaremos o caso das mulheres trabalhadoras, uma realidade que contrasta com a visão do papel da mulher exclusivo ao lar, em que esta é sempre submissa, não tem liberdade de expressão e não tem qualquer controlo sobre a sua vida.

Concluindo, e reconhecendo que há muito mais a fazer para transformar e evoluir as aprendizagens essenciais para articular a visibilidade da mulher, em particular para o período medieval, propomos os casos apresentados como sugestões que promovam uma viragem nesse sentido.

**Nota biográfica:** Carolina Cebola Carolina Cebola é licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais e em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, frequentando atualmente o Mestrado de Ensino em História, na mesma instituição. Além disso, tem uma pós-graduação em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo. Adicionalmente, está a realizar a Prática de Ensino Supervisionada na Escola Secundária de Azambuja.

Joana Lages Gonçalves é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, frequentando atualmente o Mestrado em História, na vertente de História Medieval, na mesma instituição. Trabalha na área de arquivística e tem participado como transcritora paleográfica em vários projetos, como a edição coletiva dos Cadernos de impostos extraordinários de Loulé e dos Livros de fruta de Loulé. Adicionalmente, tem colaborado como voluntária em vários congressos organizados integralmente ou em parceria com o Instituto de Estudos Medievais (IEM). As suas áreas de interesse são Arquivística Histórica, Experiências Religiosas Femininas e História Ambiental.

## 2. *A Educação é Feminina?* **Paulo Guinote** (Escola Básica Mouzinho da Silveira)

**Resumo:** No início do século XX as três grandes causas da luta das mulheres eram o direito ao voto, à educação e ao trabalho, não necessariamente por esta ordem. Buscava-se a emancipação do poder patriarcal e masculino, do ponto de vista da autonomia económica. A qual só seria possível, fora do incipiente proletariado, caracterizado por ocupações assalariadas precárias e mal remuneradas, através da Educação que permitisse aceder a um novo tipo de habilitações e qualificações profissionais.

Quanto ao direito de voto, negado por uma República que se dissera antes apoiante do feminismo, a sua reivindicação dependia muito de igual modo de uma habilitação académica que fosse além do ler e escrever. O que também tornava essencial um prosseguimento dos estudos.

O século XX é marcado por uma crescente progressão feminina em todos os níveis de ensino. Ao longo do século passado, a Educação tornou-se Feminina em variados aspectos, desde logo na presença nas salas de aula como alunas e professoras, incluindo nas Universidades. Mas também se feminizou, em termos quantitativos, em áreas como a produção de materiais pedagógicos ou a investigação científica.

Essa tendência faria adivinhar um século XXI em que a Mulher estivesse na posição de usar a Educação como alavanca para passar da defesa da igualdade de direitos (sociais, políticos, económicos) e ir mais além.

Será que é isso que podemos verificar, actualmente, para além dos indicadores estatísticos que nos dizem que a feminização da Educação é uma realidade? E será que essa realidade se traduziu em ganhos efectivos para a promoção de uma agenda feminista de nova geração, a que vai além da tradicional defesa da “igualdade”?

Esta comunicação pretende responder, pelo menos em parte, a algumas destas questões, nem sempre da forma mais consensual.

**Nota biográfica:** Doutorado em História da Educação. Autor e colaborador de diversas obras na área da História da Educação e da História da Mulher.

### 3. *O Ensino de Arquitetura na Trajetória de Lina Bo Bardi.* **Maria Alice Messias e Aline Coelho Sanches** (USP)

**Resumo:** Este trabalho procura analisar e investigar o papel da arquiteta italiana Lina Bo Bardi (1914-1992) como professora no Brasil, durante o período de 1947, quando da fundação do Museu de Arte de São Paulo, até 1992, ano de sua morte. Foi percebida uma lacuna na historiografia no que se refere à atuação académica de Lina, que se iniciou em 1951, com a fundação do Instituto de Arte Contemporânea (IAC do Masp), no qual teve sua primeira experiência como professora, e prosseguiu nas suas passagens pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), durante dois anos, e pela Escola de Belas Artes da Universidade da Bahia, também no curso de

Arquitetura. Objetivou-se assim, construir uma visão panorâmica de sua atuação no ensino de Arquitetura no Brasil, incluindo sua inclinação pela função educacional dentro de museus e institutos que fundou e pretendia fundar, como o Museu de Arte Moderna da Bahia, o Museu de Arte Popular, entre outros. Por meio do método da pesquisa histórica, a partir da reunião e da análise de suas atividades de ensino possíveis de se obter até o presente momento, como transcrição de palestras realizadas, textos de sua autoria e do registro de relatos de ex-alunos e colaboradores, procuramos responder à questão de como era Lina Bo Bardi como professora de Arquitetura e analisar sua contribuição enquanto complexa figura incentivadora da educação para a cultura no Brasil. Este trabalho se junta aos esforços de recuperação da história do ensino de Arquitetura no país e do papel das mulheres nesse processo.

**Nota biográfica:** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (PPGAU-IAU-USP) na linha de pesquisa Arquitetura, Cidade e Paisagem no Brasil e na América Latina. Bolsista Fapesp de Mestrado no projeto 'Lina Bo Bardi e o ofício do ensino', sob orientação da professora Aline Coelho Sanches. Graduada em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP, São Carlos-SP, Brasil). Foi bolsista FAPESP de Iniciação Científica de tema "O ensino de Arquitetura na trajetória de Lina Bo Bardi", sob orientação da Prof Aline Coelho Sanches, no período 2021-2022. Integra a coordenação do Núcleo Docomomo São Paulo (2023-2024).

## SESSÃO PARALELA IV

17h45 – 18h45 Sala CAN209 – **SESSÃO B: A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA DAS MULHERES NOS SÉCULOS XX E XX**

**Moderação:** Joana Ralão (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Os lavadouros como locais de aprendizagem e savoir-faire: a luta das mulheres por melhores condições de vida na primeira década do século XX. Chloé Darmon (PTRI-CDI/UP)*

**Resumo:** No final do século XIX e no início de século XX, o higienismo chegou à cidade do Porto com muita força, após a intervenção da Compagnie Française des Eaux no desenvolvimento do abastecimento de água da cidade e das várias epidemias que marcaram a passagem de um século ao outro, as mulheres das classes trabalhadoras ficaram na lente dos higienistas: tornaram-se o alvo à combater na transmissão das doenças (Anne L. Tsing). As mulheres, que eram responsáveis pelo trabalho dos cuidados, e as mulheres das classes trabalhadoras que iam para os lavadouros cedo de manhã e só voltavam à noite, passavam muito tempo dentro do espaço dos lavadouros, que na altura chegaram a proliferar na cidade do Porto, acompanhando os rios e as linhas de água afluentes do Douro.

A água tornou-se um elemento de transmissão das doenças, mas ao mesmo tempo o elemento central da higiene corporal, e então o movimento higienista visa à melhoria das condições de vida, para enfrentar os níveis altos de mortalidade devidos às doenças como a peste e a cólera.

Nos anos 1970, ressurgiu dentro do movimento feminista de segunda vaga francês, uma crítica ao movimento higienista que colocava as mulheres como o centro da transmissão das doenças e como seres débeis que precisavam ser controladas para incorporar à higiene no seu quotidiano. A historiadora Michelle Perrot e outras autoras feministas, escreveram na revista *Sorcières* em 1979, no número sobre a sujeira (saleté), um conjunto de artigos que reflitam sobre a imposição da higiene às mulheres e às suas consequências sobre os hábitos e savoir-faires adquiridos pela transmissão oral, entre mulheres, nos espaços que eram o lugar de aprendizagem por excelência: os lavadouros e mais

geralmente os espaços de água. Este pensamento feminista dos anos 1970 sobre os lavadouros, faz-nos olhar sobre os lavadouros públicos do Porto com um olhar diferente, a nossa lente já não é higienista, mas pouco à pouco visa a entender as limitações deste movimento assim como os seus processos de invisibilização da luta das mulheres.

O Porto transformou-se em um laboratório de experimentação das tipologias arquitectónicas de lavadouros a partir dos anos 1930-1940. Desenhados por engenheiros e médicos, com o objetivo de limitar a transmissão das doenças, foram espaços de resistência feminina (feminista) das mulheres da classe trabalhadora, das domésticas, criadas, donas de casa. Este pedaço de vida doméstica no espaço público da cidade era um lugar de partilha, amizades, atritos, mas um lugar de fala e de resistência exclusivamente para as mulheres. No Porto, são as mulheres de São Roque da Lameira de Cima que, sem ter ainda o direito ao voto que virá muitos anos depois, fizeram uma Comissão de Mulheres e assinaram uma petição que foi o momento chave na decisão de reabilitar os lavadouros pelo SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento). Foram as mulheres das Fontainhas que tiveram de lutar contra uma prática imposta numa primeira tipologia moderna de lavadouro pelo Doutor Lima, que não tomava em conta as práticas já estabelecidas pelas especialistas da lavagem de roupa. Há em 1935, no Boletim de Higiene publicado no Comércio do Porto, uma linguagem que visa a diminuir e a apagar o protagonismo feminino, qualificando as mulheres de resistentes aos hábitos modernos impostos pelo higienismo.

Os lavadouros, hoje em dia abandonados e pouco valorizados a nível patrimonial, podem ser entendidos como monumentos da luta das mulheres trabalhadoras e marcos físicos da sua luta por melhores condições de vida. Eram espaços de transmissão de saberes e savoir-faires e testemunhos da história das mulheres nas cidades assim como dos modos de vida e ocupação do espaço das mesmas.

**Nota biográfica:** Chloé Darmon, nascida em 1997 nos subúrbios de Paris, é uma arquitecta e investigadora francesa com uma licenciatura em Arquitectura da Ecole Nationale Supérieure d'Architecture Paris Belleville (Ensapb) e mestrado integrado na Universidade do Porto (MIARQ/FAUP), Portugal, que concluiu em Dezembro de 2020, com a tese “Habitar a água, os lavadouros públicos do Porto: uma experiência das mulheres na cidade moderna”. Integra a comunidade de inovação pedagógica Porto: Territórios e Redes da Invisibilidade (PTRI) desde 2018, onde faz investigação na área da arquitectura e urbanismo com interesse nos estudos feministas e interdisciplinares.



Desde 2020 faz parte da Equipa Editorial da Revista Lina: Perspectivas Feministas em Arquitectura e Urbanismo.

2. *A Presença e os Desafios da Mulher na Alta Administração do Serviço Público Brasileiro.* **Luciana Mascarenhas** (NOVA FCSH)

**Resumo:** A comunicação proposta analisa a representação das mulheres na população e na alta administração pública brasileira, por meio do estudo da literatura existente e de dados e informações obtidos de fontes de estatísticas oficiais disponíveis em sites governamentais.

Para contextualizar, faz uma síntese acerca da evolução da participação feminina no mercado de trabalho desde os anos 1960, impulsionada pela qualificação académica e mudanças sociais e económicas. Destaca a dinâmica histórica de poder entre os géneros e aborda a mudança nos papéis das mulheres na força de trabalho e na família.

Destaca os desafios e desigualdades de género que fazem com que as mulheres, que representam 51% da população, enfrentem grandes obstáculos no mercado de trabalho. Tantos desafios, dentre os quais a dupla jornada, faz com que 54,5% delas, pouco mais da metade das mulheres em idade economicamente ativa, integrem a força de trabalho, em comparação com 73,7% dos homens.

Evidencia os obstáculos enfrentados pelas mulheres na progressão na carreira e examina barreiras como os “sticky floors” e “trap doors” que perpetuam ainda mais as desigualdades de género nas relações de poder e estruturas corporativas.

Traz a informação que na administração pública brasileira, as mulheres encontram mais oportunidades devido ao ingresso na carreira por concursos públicos que são baseados na meritocracia, contudo, ainda a divisão sexual do trabalho é percebida. Exemplifica com o facto de haver maior participação feminina em áreas cujas atividades predominam o cuidado (saúde e educação), enquanto predomina a presença masculina em áreas civis e políticas.

Analisa a ocupação das mulheres em cargos de alta gestão, utilizando como parâmetro a meta de igualdade de género da Agenda 2030 da ONU, que estabelece que, para haver paridade, é requerido pelo menos 30% de mulheres em posições decisórias. O alcance

desta meta seria um avanço na busca pela igualdade de oportunidades entre gêneros e essencial para garantir o pleno exercício da cidadania pelas mulheres.

Como a representatividade feminina na alta administração pública é crucial para a democracia e o desenvolvimento sustentável, traz números atualizados acerca da ocupação das mulheres nos cargos de liderança no Poder Executivo Federal Brasileiro. Demonstra que a participação feminina é inversamente proporcional ao poder de decisão que esses cargos detêm, de forma que, quanto mais alto na hierarquia, menor é o percentual de mulheres ocupando essas posições.

Em resumo, ao relatar que as desigualdades de gênero foram naturalizadas pelas dinâmicas históricas de poder, listar obstáculos enfrentados pelas mulheres para ocupar espaços públicos e trazer dados que demonstram as disparidades entre gêneros, reforça a importância de haver uma transformação das normas culturais que promovam o empoderamento feminino e a igualdade de gênero em todas as dimensões da vida, dando destaque aos espaços de tomada de decisão e promoção de políticas públicas, para construir sociedades mais justas e democráticas.

**Nota biográfica:** Luciana Mascarenhas licenciou-se em Direito pela Universidade Católica do Salvador e obteve um MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, além de se especializar em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública. Atualmente, está imersa em seus estudos como mestranda em Estudos sobre as Mulheres na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, onde investiga a participação das mulheres na Administração Pública e Privada. Sua experiência profissional no Banco Central do Brasil, onde atua como Analista desde 2012, destaca-se pela gestão na área de Gestão de Pessoas.

3. *O regresso de Portugal ao Conselho Internacional das Mulheres e o manifesto das organizações de mulheres nos 50 anos do 25 de abril.* **Ana Sofia Fernandes** (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres)

**Nota biográfica:** Ana Sofia Fernandes foi eleita para um segundo mandato enquanto Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) (2019-2021 / 2022-2024). Foi Vice-Presidente do Lobby Europeu das Mulheres entre junho 2019 e junho 2021. É Conselheira no Conselho Económico e Social Português (CES) e foi

membro do grupo de referência global da União Europeia/Nações Unidas no âmbito da Iniciativa “Spotlight”. É licenciada em Relações Internacionais e pós-graduada em Relações Internacionais e em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Tem numerosas comunicações/ publicações na área dos direitos humanos das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens. A sua experiência inclui o exercício de funções no EIGE – Instituto Europeu para a Igualdade de Género, num Gabinete Ministerial no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia em 2007, no Gabinete do anterior Alto-comissário para as Migrações, e no anterior Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, para além de atividades de consultoria no âmbito de orçamentos com perspetiva de género, entre outros. Na área associativa foi cofundadora da Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e da EOS-Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento. Na PpDM, tem trabalhado para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, tal como previsto na Convenção CEDAW, adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificada em 1980, e considerada a Carta dos Direitos Humanos das Mulheres. Foi no seu mandato que Portugal regressou ao Conselho Internacional das Mulheres após 76 anos de interregno.

# 17 DE MAIO

## SESSÃO PARALELA V

09h30 - 11h15 Sala CAN313 - **SESSÃO A: MULHERES NAS ARTES E NA CULTURA**

**Moderação:** Carlos Vargas (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *A arte da performance no feminino, um palco (in)visível em Portugal?* **Cláudia Madeira, Paula Pinto e Rita Barreira (ICNOVA)**

**Resumo:** A performance arte foi um importante palco de questionamento do feminino em Portugal, permitindo reenquadrar a presença das artistas femininas e do feminino, para um outro modo da visibilidade - ou uma outra afirmação das mulheres artistas que passa por um renovado circuito de produção das imagens, palavras e actos e conseqüentemente da representação. A manifestação do corpo fez-se presente e atuante, contudo, até hoje o seu lugar mantém-se bastante oculto da historiografia da arte.

A partir do arquivo de Egídio Álvaro, um dos mais importantes promotores deste género artístico em Portugal e em França, durante os anos de 1970-1980, que se encontra sediado atualmente no [www.performingarchive.org](http://www.performingarchive.org) ao cuidado de Paula Pinto, procuraremos desenvolver no contexto do projecto *CORPO MANIFESTAÇÃO: Genealogias e Transmissões trans-feministas na PERFORMANCE-ARTE em Portugal*, desenvolvido por esta curadora em colaboração com Cláudia Madeira, Rita Barreira, Vera Lemos, Isabel Carvalho e Vanda Gorjão um processo laboratorial, colaborativo, que permita uma contextualização desse lugar do feminino em diversos festivais e ciclos de performance, articulando-o com o seu enquadramento social e desenvolvendo uma análise aprofundada de uma dessas performances, a partir do confronto das várias leituras individuais das participantes do projeto.

Nesta comunicação e a partir do resultado desse trabalho de investigação laboratorial colaborativo procuraremos problematizar quais são algumas destas (in)visibilidades do feminino entre a performance artística e a performatividade social.

**Nota Biográfica:** Cláudia Madeira Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Vice-coordenadora do grupo de investigação Performance & Cognição do ICNOVA NOVA FCSH e investigadora do grupo Teatro e Imagem do Centro de Estudos de Teatro da FLUL. Realizou o pós-doutoramento intitulado *Arte Social. Arte Performativa?* (2009-2012) e o doutoramento em Sociologia sobre *Hibridismo nas Artes Performativas em Portugal* (2007) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Na sua tese de doutoramento desenvolveu uma análise aprofundada sobre nova dança portuguesa e novo teatro, tendo dedicado um capítulo à história da arte da performance portuguesa. É autora dos livros *Arte da Performance Made In Portugal* (ICNOVA 2020), *Híbrido. Do Mito ao Paradigma Invasor?* (Mundos Sociais, 2010) e *Novos Notáveis: Os Programadores Culturais* (Celta, 2002). Escreveu vários artigos sobre novas formas de hibridismo e performatividade nas artes. Lecciona na licenciatura e mestrados de Artes Cénicas e Comunicação e Artes do Departamento de Ciências da Comunicação na NOVA/FCSH.

2. *Atrizes em Portugal no séc. XVIII: a conquista de um estatuto profissional e social.* **Marta Brites Rosa** (Centro de Estudos de Teatro - ULisboa)

**Resumo:** Na continuação de uma investigação sobre a profissão de atriz na segunda metade de Setecentos abordarei o tema da profissionalização das intérpretes femininas e a repercussão que estas mulheres tiveram na emancipação feminina no séc. XVIII, quer através do exemplo das profissionais, quer das personagens que interpretaram.

É em meados do séc. XVIII que o teatro se materializa como atividade profissional em Portugal, com companhias e empresários portugueses, e que se desenha uma regulamentação da atividade, expressa oficialmente nos *Estatutos da Sociedade estabelecida para a subsistência dos Teatros Públicos da Corte* (1771) e ampliada em outros regulamentos apostos a livros da Intendência Geral da Polícia.

Numa época em que se defendia o teatro como “escola da moral e bons costumes”, percebemos nestes regulamentos o estigma que manchava a profissão dos cómicos e a tentativa de os reabilitar perante a sociedade. Por outro lado, observa-se a necessidade de regulamentar especificamente sobre o género feminino, revelando o temperamento irreverente e autónomo das mulheres que trabalhavam no teatro, ambigualmente vistas como como más influências sobre os homens – desviando-os do bom caminho –, e como

(possíveis) modelos exemplares para as mulheres, devido à ascendência que sobre elas exerciam.

Apesar da infâmia que recaía sobre as intérpretes femininas, dada a exposição do corpo e a expressão de sentimentos, ideias, ações, etc. perante o olhar público, várias mulheres se dedicaram a esta profissão, resistindo e combatendo preconceitos: o que as motivou? Que condições pré-existiam à entrada no mundo teatral? Quem eram estas mulheres a nível social, familiar, de escolaridade? Que influência tiveram na emancipação das mulheres suas contemporâneas? Por que estavam marcadas com o estigma do “pecado” e como lhe poderiam escapar? Como se manifestava a opressão androcêntrica no exercício da sua atividade? O que as aproximava e afastava do ideal feminino da época?

Procurarei responder a estas questões, caracterizando esta classe profissional não só no que diz respeito às condições inerentes à sua profissão (condições de trabalho, regalias, direitos e obrigações a que estavam sujeitas, tipo de contratos realizados), mas também a toda a envolvência social (a forma como eram vistas pelo Estado e pela sociedade que as acolhia e rejeitava).

**Nota biográfica:** Marta Brites Rosa é licenciada em Literatura Portuguesa e mestre e doutora em Estudos de Teatro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). É investigadora no Centro de Estudos de Teatro (CET) da FLUL desde 2001, investigando a atividade teatral e dramaturgia da segunda metade do século XVIII em Portugal. Em 2021, iniciou um projeto de investigação sobre o papel e presença das mulheres no teatro de setecentos português, “O paradoxo feminino no teatro português do séc. XVIII” financiado pelo Programa Estímulo ao Emprego Científico. Leciona a Unidade Curricular “História do Teatro em Portugal” na FLUL, desde 2022. Coordena a revista *Sinais de Cena* – revista de estudos de teatro e artes performativas, do CET.

3. *Sarah Beirão: uma ponte cultural de interpares femininos.* **Fátima Maria Martins Pais** (Biblioteca Pública Municipal João Brandão, Câmara Municipal de Tábua)

**Resumo:** Sarah Beirão, nascida em Tábua, distrito de Coimbra, a 30 de julho de 1880, quis que as Mulheres estudassem e singrassem pelos seus meios.

Os seus estudos no colégio do Porto marcam desde muito jovem o seu percurso pessoal, gradualmente construído com grandes referências artísticas e literárias da panorâmica cultural da época - nacional e estrangeira - criando novas possibilidades ao longo da sua vida. Estudou Francês, Inglês e Alemão, Música, Desenho e Pintura.

O seu espírito criativo desde jovem e artista apresenta firmeza de traço e noção de conceitos e gosto pelas artes, esta faceta menos conhecida nas suas obras e espólio demonstram o quanto viajou, valorizava a estética, o gosto pelas Artes e representação gráfica. Toda a simbologia do seu próprio *Ex-libris* revela identidade como “Mulher-Escritora”: a Leitura, o Trabalho da Escrita de forma contínua, a Emancipação da Mulher com inteligência e formação erudita, ilustrando uma forma de estar viva e ser perpetuada no tempo.

A vontade, o trabalho e a vida estiveram sempre associados a Sarah Beirão. Para ela, a integridade e o talento profissional, artístico ou literário das Mulheres fazem com que se capacitem e se notabilizem.

Através da sua escrita e palestras despertava nas jovens Mulheres e suas famílias a vontade de estudar, enriquecer o conhecimento e trabalhar.

Maior conhecimento cria reconhecimento e visibilidade, bem como (re)construção identitária no feminino.

Nos seus escritos “A mulher através dos tempos”, encontro e comparo que percorre temas da atualidade e antiguidade com analogias, apelando pela Paz no Mundo, acreditando que “a falta de solidariedade na mulher portuguesa” pode ser renovada pelas futuras jovens mães que podem pela educação e amor, criar coragem nas gerações posteriores. Esta foi uma época de reivindicações, que a posição e o esforço de muitas era notório, em vários campos de ação e territórios. A necessidade de maior união é reconhecida e desejada por muitas Mulheres, nas cartas escritas perduram inquietações.

Sarah Beirão surge e destaca-se com a preocupação do educar a mulher no sentido de melhorar a própria vida e de com isso consiga levantar o seu país.

Na sua correspondência e notas que recuperei, registo narrativas e desabafos interpares femininos – que ilustram também as múltiplas ações que se realizaram e as pontes culturais que estabeleceu, cujos pilares foram sempre o Trabalho e a Virtude.

O objetivo desta minha apresentação agrega a celebração dos 50 anos da morte de Sarah Beirão, momento oportuno para visualizar Mulheres que estão ainda muito na escuridão, que participaram pela democracia e que convocavam outras mulheres para trabalharem juntas pelos seus direitos.

**Nota biográfica:** Fátima Pais nasceu em Lisboa e tem três filhos. Estudou na escola António Arroio, tem Bacharelato em Design de Interiores e Equipamento no IADE em Lisboa, Licenciatura pela ARCA-EUAC em Coimbra e com frequência de Mestrado em Estudos das mulheres. As mulheres na sociedade e na cultura na FCSH- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Univ. Nova de Lisboa. Designer na Biblioteca Pública Municipal João Brandão em Tábua. Faz curadoria, cria e realiza oficinas de Artes para todas as idades. Concebe instalações ligadas à temática do “Livro” e visitas guiadas ao património local. Tem interesse e gosto pela investigação no âmbito da educação, história e bens culturais. Realizou palestras: sobre Sarah Beirão e “Museu no recreio: um meeting point na escola”.

4. *Albertina Falker: a “heroína de um romance heróico”*. **Nicoli Braga Macêdo**  
(Universidade Autónoma de Lisboa)

**Resumo:** A nossa comunicação irá expor a trajetória de uma das primeiras alunas a cursar a formação profissional da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, no final do século XIX. A artista Albertina Cândida de Mello Falkner (1861 - ?) coloca-se então como um caso de estudo característico entre as personagens das mulheres artistas em Portugal, no sentido em que manifestou um itinerário invulgar para o horizonte feminino no período em questão.

Falker atuou como pintora e escultora, mas foi na segunda área em que revelou sua maior aptidão, com trabalhos que lhe renderam a participação em exposições importantes. Experienciou também a oportunidade de aprimorar a sua formação em Paris, o principal destino dos futuros grandes nomes artísticos de sua época. Em França, teve como mestre o renomado professor Jean Antoine Injalbert (1845-1933) e estudou na famosa instituição *Académie Julian* que, diferentemente da *École de Beaux-Arts*, já permitia a entrada de mulheres artistas. Assim, foi responsável por abrir um novo caminho para outras artistas portuguesas, que puderam então segui-la em passos futuros, como por exemplo, às irmãs Aurélia e Sophia de Souza que também estudaram na mesma instituição.



A investigação procurará identificar, através da documentação encontrada, os momentos mais significativos da carreira da escultora, que chegou até mesmo a ter discípulas, dado o reconhecimento de seu mérito. Colaborar para que a sua imagem seja reconhecida no patamar dos grandes artistas portugueses, combatendo assim o silêncio que muitas vezes permeia a historiografia das mulheres.

**Nota biográfica:** Historiadora. Mestre em História da Arte, Património e Restauro pela Universidade de Lisboa e doutoranda em História pela Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora e bolsista integrada ao Departamento de História, Artes e Humanidades e ao Centro de Investigação em Ciências Históricas da Universidade Autónoma de Lisboa.

5. *Reescrever a paisagem: Uma contra-proposta feminista para repensar a memória coletiva a partir da cultura visual urbana: o caso da cidade do Porto.* **Isabeli Santiago** (FLUC-CES)

**Resumo:** Cidades são o domínio espacial onde a reificação do patriarcado se monumentaliza. Em outras palavras, são maquetes patriarcais gigantes onde variados sistemas de dominação convergem e se manifestam simbólica e materialmente. Além de condicionar e regular o acesso aos espaços, o *poder* se estabelece a partir da paisagem urbana sob a forma de códigos sociais, políticas urbanas, planos diretores; ou ainda através do desenho espacial, da arquitetura, toponímia, equipamentos públicos e arte pública, etc.

Considerando as origens patriarcais da história da cidade, esta comunicação parte de elementos da paisagem urbana – topónimos, sinaléticas públicas, obras de arte e monumentos públicos - para examinar o impacto discursivo da monumentalização patriarcal nos processos de construção de memória coletiva, especialmente relacionados às histórias de mulheres. À luz de epistemologias feministas e metodologias transdisciplinares, enquadrando a cidade como “espaço de ação que pode ser ocupado, reconfigurado e reescrito” (Medeiros, Alícia. Santiago, Isabeli. 2022) esta análise propõe - a partir do caso de estudo do Tour Feminista e da cidade do Porto – estratégias para reagir à “cidade patriarcal”. Neste sentido, pretende também estabelecer diálogo com investigações que derivam deste tópico, de forma gerar impacto em outros setores sociais

além-Academia, contribuindo com políticas públicas (urbanas, culturais, pedagógicas, etc).

**Nota biográfica:** Isabeli Santiago (n. Brasil) é feminista terceiro-mundista, migrante e mãe de Valentina. Vive em Portugal desde 2008. É Assistente de curadoria na Galeria Municipal do Porto (d. 2019). Frequenta o doutoramento em Estudos Feministas, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde desenvolve sua pesquisa sobre historiografias feministas a partir de elementos da cultura visual urbana. É mestra em Estudos Artísticos, pela Faculdade de Belas Artes, e licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras, ambas pela Universidade do Porto. É co-fundadora do coletivo feminista MAAD – Mulheres, Arte Arquitetura & Design e co-autora do Tour Feminista do Porto. Identifica-se com os movimentos feministas decoloniais.

6. *Clementina Carneiro de Moura (1898-1992) e Regina Santos (1904-1969): percursos que se cruzam na arte e na militância.*  
**Andreia Santos Silva** (CHAIA-UE)

**Resumo:** Maria Clementina Vilas – Boas Carneiro de Moura (1898–1992) e Regina Santos de Jesus (1904–1969), duas mulheres cujos caminhos se cruzaram na Arte e nas fileiras da militância feminista. Completaram o curso de Pintura da Escola de Belas Artes de Lisboa e ao longo de mais de quatro décadas foram presença assídua em várias Exposições Anuais da Sociedade Nacional de Belas Artes, Exposições Gerais ou em Exposições de Arte Moderna. O primeiro encontro entre as duas artistas ter-se-á dado em 1936, na 2.<sup>a</sup> *Exposição de Arte Moderna* na Sociedade Nacional de Belas Artes. Clementina Carneiro de Moura já tinha participado em mais de uma dezena de certames como os modernos *I e II Salão de Outono*, em 1925 e 1926, ou o *I Salão dos Independentes*, em 1930, apresentando sobretudo pinturas de Paisagem, Flores e alguns Retratos, mas para Regina Santos 1936 foi o ano em que expôs pela primeira vez. No primeiro e no último trimestre desse ano, apresentou um total de cinco óleos na 33.<sup>a</sup> *Exposição de Pintura, Escultura, Arquitectura, Desenho e Gravura* e na 2.<sup>a</sup> *Exposição de Arte Moderna*, ambas na

Sociedade Nacional de Belas Artes. A par da actividade artística, a atenção sobre a dura realidade que a grande maioria das mulheres portuguesas enfrentava, a vontade de querer agir e abraçar diferentes causas sociais, levá-las-ia também a filiarem-se no Conselho

Nacional das Mulheres Portuguesas. O primeiro contacto de Regina Santos com o Conselho – Liga da Bondade - deu-se na segunda metade da década de 20. Clementina Moura filiou-se vinte anos depois e já sob a liderança de Maria Lamas. No período de 1945, até ao encerramento da organização feminista pelo regime salazarista, em 1947, as duas mulheres participaram em reuniões, congressos, diferentes sessões e eventos promovidos pelo Conselho com principal destaque para a *Exposição de Livros escritos por Mulheres* - foram as autoras das dezenas de Retratos das «maiores embaixatrizes das letras», expostos no grande Salão de Arte da Rua Barata Salgueiro em Lisboa. Nas décadas seguintes deram continuidade à sua actividade artística, mas enquanto professoras – diplomadas pela Escola Normal Superior de Lisboa - aposentaram-se das suas funções docentes exercidas sobretudo em Escolas de Ensino Comercial e Industrial da cidade de Lisboa. Um problema de saúde acabaria por tirar a vida a Regina Santos aos 64 anos de idade. Clementina Carneiro de Moura expôs praticamente até ao final da sua vida e continuou a fazer-se ouvir e às suas preocupações sociais e cívicas na Associação Feminina Portuguesa para a Paz e no Movimento Democrático de Mulheres de que fez parte. Nesta sessão destacar-se-ão a vida, a obra e as acções das duas mulheres, principalmente os momentos que partilharam enquanto artistas e militantes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Recordemo-las, pois há muito que também figuram nas linhas do esquecimento.

**Nota biográfica:** Andreia Santos Silva é doutoranda em História da Arte na Universidade de Évora e bolseira de doutoramento no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo com o projecto «(Des)conhecidas da colecção. As mulheres artistas do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo» - financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (referência PRT/BD/153507/21). É investigadora colaboradora do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora. Mestre em História da Arte, especialização Arte Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa com a dissertação «Ofélia Marques (1902-1952): mulher artista no modernismo português. A menina Ophelia Cruz que é hoje Ofélia Marques» e licenciada em História Moderna Contemporânea pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

## SESSÃO PARALELA V

### 09h30 - 11h30 - Audit. CAN A223 - SESSÃO B: MULHERES, SINDICALISMO E TRABALHO

**Moderação:** Paulo Lima (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Pioneiras e excepcionais - uma jornalista na Conferência Internacional do Trabalho.* **Albertina Jordão** (OIT)

**Resumo:** Esta investigação trata uma dimensão pouco ou nada conhecida da relação de Portugal com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), isto é, a do papel que foi permitido desempenhar pelas raras portuguesas que integraram as delegações tripartidas à Conferência Internacional do Trabalho (CIT). A história desse percurso descontínuo e invisível não pode deixar de se fazer num primeiro nível, interrogando criticamente os arquivos e recolhendo e analisando os dados até à data dessexualizados ou normalizados pelo padrão masculino. Ao longo da investigação foi possível identificar diferentes períodos que correspondem, por um lado, a uma participação insipiente, justificada pelo contexto social e político que se caracterizava por um regime que minorizava o estatuto das mulheres (até 1974) e, por outro, a uma aprendizagem da diplomacia laboral marcada por uma crescente e intensa relação entre Portugal e a Organização (em especial a partir da década de 1980).

As participações nas CIT configuram um tipo de missão temporária, dadas as suas características, à qual apenas algumas e muito poucas poderiam participar. E se observarmos as Conferências em que foram aprovadas Convenções cujas matérias são de direta relação com o trabalho das mulheres (C. 100, C.103, C.111 e C.156), parece não ter havido qualquer intenção, por parte das delegações tripartidas portuguesas, em corresponder ao texto fundador da Organização que estipulava no n.º 3 do artigo 389º que: «chaque délégué pourra être accompagné par des conseillers techniques dont le nombre pourra être de deux au plus pour chacune des matières distinctes inscrites à l'ordre du jour de la session. Quand des questions intéressant spécialement des femmes doivent venir en discussion à la Conférence, une ou moins parmi les autres personnes désignées comme conseillers techniques devra être une femme».

A primeira portuguesa a participar na conferência internacional do trabalho, integrou a delegação governamental. Foi em 1951, ano em que foi adotada uma importante convenção, relativa a uma reivindicação com 32 anos no quadro da Organização Internacional do Trabalho, salário igual para trabalho de igual valor, inscrita no texto que cria a OIT, em 1919, a Convenção (n.º 100).

A primeira portuguesa na delegação das estruturas sindicais foi uma jornalista que participou numa comissão onde se discutiu o papel das mulheres trabalhadoras num mundo em evolução. Estávamos em 1964. É a partir do Relatório circunstanciado que redigiu, no seu regresso a Portugal, que tratará esta comunicação.

Ainda no capítulo das pioneiras, a primeira portuguesa a integrar a delegação patronal foi em 1988, representando uma área de crescente feminização, o comércio e serviços. É a partir desta década que as delegações tripartidas passam a contar com uma participação mais sustentada de mulheres, em especial como conselheiras. São altamente qualificadas e passam a representar o país no fórum anual considerado o parlamento mundial do trabalho.

**Nota biográfica:** Albertina Jordão, Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Gestora de Programas na OIT-Lisboa. Integra a rede da OIT dos pontos focais género e é responsável, entre outras, pelas temáticas relacionadas com a promoção da igualdade e não discriminação no mundo do trabalho.

## *2. As mulheres no mercado de trabalho em Portugal - realidades e representações.*

**Virgínia Baptista** (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

**Resumo:** Nesta comunicação pretendemos refletir sobre o trabalho das mulheres, numa perspetiva diacrónica, da década de 20, do séc. XX até à atualidade.

Baseámo-nos no relatório do Primeiro Congresso Feminista e de Educação, no relatório de Arnaldo Brazão (1925), em fontes demográficas e em bibliografia diversa sobre o trabalho das mulheres.

No Primeiro Congresso Feminista e de Educação, em 1924, foram apresentadas teses sobre o trabalho das mulheres e a proteção materno-infantil, nomeadamente, «Assistência

e trabalho», por Maria O' Neil e «Proteção à mulher grávida e à criança», por Adelaide Cabete.

Nesta apresentação levantamos algumas questões a que pretendemos responder no final: Qual a visão sobre o trabalho das mulheres por parte das feministas, dos homens e das mulheres trabalhadoras na década de 20 do século XX? Quais as principais mudanças que ocorreram sobre o trabalho das mulheres na atualidade?

Como referiram Michelle Perrot e Sylvie Schweitzer, entre outras historiadoras, as mulheres sempre trabalharam, no domicílio e fora de casa. No entanto, ao longo da história, têm sido diversas as perspetivas sobre o trabalho das mulheres, questionando-se, por exemplo, se o trabalho deveria ocorrer fora de casa, se a legislação «protetora» do trabalho das mulheres (obrigatoriedade de descanso após o parto, sem subsídio, trabalho noturno e com determinadas substâncias) favorecia ou não as trabalhadoras e sobre a articulação entre o trabalho das mulheres e a maternidade.

Em 1930, as mulheres eram 27,1% da população ativa, na atualidade, as mulheres representam cerca de metade dos/as trabalhadores/as no mercado de trabalho – 49,6%.

É de salientar que em 2011, num tempo de crise económica, as taxas de desemprego, embora superiores a nível nacional para as mulheres, eram similares por géneros: 13,8% para as mulheres e 12,6% para os homens (embora o desemprego fosse menor para as mulheres nas cidades de Lisboa e Porto). Ainda durante o período da pandemia COVID 19, (2020-2022), quando a maioria da população foi obrigada ao confinamento, por motivos de saúde pública, mais mulheres estiveram fora do espaço.

Como em 1924, o trabalho feminino ainda é articulado com os cuidados materno-infantis, daí as reflexões e ações das políticas públicas e das famílias sobre o trabalho das mulheres (apesar dos progressos das leis da parentalidade favoravelmente para as mulheres).

Como verificámos, as mulheres estão fortemente implantadas no mercado de trabalho, no entanto, as desigualdades persistem. Em 2022, a diferença salarial para as mulheres chegou a 13,3%, ou seja, em média as mulheres ganham menos 216 euros que os homens.

Podemos concluir que apesar de todos os direitos sociais adquiridos pelas mulheres no mercado de trabalho, os números ocultam muito trabalho precário, mal remunerado e com limitados direitos laborais.

**Nota biográfica:** Virgínia Baptista é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mestre e doutora em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE- IUL. Foi Professora de História do Ministério da Educação. É investigadora do HTC- NOVA FCSH- CEF-UC. Tem-se dedicado ao estudo do trabalho das mulheres, proteção materno-infantil, nascimentos e maternidades, as mulheres no movimento associativo de classe e mutualismo em Portugal e Estado-Providência. Tem livros e artigos publicados em Portugal e no estrangeiro. Tem participado em conferências e colóquios nacionais e internacionais.

3. *O trabalho doméstico remunerado em Portugal: contributos da sociologia e da literatura.* **Manuel Abrantes** (Universidade Aberta e PlanAPP)

**Resumo:** O trabalho doméstico remunerado tem merecido crescente atenção, quer pela sua persistência nos sistemas de produção capitalista, quer pelas inquietações que suscita ao pensamento feminista. Se é evidente que sofreu transformações substanciais ao longo do tempo, permanece ainda assim ancorado a dinâmicas de classe e de género. No caso de Portugal, a força de trabalho neste setor continua a ser constituída por uma vasta maioria de mulheres, com limitadas perspetivas de valorização profissional, organização coletiva ou voz pública.

A presente comunicação tem origem no meu interesse pelo trabalho doméstico remunerado enquanto sociólogo e enquanto escritor. Por conseguinte, organiza-se em duas partes.

Na primeira parte, sintetizo os contributos que as ciências sociais têm dado para conhecermos o panorama do trabalho doméstico remunerado em Portugal. Destaco os estudos que permitem compreender este setor no quadro das mudanças socioeconómicas, bem como as condições e relações de trabalho que o caracterizam atualmente. A partir desse corpo de conhecimento, é possível discutir recomendações para a investigação futura.

Na segunda parte da comunicação, relato como parti da investigação sociológica para escrever o romance *Na Terra dos Outros*, publicado pela Companhia das Letras em fevereiro de 2024. Apresento sucintamente a protagonista e o pano de fundo da trama narrativa, salientando alguns elementos que poderão oferecer pontos de partida para uma

discussão mais ampla sobre o passado, o presente e o futuro do trabalho doméstico remunerado.

**Nota biográfica:** Manuel Abrantes é escritor e sociólogo. Nasceu em Lisboa, em 1982. A sua investigação tem-se centrado nas temáticas do trabalho e das desigualdades sociais. Concluiu o Mestrado em Sociologia na Universidade de Amesterdão e o Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações na Universidade de Lisboa. É Técnico Superior no PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública. Leciona como professor convidado na Universidade Aberta.

4. *As mulheres e o associativismo agrário: as sócias da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa (sécs. XIX-XX)*. **António R. Telles Costa** (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

**Resumo:** A segunda metade do século XIX, marcada por um período de profundas transformações sociais que se acentuaram na transição para o século XX, foi propícia ao desenvolvimento do movimento associativo agrário e à participação de algumas mulheres nas associações de classe e em numerosas actividades reservadas até então apenas aos homens. A Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, constituída em 1860 e considerada «*a reunião de agricultores, de proprietarios agricolas, e bem assim das pessoas d'outras classes, que se interessem pelo progresso da agricultura*», foi a associação de classe portuguesa que maior preponderância teve no rumo do mundo rural, contando com a presença de mulheres entre os seus sócios.

Com esta comunicação pretende-se conhecer as mulheres que fizeram parte da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa nos séculos XIX e XX, percebendo em que moldes a sua participação ocorreu no seio da associação e qual o seu papel na agricultura e na sociedade em geral (quem eram?; qual a sua integração social?; a que se dedicavam?; qual a sua formação?; etc.). Deste modo é possível perceber no concreto a participação/presença feminina na agricultura oitocentista e do século XX, bem como na economia e no mercado de trabalho – directamente relacionados com o mundo rural.

**Nota biográfica:** Licenciado em História (NOVA FCSH, 2019), mestre em História Contemporânea (NOVA FCSH, 2021), com a dissertação «José Pereira Palha Blanco



(1854-1937): um cacique e um lavrador da lezíria ribatejana», e doutorando em História Contemporânea (NOVA FCSH), desenvolvendo uma investigação em torno da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. Investigador integrado do História, Territórios e Comunidades, um pólo na Nova FCSH do Centro de Ecologia Funcional - Ciência para as Pessoas e o Planeta - da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e bolseiro de investigação para doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

5. *Mulheres na Arqueologia: antes e depois do 25 de abril de 1974*. **Sara Cura** (ESCS, ICArEHB), **Cristina Gameiro** (UNIARQ) e **Jacinta Bugalhão** (Património Cultural, I.P., Campo Arqueológico de Mértola)

**Resumo:** A Arqueologia surgiu como ciência no séc. XIX, e como todas as outras ciências, nasce num contexto eminentemente elitista (Fabião, 2011) e exclusivamente masculino. A sua emergência em Portugal não foi excepção a este quadro, tal como não foi excepção, ainda mais vivendo num regime político ditatorial, que a prática desta disciplina fosse maioritariamente masculina até 1974.

Antes do 25 de abril de 1974, arqueólogo era toda e qualquer pessoa que realizava escavações arqueológicas, recolhia “achados” arqueológicos e os estudava. Actualmente, ser arqueólogo é uma profissão, correspondente a uma multiplicidade alargada de funções e tarefas, entre a investigação, ensino, gestão de Património, prestação de serviços de trabalhos arqueológicos “de campo”, museologia, divulgação, produção de conteúdos, etc. que, para ser exercida plenamente, exige a titularidade de grau académico de mestre/2.º ciclo de Bolonha. A par desta evolução do «amadorismo» à profissionalização, a composição social dos arqueólogos também foi sendo alterada. No início dos anos 70, existiam em Portugal pouco mais de 180 arqueólogos (40% amadores), quase todos homens, com média etária acima dos 45 anos; quase 1/5 de nacionalidade estrangeira; 1/5 não possuía habilitação académica superior, cerca de metade era licenciado e o número de doutorados era muito reduzido; quando profissionais, trabalhavam normalmente em universidades e no Estado. Actualmente o número estimado de arqueólogos ronda os 1.000 profissionais. Ao nível da distribuição sexual, é um grupo paritário, com uma média etária de 37 anos (em 2017) e uma presença de

estrangeiros inferior a 10%; metade é licenciado, mas a proporção de mestres sobe, sendo já superior a 1/3 do grupo; há mais do que 200 doutores (Bugalhão, 2013, 2017, 2021).

No que à representação feminina diz respeito há enormes diferenças hoje, as mulheres conquistaram, com a Democracia, o seu espaço nesta profissão. Contudo, a sua maior representação profissional, não significa uma equilibrada representação em todas as áreas científicas da Arqueologia, nem em todas as formas de exercer a profissão, estando ainda longe, aparentemente, uma maior paridade em cargos de liderança, seja nas organizações (empresas, museus e universidades), seja na coordenação de projetos de investigação.

O caminho das arqueólogas, é o caminho das mulheres em todas as ciências em Portugal, com evidentes progressos na representatividade, visíveis na sua formação superior e produção científica (particularmente nas publicações), mas sem que isso se reflita de forma justa e equilibrada nas lideranças científicas e exercício de cargos de decisão.

Propomo-nos a analisar o caminho efetuado pelas arqueólogas em Portugal: como se introduziram numa profissão maioritariamente masculina e como se tem consolidado a paridade? A análise de publicações em periódicos de longa duração permitirá quantificar a evolução dessa participação feminina na construção do conhecimento sobre o passado com base em fontes materiais. Será referido também o que falta fazer para que se concretize uma paridade sólida e sustentável.

**Nota biográfica:** Sara Cura é arqueóloga, comunicadora de ciência e investigadora em Pré-História com trabalho desenvolvido também em Museologia, Património Cultural e Gestão do Território. Lecionou Arqueologia no Instituto Politécnico de Tomar (2003 – 2019) e trabalhou no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação (2003-2020). Integrou e integra projetos de investigação internacionais e é autora/co-autora de publicações científicas. Como comunicadora de ciência desenvolve o Podcast Let's Rock -um podcast da Idade da Pedra e é cronista de Ciência e História no jornal mediatejo.net. É doutorada pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Mestre em Pré-história pela Université Paris I Panthéon Sorbonne. Atualmente está a concluir um mestrado em Comunicação de Ciência na Universidade Nova de Lisboa e é Gestora de Ciência na Escola Superior de Comunicação Social.

Cristina Gameiro concluiu doutoramento em Pré-história-Etnologia-Antropologia em 2012 pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Mestrado/D.E.A. (Diplôme d'études approfondies) em 2003 pela mesma Universidade e Licenciatura em História, variante

Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1998. Foi Investigadora Responsável e com contrato na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no âmbito do projeto PALEORESCUE, financiado pela FCT. Trabalhou como arqueóloga na Câmara Municipal de Almada e no Instituto Português de Arqueologia e foi docente convidada na Universidade do Algarve. Atualmente trabalha como freelancer e é colaboradora na UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Jacinta Bugalhão é licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa (1989), Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras do Porto (1997) e Doutora em Arqueologia pela Faculdade de Letras de Lisboa (2021). Tem trabalhado como arqueóloga desde 1989, no IPPC, IPPAR, IPA, IGESPAR e DGPC. Dirigiu várias intervenções arqueológicas em Lisboa, focando o estudo do urbanismo antigo da cidade, nomeadamente nos períodos Romano, Islâmico, Medieval-Cristão e Moderno. Além de projetos de investigação e trabalhos em divulgação e musealização, dedica-se ao estudo de vários temas no âmbito da Arqueologia Pública e da História da Arqueologia Portuguesa recente, nomeadamente: evolução da atividade arqueológica, arqueologia urbana (principalmente em Lisboa), organização institucional, legislação arqueológica, a profissão de arqueólogo e questões de género na arqueologia.

6. *A condição feminina no Oeste rural português: Lourinhã 1900*. Sofia Pina (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

**Resumo:** O objecto proposto a investigar em sede de tese de doutoramento é sobre a *condição feminina*. O contexto político, social, económico e cultural deste estudo é o meio rural, mais especificamente, *o litoral oeste português*. Cronologicamente situamos esta investigação entre o período da consolidação dos valores liberais da Renegação e o “novo mundo”, resultante do fim da Grande Guerra (1914–18) e à gradual mudança estrutural política, cultural, das mentalidades e dos modos e hábitos de vida que se sentiu.

Não sendo a História um campo de estudo fechado, a nossa constante procura de problematizações permite-nos uma visão alargada dos problemas e uma permanente procura da regra e da excepção. Esta investigação focará a nossa perspectiva historiográfica nas problemáticas associadas às forças de poder masculino-feminino. A opção deste recorte cronológico permite-nos também analisar as persistências medievais

durante o século XIX e a gradual decomposição do Antigo Regime perante a introdução do Liberalismo.

Importa também perspectivar sociedade rural nas suas diferentes camadas: a nobreza agrária, a burguesia agrária e as classes populares, tal como o impacto da revolução agrária, que constituiu o início da revolução industrial e conseqüentes alterações sociais na pouco reconhecida perspectiva da condição feminina. Consideramos relevante a escolha deste tema de investigação pelo contributo que dará à construção do conhecimento da História das Mulheres em Portugal, concretamente à História das Mulheres no contexto rural e da História Local. Pois o tema além de inédito, no País, nunca foi tratado localmente, a nível regional, nem se conhecem à data, monografias sobre o concelho da Lourinhã.

**Nota biográfica:** Licenciada em História pela Universidade Lusíada de Lisboa, mestre em Preservação Digital em Arquivos pela Universidade de Évora, exerce a função de Data Controller e Corporate Records Manager no Sport Lisboa e Benfica, tendo como áreas de intervenção a implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados, a execução do levantamento do fluxo documental e processual e a formação em Safety, Security and Compliance aos colaboradores do grupo. Anteriormente, desempenhou a função de arquivista responsável no projecto Museu Cosme Damião, Museu do Sport Lisboa e Benfica. Investigadora associada do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, venceu o prémio de investigação 2022 com o trabalho Da Fábrica de gasosas, pirolitos e licores ao Café Avenida de Sabino José Maria, Lourinhã, 1908, e publicado na edição 12/2023, Matria XXI. Investigadora integrada do Centro de investigação História, territórios e humanidades - HTC, actualmente, desenvolve um projecto de investigação doutoral sobre a condição feminina no meio rural português na transição de século XIX - XX. Experiente consultora em gestão documental para várias áreas de negócio, integrou a equipa multidisciplinar que se desenvolveu a Macroestrutura Funcional – MEF, base dos atuais Planos de Classificação da gestão documental da Administração Pública.

7. *O pioneirismo feminino na medicina brasileira: entre dificuldades e inovações.*

**Denise B. de Sant'Anna** (PUC-SP)

**Resumo:** O objetivo principal da nossa apresentação é o de problematizar alguns dos principais desafios enfrentados pelas primeiras médicas brasileiras, no final do século XIX. Depois de Maria Augusta Generoso Estrella, uma das fundadoras do jornal *A mulher* e a primeira médica brasileira e sul-americana, surgiram outras que se formaram em medicina e publicaram suas visões acerca da saúde das mulheres e das crianças. Trata-se de uma pesquisa em curso, baseada principalmente em jornais e memórias, preocupada em perceber as transformações históricas na visão do corpo feminino, impulsionadas pela progressiva presença das mulheres no âmbito da medicina.

**Nota biográfica:** Denise Bernuzzi de Sant'Anna é doutora em História pela Universidade de Paris VII, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e investigadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. Foi diversas vezes professora convidada na EHESS e suas publicações tratam da história do corpo feminino e da história da saúde.

## SESSÃO PARALELA VI

### **11h45 - 13h00 - Audit. CAN A223 – SESSÃO A: HISTÓRIA(S) DO #METOO: GÉNERO, VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES EM PORTUGAL**

**Moderação:** Natividade Monteiro (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Assédio sexual na academia portuguesa na era #MeToo: Mulheres como vítimas, testemunhas e detentoras de cargos institucionais.* **Júlia Garraio** (CES-UC), **Maria Helena Santos** (ISCTE-IUL, CIS-ISCTE) e **Carla Cerqueira** (Universidade Lusófona, CICANT)

**Resumo:** Nesta comunicação serão apresentados os resultados de um estudo qualitativo exploratório realizado em 2022 sobre assédio sexual na academia portuguesa. Neste estudo foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas e questionários de perfil sociodemográfico a 18 mulheres de diferentes gerações e áreas científicas com carreiras estáveis na academia portuguesa, o que lhes garantia um conhecimento aprofundado do seu funcionamento e das suas dinâmicas internas. O estudo explorou o papel das mulheres na academia como vítimas e como testemunhas de assédio sexual, bem como detentoras de cargos de decisão que tiveram de lidar com denúncias. Atento a um puzzle social complexo marcado pela ascensão das mulheres a posições de liderança no meio académico, por uma maior consciencialização social para o problema do assédio sexual na era #MeToo e pela crescente governação neoliberal da academia, o estudo oferece um contributo para uma área pouco estudada no contexto português: por um lado, aponta para o carácter genderizado do assédio sexual no meio académico; e, por outro lado, contribui para um melhor conhecimento das subjetividades das mulheres e das suas estratégias enquanto navegam um ambiente marcado por reformas neoliberais, hierarquias de género, competitividade, ameaça da precariedade, mas também oportunidades de realização pessoal e de ascensão social.

**Notas biográfica:** Júlia Garraio é investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde integra a linha temática Democracia, Justiça e Direitos Humanos. Co-coordena os Grupos de Trabalho Policredos: Religiões e Sociedade e GPS

- Grupo de Pesquisa em Sexualidade. Desenvolve o projeto Dis/entangling Rape - Sexual Violence in Portuguese literature and cinema in the 21st century (2023-2028), no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico (CEEC) da FCT. É Co-PI do projeto FCT UnCoveR - Sexual Violence in Portuguese Mediascape (2023-2025). Integrou o Grupo de Investigação Histórica da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa (2022-23). É membro cofundador do grupo de investigação internacional SVAC-sexual Violence in Armed Conflict. Faz parte do Conselho Editorial da revista *European Journal of Women's Studies*, onde é corresponsável pela secção das recensões.

Maria Helena Santos é investigadora integrada no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), CIS-Iscte. É licenciada (2001), mestre (2004) e doutorada (2011) em Psicologia Social e das Organizações pela mesma instituição. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e ações positivas em profissões marcadamente masculinas (como é o caso da política, da medicina e do futebol) e femininas (como é o caso da enfermagem, do ensino básico e da educação pré-escolar) e recentemente tem alargado o seu interesse a estudos realizados numa perspetiva mais interseccional.

Carla Cerqueira, doutorada em Ciências de Comunicação pela Universidade do Minho (2012), é Professora Associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. As suas áreas de investigação incluem género, feminismos, ativismo, interseccionalidade, media e comunicação. Tem publicado em revistas e livros nacionais e internacionais, participado em conferências e projetos de investigação e ação. Atualmente é investigadora principal do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM CSS/4049/2021) e consultora do projeto FCT UnCoveR - Sexual Violence in Portuguese Mediascape (2023-2025). É coordenadora do grupo de Investigação e Políticas do GAMAG e faz parte da direção da APEM. Integra, desde 2023, a Comissão de Ética da ECREA.

2. *A opinião publicada na imprensa portuguesa em torno do assédio sexual da academia.* **Maria João Faustino** (CES-UC), **Isabel Ventura** (CEMRI/UAb), **Maria Helena Santos** (ISCTE-IUL, CIS-ISCTE), **Júlia Garraio** (CES-UC) e **Carla Cerqueira** (Universidade Lusófona, CICANT)

**Resumo:** O debate público sobre o assédio sexual no contexto universitário foi largamente impulsionado por dois momentos específicos: as denúncias ocorridas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), em 2022, e no Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, em 2023. Este estudo pretendeu analisar os discursos mobilizados na imprensa portuguesa, debruçando-se sobre a opinião publicada online, entre abril de 2022 e junho de 2023. Para o efeito, seleccionámos cinco jornais nacionais: Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Público, Expresso, Observador e Correio da Manhã. Os resultados apontam para uma maior presença mediática do caso CES, comparativamente ao da FDUL, mediatização que está associada ao valor notícia de um dos implicados: Boaventura Sousa Santos, sociólogo de projeção internacional considerado figura controversa pelos seus posicionamentos políticos. Adotando a análise crítica do discurso, identificámos os temas centrais em torno dos dois casos. Primeiramente, o assédio sexual foi mediatizado como realidade endémica na academia portuguesa, potenciada pela precariedade e endogamia persistentes no contexto universitário. Simultaneamente, o assédio sexual foi transversalmente representado como indissociável do sexismo estrutural da sociedade portuguesa. A centralidade e transversalidade destes temas, a par da presença de comentadoras assumidamente feministas, demonstra que o argumentário feminista em torno do assédio sexual, da sua ubiquidade e raiz sexista, foi de alguma forma incorporado no debate público, apesar das resistências mobilizadas (em particular, da pessoalização da crítica dirigida a Boaventura, que adiante exploraremos). Para além destes temas transversais, identificámos particularidades associadas aos dois casos. O conservadorismo da FDUL foi pontualmente apontado como facilitador do assédio sexual, enquanto no caso CES se verificou a pessoalização da crítica em torno de Boaventura Sousa Santos e do filão político e epistemológico que lhe é associado – nomeadamente, as ciências sociais e a comumente designada “esquerda identitária”.

Maria João Faustino é doutorada em Psicologia pela Universidade de Auckland. Tem feito investigação sobre violência sexual, online e offline, respetivas dinâmicas genderizadas



e representações mediáticas. É atualmente investigadora no projeto Uncover- Violência sexual nas paisagens mediáticas portuguesas (CES-UC).

Isabel Ventura é investigadora do Grupo de Investigação Estudos sobre as Mulheres: género, cultura e sociedade, do CEMRI/UAb e docente na ESELx e na UCP. Doutorou-se em Sociologia, pela Universidade do Minho e é autora de *Medusa no Palácio da Justiça* e de *As Primeiras Mulheres Repórteres*.

Maria Helena Santos é investigadora integrada no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), CIS-Iscte. É licenciada (2001), mestre (2004) e doutorada (2011) em Psicologia Social e das Organizações pela mesma instituição. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e ações positivas em profissões marcadamente masculinas (como é o caso da política, da medicina e do futebol) e femininas (como é o caso da enfermagem, do ensino básico e da educação pré-escolar) e recentemente tem alargado o seu interesse a estudos realizados numa perspetiva mais interseccional.

Carla Cerqueira, doutorada em Ciências de Comunicação pela Universidade do Minho (2012), é Professora Associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. As suas áreas de investigação incluem género, feminismos, ativismo, interseccionalidade, media e comunicação. Tem publicado em revistas e livros nacionais e internacionais, participado em conferências e projetos de investigação e ação. Atualmente é investigadora principal do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM CSS/4049/2021) e consultora do projeto FCT UnCover - Sexual Violence in Portuguese Mediascape (2023-2025). É coordenadora do grupo de Investigação e Políticas do GAMAG e faz parte da direção da APEM. Integra, desde 2023, a Comissão de Ética da ECREA.

3. *Diversidade e Marginalização: O #MeToo e a Interseccionalidade em contexto português*. **Carla Cerqueira, Ana Sofia Pereira e Célia Taborda** (Universidade Lusófona, CICANT)

**Resumo:** Os movimentos feministas contemporâneos, inseridos numa putativa quarta vaga, têm vindo a adotar repertórios de ação nas redes e nas ruas que dão destaque à

interseccionalidade, um conceito de particular relevância no que concerne ao #MeToo e suas origens. Termo cunhado em 1989 (Crenshaw, 1989, 1991), o mesmo refere-se às formas de opressão enfrentadas por pessoas cujas identidades refletem diferentes eixos de marginalização (i.e., raça/etnia, classe social, idade, nacionalidade). No contexto dos movimentos feministas, a interseccionalidade tem vindo a ganhar destaque como forma de abordar as experiências complexas de grupos marginalizados, nomeadamente feministas negras, pós-coloniais e antirracistas (Cerqueira et al., 2022; Collins et al., 2021; Nogueira et al., 2021).

Nos seus primórdios, o movimento #MeToo destacou-se pelo seu compromisso com a interseccionalidade, diversidade e inclusão (Maule, 2020), promovendo e visibilizando discursos de pessoas que, até então, tinham sido marginalizadas pelas intersecções das suas identidades. Contudo, ainda que o #MeToo tenha servido como catalisador para um debate global (e local) sobre o assédio e a violência sexual, o movimento tem vindo a ser criticado pela sua crescente falta de interseccionalidade. Apesar de ter sido criado por Tarana Burke em 2006 como forma de denúncia das experiências de mulheres negras vítimas de assédio e violência sexual (Boyd & McEwan, 2022), o movimento só se tornou viral em 2017 após a atriz Alyssa Milano incentivar sobreviventes a usar a hashtag no Twitter (Kaufman et al., 2021). A capacidade do #MeToo em incorporar de forma abrangente uma perspetiva interseccional tem sido objeto de estudo, já que determinadas vozes de grupos específicos de mulheres são consistentemente amplificadas – nomeadamente mulheres jovens, brancas e de classe média, que se encaixam nos padrões de beleza convencionais e são proficientes na utilização de plataformas digitais para mobilizar apoio online (De Benedictis et al., 2019; Zarkov & Davis, 2018) –, enquanto outras permanecem invisibilizadas.

Através de uma leitura crítica de 828 notícias dos 8 jornais e revistas nacionais com maior circulação digital paga em Portugal (segundo a APCT), esta comunicação pretende analisar a presença da interseccionalidade no #MeToo em contexto nacional. Reconhecendo a influência dos *media* na esfera pública e forma como determinadas temáticas são apreendidas, procuramos compreender como os *media* portugueses representaram o #MeToo, suas agendas e narrativas das sobreviventes, nomeadamente se incorporaram as vozes de mulheres com diversas identidades que se cruzam (raça/etnia, classe social, idade, nacionalidade), ou se perpetuaram um discurso homogeneizado de

marginalização. Até que ponto o #MeToo português é inclusivo e, na forma como foi mediatizado, discriminatório?

Os resultados preliminares revelam uma falta de interseccionalidade na iteração portuguesa do #MeToo, impulsionada principalmente pela cobertura mediática centrada em figuras públicas nacionais, marginalizando outras vozes. Ainda assim, é necessária investigação adicional para melhor compreender as dinâmicas interseccionais do #MeToo e suas características locais.

**Nota biográfica:** Carla Cerqueira, doutorada em Ciências de Comunicação pela Universidade do Minho (2012), é Professora Associada na Universidade Lusófona, diretora do Doutoramento em Comunicação e Ativismos e investigadora integrada no CICANT. As suas áreas de investigação incluem género, feminismos, ativismo, interseccionalidade, media e comunicação. Tem publicado em revistas e livros nacionais e internacionais, participado em conferências e projetos de investigação e ação. Atualmente é investigadora principal do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021) e consultora do projeto FCT UnCoveR - Sexual Violence in Portuguese Mediascape (2023-2025). É coordenadora do grupo de Investigação e Políticas do GAMAG e faz parte da direção da APEM. Integra, desde 2023, a Comissão de Ética da ECREA.

Ana Sofia Pereira é bolsista de pós-doutoramento no projeto “FEMglocal – Movimentos feministas locais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021 / DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021). Em 2020 completou um doutoramento europeu em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, com uma estadia na Universidade de Reading, sobre a falta de mulheres guionistas e realizadoras em Portugal. É professora do ensino superior, investigadora integrada do CICANT, argumentista e script doctor. O seu trabalho tem sido publicado em revistas nacionais e internacionais, e tem participado em diversas conferências e seminários internacionais. Os seus interesses de investigação incluem estudos de género, cinema, feminismos e comunicação.

Célia Taborda é doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Professora Associada na Universidade Lusófona. Atualmente é investigadora integrada do CICANT e investigadora colaboradora no CEAUP. É ainda investigadora principal do projeto de investigação “FEMglocal – Movimentos feministas

glocais: interações e contradições”. Autora de livros, capítulos de livros e diversos artigos em revistas nacionais e internacionais, tem participado em várias conferências e integrado comissões científicas e de organização de eventos. Os seus principais interesses de investigação incluem História contemporânea, movimentos sociais e feminismos.

4. *Assimetrias de género no futebol: Perspetivas de mulheres e homens*. **Maria Helena Santos** (ISCTE-IUL, CIS-ISCTE), **Joana Salvador** (ISCTE-IUL) e **António M. Marques** (ESS/IPS)

**Resumo:** A presente comunicação centra-se num estudo que pretendeu estudar as dinâmicas de género presentes no futebol, um contexto marcadamente masculino em que as mulheres são escassas (“tokens”, segundo a designação de Rosabeth Moss Kanter, 1977, 1993). Numa abordagem qualitativa, o estudo teve como objetivos analisar os efeitos negativos associados ao fenómeno do tokenism encontrado por esta autora, no caso, mulheres no contexto do futebol, bem como as suas estratégias para se integrarem neste contexto. Para tal, foram realizadas 16 entrevistas individuais semiestruturadas a oito mulheres e a oito homens, com idades compreendidas entre os 21 e os 59 anos ( $M = 32,81$ ;  $DP = 11,44$ ), que desempenhavam várias funções em organizações de futebol: nas áreas do treino, da psicologia, equipa médica, planeamento, arbitragem e direção. O corpus das entrevistas foi submetido a uma análise temática (Braun & Clarke, 2006). A análise permitiu-nos identificar seis grandes temas, designados da seguinte forma: i) integração no futebol: influências, apoios e obstáculos; ii) o futebol como contexto masculino: determinantes e argumentos; iii) a visibilidade das mulheres no futebol; iv) a polarização das diferenças entre mulheres e homens no futebol; v) assimilação aos papéis estereotípicos das mulheres; e vi) estratégias das mulheres para gerirem as suas posições de tokens. No geral, os resultados confirmam que, no contexto do futebol, as mulheres estão sujeitas a grande parte das consequências negativas apontadas por Kanter. Com efeito, as diferenças de género são fortemente demarcadas, as mulheres são mais visíveis e são conduzidas a corresponder aos papéis estereotípicos associados à feminilidade tradicional. Observa-se ainda que, para se integrarem no contexto, as mulheres seguem as normas impostas pelo grupo dominante (i.e., os homens) e aceitam ser circunscritas aos espaços próprios que as ideologias e práticas hegemónicas de género lhes atribuem. Nesta comunicação, iremos centrar-nos sobretudo no quarto tema, sobre a polarização das diferenças entre mulheres e homens no futebol, para mostrar que, neste contexto, existe a

perceção de que as mulheres são tratadas de forma diferente dos homens, são discriminadas negativamente e são também assediadas.

**Nota biográfica:** Maria Helena Santos é investigadora integrada no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), CIS-Iscte. É licenciada (2001), mestre (2004) e doutorada (2011) em Psicologia Social e das Organizações pela mesma instituição. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e ações positivas em profissões marcadamente masculinas (como é o caso da política, da medicina e do futebol) e femininas (como é o caso da enfermagem, do ensino básico e da educação pré-escolar) e recentemente tem alargado o seu interesse a estudos realizados numa perspetiva mais interseccional.

Joana Salvador é Mestre (2022) em Psicologia Social e das Organizações pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Lisboa, Portugal. Os seus interesses de investigação centram-se nos estudos de género, em particular no contexto do desporto.

António Manuel Marques, é Professor na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal. Concluiu o Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações no Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL) em 2007. Os seus principais interesses de investigação centram-se nos estudos de género e masculinidade, saúde sexual e reprodutiva e promoção da saúde.

## SESSÃO PARALELA VI

### 11h45 - 12h45 – Sala CAN313 – SESSÃO B: JUSTIÇA, DIREITOS DAS MULHERES E DIREITOS HUMANOS I

**Moderação:** Virgínia Baptista (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Análisis de la antología Los derechos de la mujer (1992): discursos multimodales en torno a las identidades y reivindicaciones femeninas.* **Neus Lagunas e Beatriz Moriano** (CHAM e CETAPS)

**Resumo:** Con la presente comunicación analizaremos los discursos multimodales sobre el cuerpo femenino y sus problemáticas en la antología *Los derechos de la mujer* (1992) publicada por la editorial del País Vasco Ikusager Ediciones, el cuarto libro de una serie integrada por *Los derechos humanos* (1985), *Los derechos de los pueblos (Norte-Sur)* (1989) y *Los derechos del niño* (1990), que presenta obras de 7 autoras de referencia del cómic nacidas entre 1946 y 1958: Annie Goetzinger, Chantal de Spiegeleer, Cinzia Ghigliano, Laura Pérez Verneti, Maria Alcobre, Mariel Soria y Marika Vila Migueloa.

Su análisis crítico nos servirá para un doble objetivo. Por un lado, identificar los temas, las inquietudes y los motivos que son el “esfuerzo de transformación para avanzar por caminos de igualdad auténtica y liberadora” (p.7, Prólogo, 1992) en un mundo masculinizado en todas sus vertientes y facetas. Por otro lado, pretendemos articular un análisis teórico que sirva como base para la creación de materiales pedagógicos a partir de estas historietas para que el feminismo y su historia formen parte de los contenidos educativos y de educación para la ciudadanía en un contexto de construcción democrática. Esta reflexión servirá en una fase posterior para la creación de materiales, a partir del cómic y la novela gráfica, para la enseñanza de Español como Lengua Extranjera orientada a jóvenes universitarios.

Como conclusión, en este recorrido transversal, reflexionaremos sobre las cuestiones recurrentes que se representan en relación con las identidades femeninas, así como sobre los temas ausentes relacionados con los derechos por los que las mujeres luchaban a principios de los años noventa y que merecen ser considerados en la actualidad para entender los feminismos actuales y sus reivindicaciones.

**Nota biográfica:** Neus Lagunas y Beatriz Moriano son docentes en Departamento de Lenguas, Culturas y Literaturas Modernas de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Nova de Lisboa, donde imparten cursos para alumnos de las licenciaturas en Lenguas, Literaturas y Culturas y en Traducción. Asimismo, colaboran con el programa de Máster en enseñanza de lenguas extranjeras de la misma facultad, supervisan memorias de máster, participan en la creación de materiales didácticos y en la organización de talleres y seminarios de formación continua para profesores de Español. Son miembros del CHAM-Centro de Humanidades y del Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies (CETAPS), respectivamente, y colaboran con el grupo de trabajo 5 - Comics as a tool for teaching, learning and communication del proyecto de investigación europeo iCON-MICS - Investigation on Comics and Graphic Novels from the Iberian Cultural Area (Spain, Portugal, and Latin America), (2020-2024). Participan regularmente en la evaluación externa de artículos y jornadas científicas. Han publicado y presentado diversas propuestas ligadas al ámbito de las lecturas extensivas y de las narrativas gráficas de autoría femenina.

## 2. *O útero biopolítico.* **Miriam Kênia Carvalho** (PUC-SP)

**Resumo:** A proposta de comunicação é a apresentação da pesquisa "O Útero Biopolítico", que se enquadra na linha temática dos Direitos das Mulheres e Direitos Humanos. O objeto do estudo é a produção do elo de resistências produzido pelas mulheres que se autodenominam Vítimas do Essure, no Brasil e em Portugal. Elas lutam para garantir o direito de que as instituições médicas realizem a retirada do contraceptivo Essure de seus corpos em função dos terríveis efeitos colaterais causados.

O Essure foi apresentado para essas mulheres como sendo um dispositivo de contracepção permanente, inovador, indolor e, acima de tudo, seguro. Diferente da laqueadura, até então a única forma de garantir a contracepção permanente, o Essure dispensa cirurgia; bastava um procedimento ambulatorio que levava apenas 20 minutos para implantar as molas de níquel, PET e outros metais nas trompas. Em Portugal, a comercialização do produto foi suspensa pela Infarmed em 2017. No Brasil, a Anvisa proibiu a venda em 2018.

Para a retirada, é necessária uma histerectomia completa. Apesar de mutiladas, os estudos médicos, principalmente dos Estados Unidos, sugerem que dessa forma é possível

recuperar até 70% da qualidade de saúde perdida em função do dispositivo. Mas, paradoxalmente, as instituições médicas negam esse direito. E as Vítimas do Essure, mesmo precarizadas e adoecidas, se unem e lutam pela retirada das molas.

No entanto, essas propagandas omitiram os terríveis danos que o Essure poderia causar, como inflamações, sangramentos, dores crônicas, perda de dentes e cabelos, entre outros. Levantamento realizado no grupo virtual Vítimas do Essure mostra que 98,7% não foram informadas dos riscos e efeitos colaterais antes do implante. Pelo contrário, 99% relatam ter recebido informações sobre a segurança, sendo apresentado como o método mais seguro para contracepção permanente.

A omissão de informação sobre os riscos é prática histórica na atuação biopolítica e da farmacopornografia (PRECIADO, 2018) na gestão política da vida dos corpos das mulheres, e pode ser vista nos métodos contraceptivos dos governos soberanos até, mais recentemente, com o lançamento da pílula anticoncepcional. Essa estratégia pode ser bem compreendida pelo conceito de governança reprodutiva (MORGAN, ROBERTS, 2012). Desde a convocação para o implante até a saga pela reparação, o caso do Essure se torna emblemático. Reúne, em um só contraceptivo, várias mazelas da atuação da biopolítica nos corpos com útero (BRANDÃO, 2020).

As vítimas do Essure, no entanto, têm conseguido resistir (HARDT, NEGRI, BUTLER). A luta pode ser considerada uma ação democrática capaz de enfrentar a violação de direitos praticada pela indústria farmacêutica e pelas instituições médicas. Os grupos reivindicam seu direito à sobrevivência com saúde, o que implica na reparação dos danos que lhes foram causados. Durante 2018 a 2023, foram acompanhados quatro grupos virtuais que reúnem cerca de seis mil participantes. Suas campanhas e manifestações comprovam a potência que as denúncias podem ter, por exemplo, sobre as formas de medicalização da mulher, em um ambiente dominado por farmacêuticas no rentável campo da Saúde Feminina. A pesquisa inclui ainda análise documental de cerca de 100 reportagens e peças publicitárias (KATZ, 2001).

**Nota biográfica:** Jornalista com mestrado e doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Miriam Kênia realizou estágio de doutoramento no ICNOVA em 2022. Em 2023, lançou o livro "O Útero Biopolítico". Ao longo de sua carreira, atuou como repórter em importantes veículos de comunicação do Brasil, incluindo passagens pelo jornal O Estado de S. Paulo, pela revista Isto É Dinheiro, entre outros. Atualmente, dedica-se à



comunicação corporativa, prestando consultoria para empresas, marcas e pessoas em diversos setores. Ministra aulas e é palestrante.

3. *Mulheres agressoras sexuais de crianças: papéis de género nas decisões judiciais.*

**Ana Pinho** (Universidade Aberta)

**Resumo:** A sociedade em que vivemos tende a *normalizar* comportamentos, definindo papéis familiares, sociais e culturais associados aos homens e às mulheres (Vieira & Costa, 2016; Leal, 2007).

Neste contexto, no que concerne à temática criminal, verificam-se assimetrias na forma como a criminalidade é detetada, denunciada, investigada e julgada, sendo a criminalidade masculina um fenómeno mais frequente e mais estudado. Contrariamente, a criminalidade de autoria feminina é, tendencialmente, percecionada como menos comum e um desvio normativo, o que pode implicar uma maior censura, face às expectativas associadas à feminilidade, relacionadas com a passividade sexual, com a submissão social, com a gravidez, com a maternidade e com as competências parentais (Heidensohn, 1997; Amâncio, 1994; Matos *et al.*, 2012).

Este menor conhecimento judicial da autoria feminina é transversal aos vários fenómenos criminais e também na criminalidade sexual, nomeadamente contra crianças.

Assim, a investigação realizada no âmbito da dissertação no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres – Género, cidadania e Desenvolvimento, sob o título “Mulheres Agressoras Sexuais de Crianças: o impacto do género nas decisões judiciais” (Pinho, 2022) teve como propósito apurar de que forma este *ideal feminino* assume relevância na interpretação jurídica e tomada da decisão judicial, quando ocorre este tipo de crime de autoria feminina, partindo-se da questão: os papéis de género têm influência nas decisões judiciais de condenação de mulheres agressoras sexuais de crianças?

Para alcançar este objetivo recorreu-se a uma metodologia de natureza qualitativa assente em análise de conteúdo bibliográfico, doutrinário, legislativo e jurisprudencial, complementada com a realização de entrevistas semiestruturadas, a individualidades da magistratura, visando-se a recolha de experiências, perspetivas, mapeamento de representações, sentidos e significados de quem exerce o poder judicial.

A conjugação de todos os elementos demonstra a persistência de uma visão dicotômica de autoria masculina e feminina na criminalidade sexual contra crianças, fruto da bipolarização dos papéis de género, o que contribui para que a autoria feminina deste crime seja mais difícil de ser detetada e denunciada, implicando uma maior censurabilidade (judicial e social), nomeadamente quando existe um vínculo biológico com a vítima. É que em situações de coautoria, quando a arguida é mãe da vítima, frequentemente ocorre uma maior censurabilidade da sua atuação, traduzida numa pena mais gravosa do que a do coarguido, decorrente da agravação jurídica, mas também da reprovação social. A transgressão dos papéis associados ao feminino, nomeadamente o materno, é algo a que o decisor tem tendência a punir mais severamente, fruto do quadro de referências que possuiu. A mesma tendência se verifica quando a vítima é do sexo feminino pois, quando é do sexo masculino, a gravidade é considerada “mediana”, logo a culpa da agressora é menor.

Assim, a problemática do Direito e atuação do sistema judicial como criador de género ou de identidade de género (Smart, 1999; Casaleiro, 2014; Ventura, 2015) permanece atual, afigurando-se essencial desmitificar papéis de género, de forma a perceber as mulheres na sua individualidade e diversidade, afastadas das expectativas sociais que sobre elas impendem, o que potenciará uma melhor prevenção e deteção destes crimes de autoria feminina e um julgamento mais neutro e equitativo.

**Nota biográfica:** Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Mestre em Estudo Sobre as Mulheres, Género, Cidadania e Desenvolvimento pela Universidade Aberta. Inspetora da Polícia Judiciária, desde 2010, em exercício de funções no Departamento de Investigação Criminal da Guarda, em Brigada que investiga crimes contra a vida, integridade física, liberdade e autodeterminação sexual. Possui formação de entrevista cognitiva a vítimas, ministrada no Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais e formação no âmbito da violência contra as mulheres e doméstica, ministrada pelo Instituto Nacional da Administração.

## SESSÃO PARALELA VII

### 14h00 - 15h00 – Audit. CAN A223 – SESSÃO A: LITERATURA LUSÓFONA II

**Moderação:** Catarina Pimentel Neto (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Representações da infância na obra de Natália Nunes. Teresa Sousa de Almeida* (IELT NOVA FCSH)

**Resumo:** Natália Nunes (1921-2018) é, hoje em dia, uma autora quase desconhecida, apesar de nos ter deixado uma obra monumental e multifacetada. Escreveu contos, uma novela, romances, memórias, um diário de viagem, uma peça de teatro, ensaios sobre literatura, história, arquivística e pedagogia, estando ainda por repertoriar os numerosos artigos, publicados na imprensa periódica. Foi também uma tradutora exímia de Dostoievski, Elsa Triolet, Tolstói e de *A Bastarda* de Violette Leduc, com um prefácio de Simone de Beauvoir.

Em 1952, surge o seu primeiro livro: *Horas vivas. Memórias da minha infância*, uma obra-prima esquecida, que deveria ser urgentemente reeditada. Sobre ela, escreveu Mário Sacramento, num artigo publicado a 6 de Julho, de 1967, no *Diário de Lisboa*: “A extraordinária precisão realista com que as memorações, pré-úberes, encantatória e poeticamente recriadas, surdem nessa obra com a nitidez dum testemunho ocular”.

A criança deixa Lisboa para passar a viver numa aldeia, no interior de Portugal, porque o seu pai adoece e tem de se mudar para o campo. *Horas Vivas* fala-nos de uma ligação fusional com a natureza, mas também do despertar de uma consciência subversiva, que se manifesta desde os seus primeiros anos, contestando o mundo dos adultos e as suas regras, aparentemente incompreensíveis. Através do seu olhar, crítico e observador, vemos desfilar as festas e os ritos religiosos num espaço em que a morte convive com a vida, a beleza com a miséria e a fome com a fartura. Na sua rebeldia precoce, detecta-se o seu feminismo que nunca chegou a assumir.

A infância é também retratada no romance *Autobiografia de uma mulher romântica*, onde a ideia do paraíso perdido é, por vezes, substituída por um sentimento vago de tristeza, de ansiedade, de amargura e de dor.

Nesta comunicação, analisar-se-ão também as primeiras páginas de *Memórias da escola antiga*, de 1981, um raro testemunho da educação das crianças, no final dos anos 20 e no início da década seguinte, a que não falta a menção aos castigos corporais que a autora sente como um atentado à sua liberdade.

**Nota biográfica:** Teresa Sousa de Almeida é Professora Associada reformada da NOVA FCSH. É coordenadora do projecto Escritoras de língua portuguesa no tempo da Ditadura e do Estado Novo em Portugal, África, Ásia e países de emigração, uma parceria entre o IELT, o CICS NOVA/Faces de Eva e o CRILUS, Études Romanes, da Universidade de Paris Nanterre. Tem escrito sobre literatura portuguesa e francesa e interessa-se pela obra de Maria Teresa Horta, Natália Nunes, Nuno Júdice e Luís Cardoso.

## 2. *Maternidade no Estado Novo: o que (não) dizem os contos de mulheres.* **Isabel Henriques de Jesus** (IELT NOVA FCSH)

**Resumo:** Partindo de uma concepção de mulher, enquanto ser fundamentalmente cuidador e reprodutor, o Estado Novo dotou-se de um conjunto de mecanismos que reforçavam, validavam e aperfeiçoavam essa função, enaltecendo o seu papel de mães extremosas e esposas cuidadoras, confinadas ao lar e garantindo a paz e a serenidade do marido e dos filhos. A função educativa era da sua responsabilidade, embora ao marido, como chefe de família, competisse garantir as funções correctivas que as mulheres não conseguissem. Sempre secundarizadas, o estereótipo da maternidade agenciava as mulheres no sentido da dor, mas recompensava-as com a interiorização do belo. Estranho paradoxo para quem nascia mulher, ideologicamente assente no falocentrismo dominante e no sacrifício de Maria.

A maternidade surgia como um destino, não apenas natural no ser humano mulher, mas também como o único, ou pelo menos mais valorizado, êxito do seu período fértil. Antes, era a preparação, depois a ocupação fundamental do seu devir mulher (com nuances derivadas da classe social a que pertencia).

Nesse caldo ideológico que dominava a vida social e familiar portuguesa, emergiram algumas mulheres que recusaram o papel único a que estavam destinadas e, num acto de liberdade e de rebeldia, ainda que, por vezes, não explícita, enfrentaram códigos sociais opressivos, que tudo faziam para as silenciar. Não apenas escreveram como publicaram. Que a crítica literária as tenha, na maior parte das vezes, desvalorizado ou que a instituição literária as tenha esquecido, ou minorizado, não apaga a sua existência, nem a factualidade da sua obra. Hoje, assiste-se a um movimento no sentido de as recuperar para o qual contribuem algumas mulheres jornalistas, editoras, clubes de leitura e tertúlias literárias, mas também uma investigação comprometida com a justiça e a igualdade sociais.

Em que medida esse espaço de liberdade, evocado pela palavra escrita, permite perceber a relação das mulheres com os preceitos morais e sociais a que eram sujeitas? Como projectavam, na escrita, as condicionantes opressoras do regime que lhes tolhiam espaço vivencial? Como exploravam as imensas possibilidades existenciais que a ficção permite? Em que medida a literatura desse tempo revela os interesses e a emancipação das mulheres para além do espaço restrito da casa e da família? Socialmente empurradas para a maternidade como foco vivencial, ao mesmo tempo exposição e ocultação de uma sexualidade determinada nos seus fins, será de supor que o tema seja explorado na literatura escrita por mulheres.

Apesar de reconhecermos que as fontes são vastas, limitamos a nossa análise a uma amostra de contos de mulheres escritoras desses anos de Ditadura: Manuela Porto, Maria Archer, Maria Judite de Carvalho e Graça Pina de Moraes são as autoras para já seleccionadas, representando tempos de escrita com cerca de duas décadas de intervalo.

**Nota biográfica:** Doutorada em Estudos Românicos. De 2013 a 2023 directora da revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher e da equipa de investigação com mesmo nome. Professora associada convidada na NOVA.FCSH. Investigadora integrada no IELT (NOVA.FCSH). Investigadora no CRILUS (Université Paris- Nanterre). Coordenadora Adjunta do projecto Escritoras de língua portuguesa no tempo da Ditadura Militar e do Estado Novo em Portugal, África, Ásia e países de emigração <https://mulheresescritoras.pt/>. Áreas de pesquisa no cruzamento dos estudos de género e estudos literários

3. *A “questão sexual” na ficção de mulheres (1930-1940)*. **Ana Paula Ferreira**  
(Universidade de Minnesota)

**Resumo:** Confrontando a propaganda salazarista que dita o lugar da mulher na família portuguesa, várias escritoras que emergem entre as décadas de 1930 e 1940 refletem sobre o problema da insatisfação sexual feminina no âmbito do casamento, mas também a da ‘mulher moderna’ solteira. Merecem atenção a esse respeito textos de Alice Ogando, Maria Lamas, Irene Lisboa, Maria Archer, Manuela Porto, e Raquel Bastos. Cada uma à sua maneira apresenta o problema informadas (ou não) pela discussão época se chamava a “questão sexual”. Este é o título de uma importante obra de divulgação da autoria de Jaime Brasil, publicada em 1932 com o fim de fazer acessível ao público leitor as ideias do Professor Egas Moniz, cujo tratado, *A vida sexual*, publicado em 1902, gozaria de um total de 19 edições até 1933, quando foi proibido pela censura salazarista. Adicione-se que Jaime Brasil atualiza o pensamento do famoso neurologista com outros autores, nomeadamente Sigmund Freud e Alexandra Kollontai. Não por acaso o livro é acusado de imoral e comunista pelo jornal católico, *Novidades*, e nesse mesmo ano Jaime Brasil contesta a acusação num panfleto em que recolhe pareceres positivos do seu livro publicados nas mais variadas fontes de informação. Este contexto, aparentemente pouco conhecido apesar de muito mais vasto conforme se pode verificar em publicações periódicas e literárias do período em questão, ilumina o que Foucault descreveria como um “incitamento” dentro da repressão fascista para contar sobre o tabu da sexualidade feminina que pode ameaçar a família-nação. Por motivos de tempo, limitar-me-ei à análise de *Pena maior*, de Alice Ogando (1935), *Para além do amor*, de Maria Lamas (1935), e *Ida e volta de uma caixa de cigarros*, de Maria Archer (1938).

**Nota biográfica:** Ana Paula Ferreira é Professora Titular de Estudos Portugueses na Universidade de Minnesota. A sua investigação tem-se centrado na ficção portuguesa contemporânea, com ênfase no neo-realismo, na ficção de autoria feminina do período do Estado Novo e na do pós-25 de Abril, nomeadamente Lúcia Jorge. Para além de mais de uma centena de artigos em coleções e revistas académicas, publicou, entre outros, *A urgência de contar: contos de mulheres, anos 40* (2002); *Para um leitor ignorado: Ensaios sobre o O Vale da Paixão e outras ficções de Lúcia Jorge* (2009); e *Women Writing Portuguese Colonialism in Africa* (2020).

## SESSÃO PARALELA VII

### 14h - 15h - Sala CAN313 - SESSÃO B: JUSTIÇA, DIREITOS DAS MULHERES E DIREITOS HUMANOS II

**Moderação:** Virgínia Baptista (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *Como perceber os impactos da discriminação racial sofrida por mulheres negras?* **Maíra Fuligno Ferreira e Maria Eduarda Batista Santos** (ISPA, Rede de Ensino Doctum)

**Resumo:** Embora 55,5% da população brasileira se autodeclare negra (afrodescendente), é possível perceber que atualmente a pesquisa sobre a saúde mental dessa população é incipiente (DAMASCENO & ZANELLO, 2018; IBGE, 2022). No campo da Psicologia, não há produção suficiente de conhecimentos, métodos ou estratégias para o manejo clínico das repercussões do racismo nos sujeitos. As mulheres afrodescendentes, por sua vez, são duplamente silenciadas: suas experiências são fruto de um fenômeno híbrido, resultante da combinação do racismo e do sexismo (LEWIS et al., 2013).

Este trabalho, contribuindo para a diminuição desse silêncio compulsório, visa se alinhar às vozes afrodescendentes insurgentes que reivindicam espaços epistemológicos na constante formação da sociedade. Para tal, tem-se como objeto de análise dez entrevistas de roteiro semi-estruturado realizadas com participantes negras brasileiras. As mesmas tiveram suas respostas agrupadas a partir de temas em comum, sendo eles: Sentimento de não pertencimento; Solidão da mulher negra; Impactos em serviços de Psicologia Clínica; Sofrimento gerado pela discriminação racial e Estratégias de enfrentamento perante o racismo. Ao evidenciar a complexidade e semelhanças entre seus sentimentos e comportamentos, destaca-se a importância de perceber a subjetividade deste grupo.

Considerando que as teorias raciais, a eugenia e o racismo científico têm forte influência sobre a Psicologia e a Psiquiatria brasileiras (TAVARES & KURATANI, 2019), o trabalho busca subverter a lógica de coisificação - retirando as mulheres afrodescendentes da posição de objetos de estudo e colocando-as no protagonismo da construção da ciência. A partir dos relatos das mesmas é possível exemplificar e assimilar como o racismo as impacta. Portanto, dentro da lacuna no campo investigativo de relações étnico raciais, o

presente trabalho propõe a oportunidade de trazer tópicos de discussão acerca da saúde mental dessa população. Assim, é possível ampliar a compreensão do racismo como estressor e causador de sofrimento, bem como compreender atitudes racistas internalizadas na sociedade e em profissionais de diversas

**Nota biográfica:** Maíra Fuligno Ferreira nasceu em Belém do Pará no Brasil em 1996. Licenciou-se em Psicologia em 2022, nas Faculdades Integradas Espírito Santenses. Ao longo de sua formação, participou como voluntária em Projetos de Pesquisa na temática da saúde da população LGBTQIAP+ e sobre a autoestima de toxicod dependentes. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Brasil e organizou Semanas Acadêmicas. Em setembro de 2023 muda-se para Lisboa para cursar Mestrado em Psicologia Clínica no Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Desde então empenha-se em exclusividade às atividades acadêmicas, em termos profissionais. Atualmente dedica suas pesquisas à temática de Gênero e Saúde da Mulher.

Maria Eduarda Batista Santos nasceu em Vitória no Brasil em 1998. Licenciou-se em Psicologia em 2022, nas Faculdades Integradas Espírito Santenses. É Psicóloga Social especializada em intervenção na alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social. Sua dedicação se concentra no acolhimento institucional de adolescentes em situação de vulnerabilidade familiar. Além disso, é pós-graduanda em psicologia escolar e desenvolvimento humano, buscando aprimorar sua capacidade de intervir no contexto educacional. Contribui para a comunidade ministrando oficinas voltadas para jovens e mulheres vítimas de violência doméstica, além de pesquisar a área.

2. *Desigualdade e Discriminação: conceptualização e género.* **Cristina L. Duarte, Amanda Froes, Angélica Matias, Mariana Aguilar** (Universidade da Beira Interior)

**Resumo:** Exclusão, desigualdade e discriminação são conceitos que, em algum momento da nossa vida, nos foram em maior ou menor escala familiares. O género está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. Queremos salientar que feminino refere-se a todo e qualquer indivíduo que se identifique com o género feminino (mulheres cisgénero, transgénero e não-binário). A origem das diferenças de género provém da



socialização de género, a aprendizagem dos papéis de género com o apoio dos agentes sociais, tais como a família e os meios de comunicação

**Nota biográfica:** Cristina L. Duarte é doutorada em Sociologia, pela NOVA/ FCSH (2016), e licenciada em Sociologia pela mesma faculdade (1986), com uma pós-graduação em Estudos Sobre as Mulheres (2005). É investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) e professora auxiliar convidada da Universidade da Beira Interior (UBI).

3. *A judicialização da sexualidade das mulheres. O género e o carácter patriarcal do Direito.* **Zamira de Assis** (CICS.NOVA)

**Resumo:** O Direito estrutura-se em decisões que qualificam modos de agir em sociedade e as converte em normas de conduta. Ao longo do tempo e das sociedades estas decisões foram construídas de acordo com uma mentalidade hegemonicamente masculina que ainda hoje impregnam o ato de julgar com estereótipos de género que desfavorecem as mulheres. É o que se denomina de judicialização da sexualidade das mulheres, envolvente dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, imanescentes ao direito à uma vida digna e igual.

**Nota biográfica:** Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Brasil (2004-2009), Universidade onde ingressou como professora em 1998 (e atual). Obteve o certificado de Pós-Doutoramento pela Nova School of Law da Universidade Nova de Lisboa na cadeira de Direito da Mulher e Igualdade Social. Professora Convidada do Mestrado em Estudos da Mulher. Professora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (2023-atual) e Investigadora do Instituto Jurídico Portucalense (IJP). Investigadora Colaboradora do CICS.Nova. Membro de Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher. Áreas de prática académica e profissional: Direito Civil, Direito da Família, Direito das Sucessões, Direito das Mulheres, Género e Interseccionalidades.

## SESSÃO PARALELA VIII

### 15h15 - 17h15 - Audit. CAN A223 – SESSÃO A: MULHERES, ESTADO NOVO E RESISTÊNCIA

**Moderação:** Joana Ralão (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

1. *O MNF, a última organização de mulheres do Estado Novo.* **Sílvia Espírito-Santo** (Lab2PT)

**Resumo:** O Movimento Nacional Feminino (MNF), foi uma organização de mulheres portuguesas que surgiu no contexto da guerra colonial para apoiar material e moralmente os militares que combatiam nas três principais colónias portuguesas (Angola, Guiné e Moçambique) e as suas famílias.

Uma guerra que começou com o agudizar de múltiplos pronunciamentos contra o colonialismo português que, não sendo da mesma natureza nem tendo conexão entre si, foram determinantes para a mobilização dos primeiros contingentes militares para o ultramar; primeiro para Angola, em 1961, seguindo-se a Guiné, em 1963 e Moçambique, em 1964.

É neste contexto que, em 1961, um grupo restrito de 25 mulheres, ligadas por laços familiares, políticos ou ideológicos à elite salazarista, funda o MNF com o objectivo de para apoiar moral e materialmente na retaguarda da guerra; uma ideia que, dada a falta de estruturas governamentais de assistência, foi apoiada e patrocinada desde o início pelo governo salazarista e que foi amplamente acolhida por uma maioria significativa de portuguesas que, com a sua colaboração pretendiam manifestar publicamente a indignação das «mulheres portuguesas» contra os ataques que estavam a ser feitos ao «Ultramar português». Ressalve-se que a expressão «Ultramar português», corrente na sociedade portuguesa desde os finais do século XIX, remetia para a representação do império da generalidade da população portuguesa incutida por processos de instrumentalização ideológica como a escola, a comunicação social ou a narrativa institucional, esta exponenciada pela propaganda colonial do período salazarista.

A noção deste contexto histórico deve estar presente no estudo do MNF sendo demasiado simplista e geralmente utilizada com propósitos ideológicos, a redução da Organização a um roubo de nacionalismo imperial de uma pequena elite feminina; esta ideia, tende a desvalorizar o trabalho de milhares de mulheres, a maior parte anónimas, que, imbuídas de espírito de missão, e acreditando pertencer a «um imenso Portugal», para usar a expressão do historiador brasileiro Evaldo Cabral de Mello (2002), colaboraram voluntariamente com tempo, trabalho e dinheiro numa estrutura assistencialista que se estendeu a todas as partes do Império.

Durante treze anos, tantos quantos durou a guerra colonial, o MNF teve como Presidente de Honra Maria da Glória Barros e Castro (1905-1989), também Presidente Nacional das Vicentinas e como presidente executiva Cecília Supico Pinto (1921-1911), figura carismática cuja personalidade marcou o trabalho desenvolvido pelo Movimento, numa simbiose indissolúvel.

Do ponto de vista organizativo, sendo uma estrutura constituída por amadoras, embora em certos âmbitos com apoio estatal, subdividiu-se em várias áreas de intervenção e estas em várias secções de acordo com a natureza da actividade a realizar. Entre todas, sobressaíram pela notoriedade alcançada, a secção dos Aerogramas, de Informação e a das Madrinhas de Guerra.

Em Abril de 1974, poucos meses depois do fim, e por esta ordem, do regime e da guerra colonial, também o MNF foi dissolvido

**Nota biográfica:** Doutoranda em História Contemporânea na Universidade do Minho, mestre em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta, licenciada em História na FL-Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território) na Universidade do Minho. Autora de livros, capítulos de livros, artigos e comunicações em congressos nacionais e internacionais nas áreas da História Contemporânea e História das Mulheres no período do Estado Novo.

## 2. *Guerra Colonial Portuguesa e o aparecimento das enfermeiras paraquedistas (1961-1974).* Filipa Caetano (HTC-NOVA FCSH/CFE-UC)

**Resumo:** A criação do corpo de enfermeiras paraquedistas em 1961, quando se iniciou em Angola a luta armada contra os movimentos de libertação africanos, alastrando-se

depois para a Guiné (1963) e Moçambique (1964), constituiu um fenómeno antinatural, se assim o podemos classificar, em pleno Portugal estadonovista. Este regime, que defendia a mulher doméstica, submissa e recatada, passou a permitir a presença de mulheres nas Forças Armadas, então uma instituição fortemente masculinizada.

Contudo, a participação e integração feminina no mundo militar desenvolveram-se, neste contexto, por força das circunstâncias: a criação do corpo de enfermeiras paraquedistas correspondeu ao propósito de colmatar a carência de pessoal médico qualificado a dispor no teatro de guerra. Neste sentido, surgiu, no âmbito da Força Aérea, o ramo mais recente das Forças Armadas, este corpo que, sob dependência das Tropas Paraquedistas, então integradas neste ramo, era composto por jovens mulheres, entre os 18 e 30 anos de idade, formadas em enfermagem, sendo dotadas de treino militar, mas assente na especialidade de paraquedismo. Ao longo dos treze anos de guerra, estas mulheres, vestidas de camuflado e com estatuto equiparado a militar paraquedista, desempenharam uma missão profundamente humanitária: não só prestaram assistência às populações civis, mas também entraram na frente de combate para socorrer e evacuar, por via aérea, feridos, tanto do lado português, como do lado inimigo. Estas mulheres, embora protegidas pelos seus pares masculinos, estavam expostas ao perigo, testemunharam e vivenciaram toda a dor e sofrimento provocados pela guerra.

Até ao final deste conflito em 1974, foram brevetadas, no total, cerca de 46-48 enfermeiras paraquedistas. Porém, apenas 14 prestaram serviço em Angola, Moçambique e Guiné. Findada a Guerra Colonial, não se deu continuidade ao Curso de Enfermeiras Paraquedistas e o processo de extinção do quadro relativo a elas foi concluído em 1990. Deste modo, o fim da Guerra Colonial decretaria o fim das enfermeiras paraquedistas.

A experiência singular destas mulheres suscita, portanto, um conjunto de questões. Em primeiro lugar, o que as motivou a frequentar o curso de paraquedismo? Como foram encaradas pela família e pela sociedade? Tendo em conta que estas mulheres foram treinadas por militares paraquedistas, como foram tratadas pelo meio militar, um mundo de homens? Por último, em que medida as leis e a conduta de género operaram nesta experiência, refletindo-se quer no processo de instrução destas mulheres, quer na sua presença no teatro de guerra?

As principais fontes para o desenvolvimento desta investigação incidem no conjunto de entrevistas realizadas não só a enfermeiras paraquedistas, como também a um grupo

masculino amplamente heterogéneo, que tenha contactado com estas mulheres antes e durante as suas comissões em África, sendo constituído, nomeadamente, por militares paraquedistas e pilotos de helicóptero. Estas serão cruzadas com os discursos públicos (através da análise da imprensa, noticiosa e especializada) e os discursos políticos, proferidos na Assembleia Nacional.

**Nota biográfica:** Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), é atualmente mestranda em História Contemporânea, na mesma instituição. Tem como principais áreas de interesse a História das Mulheres e a História Oral. A sua investigação centra-se no aparecimento, na organização e participação das enfermeiras paraquedistas portuguesas durante a Guerra Colonial (1961-1974).

### 3. *As donas da Casa: O papel das mulheres na Casa dos Estudantes do Império.*

**Vânia Maia** (Universidade Lusófona de Lisboa)

**Resumo:** A Casa dos Estudantes do Império (1944-1965), associação de apoio aos jovens “ultramarinos” que estudavam na “metrópole”, cedo se tornou uma dor de cabeça para o Estado Novo. Por lá passaram grandes figuras das lutas pela independência, mas essa é apenas a face mais visível das suas duas décadas de história. A Casa também era frequentada por uma minoria de estudantes do sexo feminino que desafiava a sociedade bafienta da época. Enquanto aprendiam a ser livres, elas também faziam revoluções na sombra.

*O I Congresso Feminista e da Educação, cem anos depois* é o fórum ideal para resgatar do esquecimento as mulheres que frequentaram a Casa dos Estudantes do Império (CEI). Através das suas histórias particulares, traça-se o retrato da realidade colonial, da desigualdade no acesso ao ensino, da segregação e do racismo estruturais e de uma sociedade profundamente machista, agravada pelos ideais conservadores do regime.

Esta proposta de comunicação baseia-se numa investigação jornalística que valoriza os testemunhos de antigas frequentadoras da CEI com quem ainda foi possível conversar. Ao todo, entrevistaram-se perto de duas dezenas de ex-sócias. Algumas delas nunca haviam sido entrevistadas e foram muito difíceis de localizar. Esta foi a última oportunidade para preservar as suas memórias, já que os acontecimentos ocorreram há

mais de 60 anos. Esta urgência terá contribuído para a atribuição de uma Bolsa de Investigação Jornalística pela Fundação Calouste Gulbenkian para a realização deste trabalho, que demorou cinco anos a concluir. Ao focar-se na elite intelectual dos territórios então colonizados, raramente representada nos média portugueses, e ao dar voz às mulheres num contexto de resistência à ditadura, a investigação desafia estereótipos arraigados.

O trabalho aborda, por exemplo, as especificidades da luta antirregime e anticolonial das mulheres, obrigadas a combater uma sociedade machista ao mesmo tempo. A desvalorização do seu contributo intelectual, os episódios de assédio sexual e os desafios trazidos pela maternidade eram algumas das contrariedades que enfrentavam. Também fica patente o desequilíbrio de género ao nível do ensino. No ano letivo de 1960/1961, apenas 29,1% dos universitários eram do sexo feminino.

Entre as protagonistas estão mulheres com um percurso político por direito próprio e outras que, embora menos ativas politicamente, desafiaram o contexto social da época. Ana Maria Cabral, sempre apresentada como viúva de Amílcar Cabral, já era politizada antes de conhecer o marido; Maria do Céu Carmo Reis fugiu sozinha de Portugal para se juntar à luta pela independência de Angola; Lílica Boal participou numa fuga clandestina espetacular. Ainda Freudenthal e Ruth Magalhães contribuíram para “descolonizar” os currículos escolares da Angola independente; Maria Eduarda Correia teve a ousadia de querer divorciar-se e Olga Lima era considerada pela polícia política como sendo “dotada de temperamento um tanto leviano (...) fazendo uma vida bastante livre”, entre outras histórias.

A partir das vivências destas mulheres, a investigação contextualiza o lugar (exíguo) reservado à mulher durante a ditadura, mas também o racismo que enfrentavam as pessoas racializadas. O machismo era desabrido e, mesmo no contexto progressista da Casa, não ficava à porta. É sintomático o facto de, apesar de a CEI ter um funcionamento bastante democrático, poucas mulheres terem ocupado cargos de direção e nenhuma ter sido sua presidente. Esta herança histórica tem ecos na sociedade de hoje. É tempo de ouvir as mulheres (in)visíveis.

**Nota biográfica:** Tudo começou aos microfones de rádios locais, mas foi na imprensa que se tornou Jornalista. Os seus artigos receberam mais de uma dúzia de distinções, entre elas o Prémio Lorenzo Natali, promovido pela Comissão Europeia. Além disso, foi-lhe

atribuída uma Bolsa de Investigação Jornalística pela Fundação Calouste Gulbenkian. É uma das autoras convidadas do livro *Tudo Por Uma Boa História (A Esfera dos Livros, 2017)*, que revela bastidores de reportagens. E integra a bolsa de formadores da Associação Literacia para os Media e Jornalismo. Pertenceu à organização 5.º Congresso dos Jornalistas. Já fez reportagens na Central Nuclear de Chernobyl, em campos de refugiados no Uganda ou em áreas devastadas por ciclones em Moçambique. Dá aulas de reportagem e é estudante de doutoramento na Universidade Lusófona de Lisboa.

4. *Resistências e lutas no feminino em Moçambique: Estudo de caso – As guerrilheiras de Montepuez/Cabo Delgado (1962-1975)*. **Elsa Morais e Olga Iglésias** (IHC NOVA FCSH, IN2PAST, CEeA/CSG/ISEG/UL, CTROP e UP Maputo)

**Resumo:** Desde outubro de 2017, que a República de Moçambique é notícia, devido aos ataques de insurgentes, na Província de Cabo Delgado, que conhecidos por ma-chababos têm semeado o terror no norte do país e levando à saída de população em fuga para lugares mais seguros.

Esta apresentação pretende compreender este fenómeno, recuando ao tempo da luta de libertação nacional para perceber a participação das comunidades suaíli focando, sobretudo a voz das mulheres guerrilheiras, que têm sido esquecidas, de modo a que os seus feitos sejam inclusos na História de Moçambique.

Para se alcançar estes objetivos, recorreu-se à revisão bibliográfica baseada em obras literárias, teses, dissertações, artigos entre outro material, foi usada a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados com enfoque na história de vida. A análise teórica baseia-se na teoria do feminismo igualitário e na corrente da colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana que simbolizou um imenso espaço-tempo de sofrimento, opressão, mas igualmente de resistência e luta.

**Notas biográficas:** A doutoranda Elsa Maria Morais da Faculdade de Ciências Sociais e Filosóficas da Universidade Pedagógica desenvolve uma tese, subordinada ao tema: “Uso da tradição oral na (re) construção da história através de memória da luta armada na voz de guerrilheiras de Montepuez - Cabo Delgado (1962 - 1975)”, desde setembro de 2023, sob a orientação de Carlos Mussa e de Olga Iglésias.

Olga Iglésias – Professora de História reformada na Universidade Sénior de Sasseiros, onde leciona Portugal Contemporâneo: História, Memória e Património. Investigadora Colaboradora no IHC/FSCH/UNOVA de Lisboa/IN2PAST e CEsA/CSG/ISEG/Universidade de Lisboa/CTROP. Faz parte de redes internacionais – Rede Ibérica de Estudos Africanos; Fórum de Cientistas em contextos Árabe e Islâmico; GIEIPC-IP; Oficina de História (Maputo).

5. *As mulheres na vanguarda da resistência antifascista portuguesa – o caso do Partido Comunista Português.* **Joana Teixeira** (FLUP)

**Resumo:** Esta era a condição geral da resistência antifascista portuguesa. Os militantes eram obrigados à vigilância constante, atuando sobre histórias fictícias para a sua camuflagem na sociedade enquanto continuavam o trabalho do partido. A clandestinidade era dura e violenta física e psicologicamente, porque não se tratava apenas da fuga à prisão e à tortura. Contudo, a condição de resistência antifascista configura-se diferente quando tratamos a resistência feminina – inicialmente, a polícia política era branda sob a ideia de incapacidade psicológica feminina de compreensão da gravidade dos seus atos, beneficiando muitas militantes que se eximiram das consequências do seu ativismo político – mas, esta atuação não durou, uma vez que a mulher militante antifascista era altamente desprezada, como consequência direta dos princípios e dos valores da época.

Nesta celebração do cinquentenário do golpe de estado militar e do centenário do congresso feminista importa a divulgação das histórias de luta das mulheres portuguesas que, mesmo perseguidas, presas e torturadas, nunca deixaram a luta pela resistência ao fascismo. E esta luta nunca foi uma luta individual, ainda que a clandestinidade obrigasse à cautela e à distância – a pequena aldeia ribatejana do Couço é um exemplo dessa grande luta coletiva, registando duzentas prisões com a totalidade de duzentos anos de penas atribuídas onde as mulheres foram alvo, pela primeira vez, da tortura similar aos homens.

A polícia política, apoiada e formada pelas polícias políticas secretas alemã e italiana, adotaram estes métodos de tortura científica de privação de movimento, de sono e de contato externo ininterrupta, junto com interrogatórios violentos marcados por outras formas de tortura física e psicológica. A tortura era, portanto, uma parte fundamental do tempo de prisão dos opositores do regime fascista – pretendia-se que, com a aplicação destes métodos, os presos políticos se sentissem humilhados, desprezados e



atormentados, provocando confusão mental. Recordo Maria da Conceição de Matos que, responsável pela escrita de materiais de propaganda e pela distribuição do jornal *Avante!* junto do seu companheiro de partido e de vida Domingos Abrantes, é detida e mantida em tortura de privação de movimento, sendo espancada violentamente. Ainda, é fotografada e exposta nua aos agentes da polícia política que a assediavam, humilhando-a profundamente – foi forçada à limpeza da urina, menstruação e dejetos com as suas próprias roupas, considerando a proibição de deslocamento à casa de banho.

A coragem destes homens e destas mulheres comunistas era imensa. Muitas vezes esquecidas nas suas lutas, as mulheres comunistas portuguesas protagonizaram intervenções muito importantes nos movimentos estudantis, sindicais e eleitorais, organizando-se num partido político ilegalizado, onde realizavam todo o tipo de tarefas. Estas mulheres entravam para a clandestinidade, passando anos e anos seguidos na luta pela liberdade do povo português – muitas conseguiram não ser presas, mas outras foram presas durante muitos anos, estando afastadas das famílias que, entretanto, construíram. Organizaram e participaram ativamente na luta contra o fascismo português. E, num momento de ataque aos valores democráticos conquistados por estes homens e por estas mulheres resistentes, a evocação das suas lutas é fundamental, porque não podemos nunca perder a memória destes verdadeiros sacrifícios feitos em nome de todo o povo português.

**Nota biográfica:** Joana Teixeira frequenta atualmente o mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, com especialização em Relações Internacionais, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É licenciada em Estudos Europeus, Estudos Lusófonos e Relações Internacionais na Faculdade de Direito e de Ciência Política da Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto. Participou em seminários sobre o feminismo e o associativismo e em publicações sobre o feminismo, a interrupção voluntária da gravidez e a política internacional. Os seus interesses académicos voltam-se para o feminismo, o conflito e a paz internacional e a cooperação.

#### 6. *MDM, um movimento com a força da vida.* **Regina Marques** (MDM)

**Resumo:** O MDM será apresentado como uma organização com memória, com história e projecto. Feminina e feminista é uma organização que nasceu das experiências de muitas mulheres que, numa enorme teia relacional sob o manto da igualdade e dos direitos para todas as mulheres, alcançaram protagonismo e algumas conquistas. Num tempo sombrio

para muitas, como é retratado em “As mulheres do meu País”, grandes sobressaltos na condição das mulheres atravessaram o republicanismo, a opressão do fascismo, a 2ª guerra mundial ou a guerra colonial. Resistiram e lutaram de cabeça erguida pela liberdade libertadora e pela cidadania de corpo inteiro. Depois de 1947 com o encerramento do CNMP as mulheres progressistas nunca desistiram de ter no seu país uma organização de mulheres capaz de imprimir uma dinâmica de participação democrática, cuja plataforma de entendimento agregadora de diferentes estratos sociais e políticos foi a luta pela dignificação das mulheres.

A atividades de mulheres, vários textos por elas produzidos, várias tomadas de posição foram censuradas, proibidas, levaram as mulheres aos tribunais, à prisão, ao afastamento das famílias, numa luta clandestina e semilegal, num histórico percurso de quase heroicidade.

Neste contexto nasce em 1968 o MDM... que persiste como organização até hoje...

Com um pensamento teórico radicado numa prática política, social e cultural que é relacional, multicultural, historicamente construída, alimentado por conquistas e mudanças, retrocessos e dúvidas surgidas no campo da luta política, das filosofias de todas as tonalidades, das teorias científicas e das neurociências, e outras, o MDM tem vindo a construir um discurso próprio, um pensamento teórico-prático ligado à vida nacional e internacional, interligando e conectando essa praxis com a actualidade das teorias feministas e abolicionistas, com teorias da diferença sexual ou de género, teorias da cultura e da comunicação, num movimento teórico que abarca a complexidade conceptual para ser capaz de engrossar uma corrente feminista transformadora, crítica e contundente, ligada à vida. Uma teoria crítica feminista onde as mulheres nas suas diferenças são reconhecidamente sujeitos. Uma teoria inacabada, mas em construção.

Serão abordados alguns aspetos do património coletivo do MDM, fragmentos de gestos e lutas, que cruzam a história de mais de 50 anos de luta feminina e feminista que se entronca com a história de mulheres individuais e anónimas com vivências e culturas diversas, enraizadas no tecido social e político, e que traduzem essa busca de pensamento crítico emancipador de que nos fala Jacques Rancière.

Serão situadas historicamente algumas reivindicações e as múltiplas maneiras de as construir nos terrenos movediços dos poderes, reivindicações que foram capazes de sedimentar alicerces de uma democracia, que tem de ser plural e não apenas formal, na

qual as desigualdades persistem e as mulheres mais do que se pensa são transformadas em objectos e corpos “vendáveis”.

Novas formas de mistificação surgiram e novos desafios temos pela frente como organizações de mulheres.

**Nota biográfica:** Licenciada em Ciências Psicológicas pela Universidade Livre de Bruxelas; Mestre em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa com tese sobre a linguagem dos sexos. Retórica, Mulheres e Democracia. Doutorada em Ciências da Comunicação pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, com tese sobre a mediatização retórica do aborto – A sublimidade de Antígona. Exerceu como Psicóloga Clínica no Centro de Saúde Mental de Setúbal de Novembro de 1975 a 1986. Leccionou nas áreas das Teorias da Comunicação de 1986 a 2010 na Escola Superior de Educação do IPS. Faz parte da Direcção Nacional (DN) e Conselho Nacional (CN) do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) desde 1984, tendo coordenado a organização de muitos eventos e projectos. Participou em várias iniciativas de carácter nacional e internacional. É Membro da Direcção da Federação Democrática Internacional de mulheres (FDIM). Actualmente pertence a todos os órgãos de direcção do MDM e ao seu Secretariado Executivo. É membro do Conselho Consultivo da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género). Foi membro efetivo do Conselho Económico e Social (CES) em representação do MDM.

## SESSÃO PARALELA V

### 15h15 - 16h30 – Sala CAN313 – SESSÃO B1: PERCURSOS DE MULHERES MIGRANTES, REFUGIADAS E IMIGRANTES

**Moderação:** Carolina Henriques Pereira (CHSC-UC)

1. *Agência migrante como uma luta constante: mulheres brasileiras precárias em Portugal e a sua resistência através do cuidado.* **Ana Luiza Miranda** (NOVA FCSH)

**Resumo:** O projeto de comunicação que trago parte do trabalho de campo e ensaio etnográfico que realizei de fevereiro a junho de 2023 no âmbito de um estágio curricular em associação com o CRIA, orientado pela docente Patrícia Alves de Matos. Intitulado “Violência burocrática e cuidado entre brasileiras em Portugal: imigração irregular, precariedade laboral e género” entrevistei cinco mulheres brasileiras que emigraram para Portugal de forma irregular e que durante o longo período de regularização trabalharam como domésticas. Assim, a linha reflexiva que pretendo seguir é fruto deste trabalho de campo e centra-se no argumento de que a situação de irregularidade limita os trabalhos disponíveis para os imigrantes que limita as condições laborais, acentuando uma precariedade laboral influenciada pelas questões de género. ~

No contexto das imigrantes brasileiras há uma importância em analisar a questão do género no meio laboral e na busca por trabalhos informais e sua notável concentração no trabalho como doméstica. Tendo em conta que a situação de irregularidade limita a possibilidade/condição laboral e gera uma precariedade laboral genderizada – visto que todas interlocutoras trabalharam como domésticas – pretendo teorizar através da crítica feminista o trabalho doméstico remunerado *versus* o trabalho doméstico não remunerado. O trabalho doméstico remunerado das mulheres trabalhando em uma casa, nessa entidade privada, longe de olhos públicos e do Estado, reforça a reprodução e o agravamento da precariedade laboral advinda de economia informal, sem contrato de trabalho e direitos laborais. O trabalho doméstico não remunerado baseado no trabalho feito no núcleo familiar como um ato de amor retira de si a componente laboral e está intrinsecamente ligado a uma ideia patriarcal do papel da mulher. Nesse contexto pretendo refletir como a produção doméstica enquanto trabalho remunerado (e assim, parte dessa sociedade

capitalista) e não remunerado (o papel da mulher em casa) configuram elementos essenciais para analisar com a crítica feminista de Silvia Federici o que historicamente se espera das mulheres e como transformam os seus corpos em corpos a serem explorados através da ideia patriarcal de uma conexão supostamente inerente entre trabalho doméstico e mulheres.

Espero fornecer um estudo de caso etnograficamente sustentado das duas grandes bases deste projeto: o paradoxo irônico na realidade destas mulheres onde o seu trabalho gira em torno da prestação de serviços de cuidados enquanto elas próprias são vítimas de descuido burocrático, empurrando-as para as margens da precária economia informal e a reflexão sobre a legalidade e a agência migrante ser uma luta constante. Em junção a isso tenciono refletir como essas mulheres brasileiras formam uma contra narrativa para lidar com o que elas possuem em comum, uma experiência migrante precária e violenta fragilizada pelo desamparo legal e o exaustivo processo de regularização. Essa contra narrativa existe enquanto uma força coletiva de resistência face a essa experiência migrante e é feita através da criação informal de uma rede de apoio mútuo e cuidado entre as mesmas.

Acredito ser interessante suscitar a reflexão de formas alternativas de resistência entre mulheres migrantes visto que a ideia do cuidado como catalisador da força migrante e agência coletiva desafia a ideia tradicional sobre formas de resistência. Sobre o percurso das mulheres migrantes pretendo abrir caminhos para analisar essa forma de resistência como uma “arma dos fracos” como defende James Scott, sendo um meio de subverter os regimes fronteiriços. Tenciono suscitar duas reflexões principais: O que a necessidade de construir esta rede de solidariedade e cuidado nos diz sobre a precariedade e a violência burocrática no país de acolhimento para estas imigrantes? O que essa força coletiva informal entre as mulheres pode nos dizer sobre as possíveis formas de resistência?

**Nota biográfica:** Ana Luiza, tem 23 anos e é licenciada em Antropologia pela UNL-FCSH e candidata ao mestrado de Antropologia na mesma instituição. Durante o seu percurso realizou um estágio curricular com associação ao CRIA em torno da antropologia das migrações com ênfase no género, precariedade laboral e resistência de mulheres brasileiras irregulares em Portugal. Tem um interesse particular na continuação deste estudo de crítica às fronteiras e à violência burocrática presente na luta migrante. Com a visão da antropologia enquanto uma ciência de surpresa mútua que valoriza o

trabalho colaborativo e numa perspetiva de futuramente ir para além da palavra escrita e utilizar a prática visual como metodologia de construção de conhecimento.

2. *A liberdade é uma luta constante»: percursos de associativismo e ação coletiva de mulheres migrantes e Afrodescendentes em Portugal. Rosana Albuquerque (FPCEUP)*

**Resumo:** Com esta comunicação pretendo traçar uma breve história dos percursos associativos e de ação coletiva de mulheres migrantes e Afrodescendentes em Portugal, de modo a visibilizar a sua agência nas lutas por direitos e a refletir sobre o seu papel na construção da cidadania e da democracia na sociedade portuguesa. Colhendo inspiração no lema “A liberdade é uma luta constante” de Angela Davis, pretendo realçar a contínua presença e participação das mulheres numa história de lutas que tem origem nos anos 1980, década que marcou um significativo e progressivo aumento da imigração em Portugal no contexto pós-colonial e de construção da democracia.

A mobilização associativa de migrantes e Afrodescendentes em Portugal, à semelhança de outros países europeus com uma história de imigração mais longa e sedimentada, foi-se desenvolvendo a par das várias etapas dos fluxos migratórios e está intimamente ligada à história colonial (De Wenden, Leveau 2001; Layton-Henri 1990; Rex et al. 1987). Na sua trajetória de evolução há lugar para a contingência de variáveis que operam nos processos de participação política, designadamente as oportunidades e condições derivadas da ação estatal, a capacidade de mobilização em torno de interesses comuns, a resposta dos atores coletivos da sociedade de acolhimento - tais como associações de direitos humanos e partidos políticos - e também o perfil de lideranças e personalidades carismáticas que emergem no seio dos próprios ativismos (Vogel 2008).

Em Portugal, as e os migrantes e seus descendentes sempre desempenharam um papel ativo enquanto intervenientes cívicos e políticos, envolvendo-se em lutas coletivas de defesa e reivindicação de direitos, combatendo o racismo, o sexismo e as múltiplas discriminações, protagonizando propostas políticas para enfrentar os problemas sentidos “à flor da pele”, reagindo às omissões e insuficiências das políticas e da legislação, enfim, contribuindo enquanto sujeitos políticos para a construção de uma sociedade democrática assente nos pilares da igualdade e justiça. Desde a criação das primeiras redes informais e associações de migrantes, nos anos 1980, até hoje, que a sua participação cívica é feita

“todos os dias”, tal qual o lema que se ouve nas manifestações - “A nossa luta é todo o dia, contra o racismo e a xenofobia” (Rodrigues 2021), mesmo que não seja visível nos media e espaço público. Nestas lutas, as mulheres estiveram e estão sempre “lá” (Joaquim 2020), em lideranças fortes e protagonistas da ação. É este percurso que aqui se pretende narrar.

**Nota biográfica:** Rosana Albuquerque é Doutorada em Sociologia, especialidade de Sociologia das Migrações, pela Universidade Aberta, concluiu mestrado em Relações Interculturais nesta mesma Universidade e é Licenciada em Política Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa. É docente da Universidade Aberta e investigadora do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais/CEMRI, onde tem estudado com especial atenção o associativismo, a participação cívica e a cidadania de migrantes e Afrodescendentes, numa abordagem interseccional entre as questões raciais e de género, e articulando a investigação com as políticas públicas e a sociedade civil.

3. *“A fly in the ointment”*: the barriers to Portuguese female political participation.  
**Carla Cerqueira, Sónia Lamy, Diana Loureiro** (Universidade Lusófona)

**Resumo:** The latest data from the Gender Equality Index places Portugal in 10<sup>th</sup> place in terms of female political power. Although the female resident population is larger than the male counterpart, this transfer of parity in access to power and decision-making positions is not accentuated, what emerges from investigations that have local power as a subject is that the parties have few women (e.g. E. S. Costa, 2010; Ribeiro, 2021) and there seems to be no interest in motivating them to join or become affiliated (Jordão, 2000). Through a thematic analysis (Braun & Clarke, 2012) of eight individual interviews with women in leadership roles in various areas of the political sphere, we aim to outline the obstacles to female political participation by reflecting on: How do perceptions of media representation and role models, stereotypes and cultural norms affect the political arena? Is it the lack of representation that keeps them away from the political arena or the political arena that makes them feel further away from action? Based on the analysis of the interviews, we intend to reflect on how several barriers to female political participation - such as media representation and role models; double standards, stereotypes, and scrutiny; administrative roles vs. decision-making roles; and cultural

norms- interconnect and subtly contribute to keeping the political arena as a men's club (Jordão, 2000), where women politicians are often excluded from the political sphere.

**Nota biográfica:** Carla Cerqueira holds a PhD in Communication Sciences - specialization in Communication Psychology from the University of Minho, Portugal (2012). Currently, she is an Associate Professor at Lusófona University, director of the PhD in Communication and Activisms and a researcher at CICANT - The Centre for Research in Applied Communication, Culture, and New Technologies. She is the principal investigator of the project "FEMglocal - Glocal feminist movements: interactions and contradictions (PTDC/COM-CSS/4049/2021) and integrates the FEM-ABLE – Promoting women’s participation in the political domain (101088295— FEM-ABLE) team.

Sónia Lamy holds a Ph.D. in Communication Sciences from Nova University Lisbon. She is an Assistant Professor at Lusófona University and a researcher in CICANT and integrates the research team working on the FCT Project "Glocal feminist movements: interactions and contradictions" (PTDC/COM-CSS/4049/2021) and FEM-ABLE – Promoting women’s participation in the political domain (101088295— FEM-ABLE).

Diana Loureiro is a Master’s degree student of ‘Communication, Networks and Technologies’ at Universidade Lusófona, with a Master Research Scholarship under the European Project FEM-ABLE - Promoting women’s participation in the political domain (101088295— FEM-ABLE).



## SESSÃO PARALELA VIII

16h30 - 17h45 – Sala CAN313 – **SESSÃO B2: MULHERES NA LITERATURA INTERNACIONAL**

**Moderação:** Isabel Henriques de Jesus (IELT NOVA FCSH)

1. *Resistências e lutas no feminino: Maria Teresa León, Luisa Carnés e Pagu.* **Isabel Araújo Branco** (CHAM NOVA FCSH)

**Resumo:** Nos anos 1920 e 1930, registam-se fortes tensões políticas e sociais a nível mundial, nomeadamente entre forças progressistas e sindicais e movimentos de extrema-direita. Tal reflecte-se nas obras de três escritoras contemporâneas entre si, unidas por uma perspectiva de mundo muito próxima: a espanhola María Teresa León, a também espanhola Luisa Carnés e a brasileira Patrícia Galvão (com os pseudónimos Mara Lobo e Pagu). Partilham visões em que se cruza o feminismo operário e uma forte consciência de classe, nomeadamente na resistência e nas lutas políticas e sindicais que travam no terreno e através das suas obras literárias e jornalísticas. No caso particular de Espanha, a Guerra de 1936-1939 clarifica brumas políticas e ideológicas, cimentando a consciência de classe de grande parte dos intelectuais e artistas. León e Carnés envolveram-se activamente no conflito e permanecem longos anos no exílio. Na presente comunicação, pretendemos analisar *Parque Industrial. Romance Proletário*, de Pagu; *El eslabón perdido, De Barcelona a la Bretaña francesa* e os contos «En casa», «La chivata» e «Prisión de madres», de Luisa Carnés; e *Crónica General de la Guerra Civil*, recompilado e em parte escrito por María Teresa León, e *Memoria de la melancolia*, também de León. Procuramos, assim, compreender a imagem que as três escritoras constroem da mulher trabalhadora nas sociedades espanhola e brasileira e, no caso de León e Carnés, do seu papel na Guerra de Espanha.

**Nota biográfica:** É Professora Associada na Universidade NOVA de Lisboa, na área dos estudos hispânicos. É investigadora integrada do CHAM-Centro de Humanidades (NOVA FCSH—UAc), de que actualmente é subdirectora. É directora de Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias. Participa no projecto «Transficción: La Literatura de la transición democrática española y las narrativas transicionales europeas» (Uni.

Zaragoza). É membro do Grupo de Investigación en Literatura Contemporánea (GILCO) (Uni. Alcalá). Colabora com o Centro de Estudos Comparatistas (Uni. Lisboa). Recebeu o Prémio Científico Internacional Mário Quartín Graça 2015, concedido pela Casa da América Latina (Lisboa) pela sua tese de doutoramento. Entre outros, publicou *Recepção literária das literaturas hispano-americanas em Portugal* (Münster, LIT, 2021) e *Tradução e edição de obras hispano-americanas em Portugal* (Berlin, Peter Lang, 2020).

2. *Falar sobre “Acontecimentos”*: *Memórias pessoais desafiando as estruturas sociais na obra de Annie Ernaux*. **Larissa de Oliveira Fogaça** (NOVA)

**Resumo:** O Prémio Nobel de Literatura de 2022 foi concedido à escritora francesa Annie Ernaux “pela coragem e acuidade clínica com as quais ela expõe as raízes da memória pessoal, a exclusão social e as estruturas coletivas” (Nobel Prize, 2022, tradução minha). Estas são características marcantes de todo o conjunto da sua obra, mas que se destacam de forma particular no livro “O Acontecimento” (2022).

A proposta do estudo desenvolvido é, assim, analisar cada um desses aspectos na citada obra, seja em relação ao seu objeto, ainda hoje polémico, que é a possibilidade de uma mulher interromper voluntariamente uma gravidez, seja em relação a sua forma, concebida através de uma narrativa sem eufemismos ou metáforas, com o peso ainda de ser declaradamente não ficcional. Por fim, busca-se discutir as repercussões que um livro como “O Acontecimento” pode ter além do contexto literário.

São debatidas reflexões trazidas pela autora ao longo do próprio livro, bem como em outros momentos, como em “*L’écriture comme un couteau*” (Ernaux & Jeannet, 2003), entrevistas em vídeo e no discurso proferido após receber o Prémio Nobel. Propõem-se uma reflexão sobre a importância da obra do ponto de vista, ainda, de uma escrita feminina, o que é feito com base no manifesto de Hélène Cixous, em “O Riso da Medusa” (2021). Por sua vez, sob um viés social, a partir dos argumentos propostos por Carol Sanger em “About Abortion” (2017), aborda-se o poder transformador que o livro pode ter, ao falar abertamente sobre o tema do aborto.

Transformando suas experiências pessoais na história de milhares de outras mulheres, Annie Ernaux supera o gênero da autobiografia, criando o que ela mesma denomina de uma auto-socio-biografia. Através de um único relato, a autora faz de “O Acontecimento”

um retrato de uma estrutura social universal, um reflexo de uma luta coletiva pelo direito ao aborto, comprovando que escrever é um ato político.

**Nota biográfica** Larissa de Oliveira Fogaça, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Criminologia e Política Criminal, mestranda em Estudos sobre as Mulheres na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

3. *Literatura de e para mulheres: Interfaces para um mundo feminista e decolonial a partir da obra de Paulina Chiziane. Isabela Vince Esgalha Fernandes e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti* (Universidade Federal da Bahia)

**Resumo:** Ao longo das últimas décadas, a produção teórica feminista trouxe inúmeras reflexões e alternativas para a superação de desigualdades. Entretanto, verifica-se que muitas dessas discussões limitam-se à Academia, um ambiente que, apesar de ter como principal objetivo a promoção da educação, cidadania e democracia, ainda é paradoxalmente um espaço privilegiado e inacessível para a maior parte da população. Nesse sentido, o acesso e a difusão das reflexões feministas exigem criatividade e a utilização de abordagens e linguagens diversas, dentre as quais destacamos a literatura. Ao abordar a interseção entre imaginação e realidade, por meio da ficção, autoras ressignificam processos históricos e contribuem para a construção de narrativas a partir de olhares silenciados, desafiando o paradigma colonial racista e patriarcal responsável pela reprodução de opressões e violências. A inclusão de narrativas diversificadas contribui para a compreensão da pluralidade de experiências e identidades, transformando a leitura em um poderoso instrumento de conscientização e empoderamento. Através da análise da obra "O Alegre Canto da Perdiz," da autora Paulina Chiziane, a pesquisa busca refletir como, ao dar vida a narrativas femininas, a autora desafia a desumanização simbólica, ontológica e epistêmica imposta pelo projeto colonizatório, contribuindo para a reconfiguração de identidades, memórias coletivas e interpretações históricas. Este estudo busca, assim, contribuir para o avanço das discussões no âmbito do feminismo e da educação, promovendo a conscientização sobre a importância da literatura como um instrumento catalisador para a transformação social ancorada em vozes femininas e em uma perspectiva decolonial.

**Nota biográfica:** Isabela Vince Esgalha Fernandes – Pesquisadora, Escritora e Advogada. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília. Doutoranda em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA). Bolsista vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Historiadora e professora universitária no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA). Doutorado em Humanidades, com ênfase em Relações Internacionais e Direitos Humanos – Universidade de León, com pós-doutorado na Universidade de Salamanca e na Universidade de Coimbra. Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (UPORTO, Portugal). email: [vanessa.cavalcanti@ufba.br](mailto:vanessa.cavalcanti@ufba.br)

4. *As violências sexuais em Detalhe Menor, de Adania Shibli: reflexões feministas.*

**Lyvia Juara Dias Felix da Silva** (NOVA FCSH)

**Resumo:** O conflito entre Israel e Palestina vem de longa data e teve novo ápice em 2023, quando grupos militantes palestinos atacaram cidades israelenses perto da Faixa de Gaza. Apesar de as mulheres palestinas terem uma grande produção literária, seus escritos foram, em geral, marginalizados. Assim, suas vozes, suas perspectivas e suas representações de mundo são pouco conhecidas. Torna-se importante, desse modo, conhecê-las melhor.

Como uma tentativa de aproximação a uma dessas vozes, nossa comunicação tem como objetivo analisar alguns aspectos da obra *Detalhe menor*, da palestina Adania Shibli, a partir de uma perspectiva feminista, entendendo esta como uma reflexão sobre as assimetrias de poder das relações entre homens e mulheres no universo dessa narrativa, manifestadas por meio das violências sofridas pelas duas principais personagens femininas.

Para isso, primeiro, após uma breve apresentação sobre a autora e sobre a obra em estudo, analisaremos o Capítulo 1, que narra as violências que uma jovem beduína à época do Nakba (1949) sofre ao ser sequestrada por soldados israelenses – além do sequestro, a violação cultural, o estupro coletivo e o assassinato.

Depois, trataremos do Capítulo 2, da busca de uma jovem palestina de Rammalah por mais informações sobre o assassinato da beduína, cerca de 50 anos depois do evento, entendendo que a jovem de Rammalah se sente conectada à beduína, herdando os traumas sofridos por esta e pelas mulheres palestinas que vieram antes dela, além de sofrer as violências típicas de seu tempo, como a redução de locomoção e seu assassinato. Basearemos nossa análise principalmente em Millett (1995), Quay (1996), Wadi (2012), Ezzine e Ammour (2022), Madar (2023) e Gomes (2018).

Concluimos que *Detalhe menor* é uma narrativa de desigualdades sexuais, verificadas em especial nas violências sofridas pelas duas personagens. É também um exemplo de literatura feminina contemporânea que contribui para a reflexão dos momentos históricos que retrata, tornando as personagens visíveis a seus leitores, em um ato simultâneo de denúncia e resistência.

**Nota biográfica:** Mestranda em Estudos sobre as Mulheres na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Pós-Graduada em Tradução Inglês-Português pelo Centro Universitário Ibero-Americano. Bacharela em Linguística e em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Editora da Coordenadoria de Publicações da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV DIREITO SP).